UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

ANTONIO ROBERTO ALVES VIEIRA

FAMÍLIA ESCRAVA E PECUÁRIA
REVISÃO HISTORIOGRÁFICA E PERSPECTIVAS DE PESQUISAS

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

FAMÍLIA ESCRAVA E PECUÁRIA
REVISÃO HISTORIOGRÁFICA E PERSPECTIVAS DE PESQUISAS

VERSÃO CORRIGIDA

ANTONIO ROBERTO ALVES VIEIRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini

São Paulo
2011

À minha inesquecível avó Alzira Vieira Alves e meu querido tio Laudenor Alves Vieira.

In Memoriam.

RESUMO

A historiografia contemporânea aponta que a escravidão foi um fato inegável nos sertões da América Portuguesa e do Brasil desde o estabelecimento desta instituição. A presente dissertação questiona quais foram os mecanismos que permitiram a existência e a possibilidade de permanência de escravos nas regiões, que tiveram por base econômica, a atividade pecuária.

Advoga-se, em geral, que a manutenção por meio do cerceamento da mobilidade e recurso à violência permitia que a escravidão fosse mantida. No entanto, no que concerne ao controle dos escravos, houve mais do que a pura violência física. Um conjunto de práticas e saberes, que envolveu também complexas relações entre senhores e escravos, imbricadas teias de arranjos e negociações assimétricas estiveram presentes nos processos que permitiram sua manutenção.

Neste trabalho, que visita a historiografia sobre o tema, defende-se a hipótese de que, no caso da pecuária, um fator de manutenção do escravismo teria sido a possibilidade de constituição de famílias cativas, na conformação de um protocampesinato escravo, nos interstícios do Sistema Colonial.

Palavras chave: Sertões, escravidão, pecuária, autonomia escrava, Brecha Camponesa.

ABSTRACT

The Contemporary Historiography about Dryland Slavery and the undeniable fact of its establishment over the Portuguese America and Brazil. This research questions which mecanisms allowed the existence and the possibility that slaves could remain over the regions, that had Cattle activity, as main economy.

In general, the argument is that slavery was maintenned through the restriction of mobility and use of violence. However, regarding the control of slaves, was more than pure physical violence. A set of practices and knowledge, which also involves complex relationships between masters and slaves, overlapping webs of asymmetric relations and arrangements were present in the processes that allowed the continuation of slavery.

This thesis deals with the debate of this historiography and the hypothesis that in the case of cattle, a factor maintaining the slavery system would have been the possibility to form slave families in the formation of a slave proto-peasantry in the interstices of the Colonial System.

Key Words: Drylands, slavery, cattle industry, slave autonomy, Peasant Breach.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta Dissertação de Mestrado não seria possível sem o apoio, a firmeza, a determinação, a persistência, a paciência e a orientação de minha querida Profa. Dra. Vera Lúcia Amaral Ferlini, com quem possuo dívidas impagáveis e as quais acrescento mais esta. A ela agradeço por tudo que tem feito por mim, nestes últimos oito anos de afetuosa convivência e valiosos ensinamentos. Por seu talento e incansável ofício de ourives, transformando as mais variadas espécies de rochas brutas em belas joias de inestimado valor, dedico este trabalho e espero ter correspondido à altura do esforço empreendido.

Quero agradecer também aos inúmeros colegas, professores e amigos que compartilharam, em diferentes momentos, das desventuras e anseios desta dissertação, aos quais peço desculpas pelos inevitáveis esquecimentos e omissões.

Agradeço aos membros da Cátedra Jaime Cortesão, os professores: Pedro Puntoni, Rodrigo Ricupero, Íris Kantor, Ana Paula Torres Megiani, Ana Lúcia Neme, Paulo Cesar Gonçalves, Rosangela Leite, Lucas Jannoni, José Evando, aos também amigos: Gustavo Acioli, Gustavo Tuna e Maximiliano Mac Menz pelo apoio e gratificante convivência. Aos colegas e amigos com quem tive a honra de trabalhar e conviver: Patrícia Machado, Priscila Cardoso, Sônia Barbosa, Luciana Santoni, Luís Otávio Tasso, Bruno Vilagra e Joaquim.

Aos professores José Vergolino, Kalina Vanderlei e Rafael Marquese pela atenção dispensada aos e-mails por mim enviados ainda nos momentos iniciais da formulação do projeto de Mestrado. A Caetano De' Carli pelo envio de sua dissertação.

Ao amigo e compadre César Taccini agradeço pela amizade, pelo apoio e incentivo e por ter feito a revisão desta dissertação. Também aos amigos: Gesner Las Casas, Daniel Cândido, Suely Alves do Santos, Joceley Vieira de Souza, Newman Santana, Cleodésio Torres Galindo, Rodrigo Isaías Vaz e Marcelo de Oliveira agradeço a honra de ter com eles conviver e de privar de vossas amizades, carinho e respeito.

Aos amigos, professores e alunos do Cursinho Comunitário Pré-Vestibular do Jardim Capela, grupo do qual eu tive a honra de fazer parte como aluno e professor, em especial aos amigos Erasmo Francisco dos Santos e Ailton Gomes Silva Silva, por terem acreditado que a Universidade Pública também pertencia aos mais pobres e que o sonho era

possível. Ao amigo Carlos Roberto Tenório pelo incentivo e por ter me indicado o caminho das pedras, me levando ao Cursinho.

Quero agradecer aos meus familiares que, com esta dissertação, também se sentem realizados em minha pessoa. À minha amada esposa Rita e aos meus filhos Heitor e Chrysthal, pelo apoio, paciência e compreensão nos momentos em que tive forçosamente de me privar da presença deles. À minha irmã Ivanilza, pelo companheirismo e por toda ajuda que me tem prestado. Ao meu pai José e sua esposa Iracema, por terem me ajudado com o meu filho Heitor enquanto eu redigia a dissertação. Aos meus primos Regivaldo, Josevan e Anísio pela palavra amiga e o pensamento sempre positivo nos momentos mais críticos.

Por fim, e não menos importante, agradeço e dedico esta dissertação à minha querida e amada mãe, Maria Vilani, guerreira e heroína mulher sertaneja, responsável por tudo o que sou na vida, por ter me ensinado as primeiras letras e por ter sido mãe e pai ao mesmo tempo, o tempo todo, trabalhando incansavelmente para que tivéssemos uma existência menos dura e sofrida que a dela.

Sumário

INTRODUÇÃO 9
CAPÍTULO I 17
1.1 SERTÃO E SERTÕES: A EXPANSÃO PORTUGUESA NO NOVO MUNDO. 17
1.2 A PECUÁRIA NOS SERTÕES SETENTRIONAIS 25
1.2.1 OS SERTÕES DE RODELAS 30
1.3 A PECUÁRIA E A REGIÃO DAS MINAS 49
1.4 A PECUÁRIA NOS SERTÕES MERIDIONAIS 55
CAPÍTULO II 65
2. ESCRAVIDÃO E PECUÁRIA. 65
2.1 MERCADO INTERNO, ABASTECIMENTO E PECUÁRIA. 85
2.2 DA RESISTÊNCIA ESCRAVA NO MUNDO DA PECUÁRIA 92
CAPÍTULO III 93
3. A FAMÍLIA ESCRAVA, E A "BRECHA CAMPONESA". 93
3.1 PROTOCAMPESINATO "BRECHA CAMPONESA", ECONOMIA PRÓPRIA DO ESCRAVO: O QUE HÁ ALÉM DOS CONCEITOS? 100
3.2 AUTONOMIA ESCRAVA OU ESCRAVIDÃO SUAVE? 111
3.3 DE VOLTA À "BRECHA CAMPONESA" 134
CONSIDERAÇÕES FINAIS 140
BIBLIOGRAFIA 143

INTRODUÇÃO

A reprovação de Ambrósio Fernandes Brandão, seguida por Frei Vicente do Salvador, de que os luso-brasileiros não adentravam aos sertões interiores de suas conquistas na América, preferindo arranhar a costa "como caranguejos", merece ser matizada, ou ao menos circunscrita aos primeiros tempos da colonização. Ainda em finais do XVI, bandeiras e missionários à cata de índios e sertanistas em busca do Eldorado já devassavam vastas áreas, descendo índios, fazendo guerras e alianças, estabelecendo currais e fazendas. Depois da virada do século e, sobretudo, após a expulsão holandesa das áreas ocupadas nas Capitanias do Norte, com o avanço vertiginoso da pecuária e a submissão e genocídio das comunidades nativas, a objeção de Alviano não passará apenas de uma retórica estilística barroca.

A atividade pecuária foi a responsável pela penetração nos territórios até então reservados às nações indígenas, tendo, em curto espaço de tempo, incorporado vastas áreas à Coroa Portuguesa. Partindo das Capitanias de Pernambuco e Bahia, a *Guerra dos Bárbaros* levou consigo uma miríade de grupos sociais envolvendo sesmeiros, paulistas, soldados recrutados entre os pobres do açúcar, vadios, criminosos, homens livres, escravos e índios soldados como o *terço dos Henriques* e o de *Camarão*[1], estabelecendo currais ao longo dos rios e povoando vastas áreas de terras; gerando ali uma conformação social nova e original.

Das primeiras cabeças de gado trazidas inicialmente para São Vicente, por volta de 1534 e, posteriormente para Salvador na década de cinquenta do século XVI e também para Olinda, originaram-se os rebanhos que, se espalhando pelas margens do Rio São Francisco e seus afluentes, ocuparam os sertões da Bahia, Pernambuco e Capitanias anexas, conquistando o Piauí e Maranhão. No sul da colônia, o gado disseminou-se pelas regiões que hoje correspondem aos atuais estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, além da Banda Oriental (Uruguai). Nessas partes, iniciativas individuais combinaram-se com ações da Coroa Portuguesa de ocupação do território e alargamento de suas fronteiras com a América espanhola. Como parte desse movimento, em 1680 os portugueses se

[1] Sobre a diversidade de tipos sociais que ocuparam e conquistaram os sertões do atual nordeste brasileiro ver Kalina Vanderlei Paiva da Silva. *'Nas Solidões Vastas e Assustadoras'- Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco; 2003.

estabeleceram às margens do rio da Prata, em frente à cidade de Buenos Aires, a Colônia do Sacramento, com o intuito de interferir no comércio do Alto Peru, que tinha o rio como caminho natural para chegar ao mercado externo. Em 1684, imigrantes trazidos do Arquipélago dos Açores e paulistas fundaram Laguna em Santa Catarina.

De acordo com Charles Boxer, o movimento de penetração do interior através do estabelecimento de fazendas de criar ao longo do vale do rio São Francisco teve início no Recôncavo Baiano via Sergipe, à margem direita do rio, antes das guerras holandesas. Outro movimento idêntico, porem, mais lento, partia de Pernambuco pela margem esquerda do rio que servia de fronteira entre as capitanias. Ambos esses movimentos foram grandemente acelerados na segunda metade do século XVII e, já na altura dos anos de 1700, eles se haviam encontrado e mesclado com os paulistas que desciam pelo rio São Francisco, vindos da região do Rio das Velhas. Também do Recôncavo, trilhas mais curtas partiam em direção a Juazeiro e outras partes ao longo do rio.[2]

Ao mesmo tempo em que ocupava os sertões meridionais, o gado subia o rio São Francisco, atingindo o interior mineiro, chegando aos vales dos rios Tocantins e Araguaia, estendendo-se pelos sertões goianos, para de lá penetrar as regiões de Mato Grosso. Ali, segundo Roberto Simonsen, os rebanhos iriam se juntar às manadas que subiam da Vacaria e das possessões espanholas, assim como o gado que subia o São Francisco ia se encontrar com aquele introduzido pela Capitania de São Vicente em Sabarabuçu e vale do rio das Velhas. Também de São Vicente vieram os rebanhos que ocuparam os campos curitibanos; já os gados que ocuparam a região sul do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ao que parece, foram introduzidos pelas missões jesuíticas espanholas.[3]

Deve-se à pecuária, em grande medida, a expansão e ocupação de boa parte do território da América Portuguesa, muito embora a historiografia tenha negligenciado tal fato, relegando-o a uma posição secundária em favor da atividade mineratória. Atividade acessória ao complexo açucareiro, abastecendo o litoral com carnes, animais de carga e tração, além de couros para os curtumes e para enrolar as folhas de tabaco, o crescimento dessa atividade e, paradoxalmente, suas dificuldades, de acordo com Pedro Puntoni, é que

[2] Cf., Charles Boxer. *A idade de ouro do Brasil:* dores de crescimento de uma sociedade colonial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

[3] Cf., Roberto C. Simonsen. *História Econômica do Brasil (1500 – 1820).* Brasília: Edições do Senado Federal v. 34, Conselho Editorial. 2005, p 198-99.

permitiram a sua expansão, bem como a ocupação e povoamento de vastos territórios nos sertões da América Portuguesa.[4]

Não fora um processo natural e dinâmico, mas fruto também das dificuldades econômicas pelas quais a colônia passava logo após a expulsão holandesa. Fatores internos como a ocorrência de grandes secas e epidemias e fatores externos como a concorrência do açúcar antilhano e os altos preços dos escravos no mercado internacional, levaram a Coroa a "procurar uma alternativa para repor as perdas no trato colonial".[5]

Expedições até então desencorajadas pela Coroa foram realizadas tendo em vista a busca de metais preciosos, incrementadas ainda pela guerra ao gentio bravo. A descoberta de um caminho que ligasse os estados do Brasil e do Maranhão, além da atividade missionária, fazia parte do projeto de "ocidentalização" da Coroa portuguesa.[6] Acrescido a isto, em 1701, uma carta régia proibindo a criação de gado a menos de 10 léguas da costa atlântica – a fim de amainar os conflitos crescentes que opunham criadores e lavradores na região açucareira[7]– contribui ainda mais para o processo de internalização da Coroa.

Em fins do século XVII, todo o Sertão setentrional da América portuguesa encontrava-se devassado, embora escassamente povoado. A busca de pedras preciosas, a caça a mão-de-obra indígena e a guerra ao gentio bravo levaram consigo os currais e as fazendas de gado, acompanhando as margens dos rios, ou lugares em que a "largueza de água" e lambedouros fossem abundantes. O estabelecimento de uma fazenda e de currais se dava de maneira simples e rápida, de acordo com o autor do *Roteiro do Maranhão e Goiaz pela capitania do Piauhí*: "levantada uma casa, coberta pela maior parte de palha, feitos uns currais e introduzidos os gados, estão povoadas três léguas de terra e estabelecida uma fazenda".[8] Isto explica o rápido processo de ocupação dos sertões, com a pecuária promovendo, ainda que de modo incipiente, a integração econômica do território e seu povoamento.

Em fins dos seiscentos a descoberta das reservas auríferas atraiu para o seu circuito um grande número de pecuaristas com seus gados, escravos e agregados, conectando as regiões das minas às Capitanias do Norte e do Nordeste, bem como à região sul; fazendo a

---

[4] Pedro Puntoni. *A Guerra dos Bárbaro:* Povos indígenas e a colonização do Sertão do Nordeste do Brasil, 1650 – 1720. São Paulo: Edusp-Hucitec-Fapesp, 2002. p 25.
[5] Ibidem, p 25.
[6] Ibidem, p 26.
[7] Gerados pelo fato de a criação de gado ser feita ao aberto, sem o controle de cercas que impedissem os animais de adentrarem os canaviais, mandiocais e plantações em geral.
[8] Anônimo. Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauhi, [177-]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. LXII, p. 60-161, 1900, p 88.

junção das três principais bacias fluviais da América do Sul: a do Uruguai, do São Francisco e do Amazonas, configurando as dimensões atuais do território brasileiro.[9] Processo este visto por Nelson Werneck Sodré como parte do que chama de *A Conquista do Oeste*. A conquista dos sertões da América portuguesa é visto por esse autor sob um prisma bastante amplo, que se inicia com o ciclo bandeirante da preação de indígenas e a busca de metais preciosos, e com o ciclo das monções, culminando com o que ele chama de "a conquista pastoril", abrangendo vasta área que engloba todo o centro-sul e se estende por áreas de dominação espanhola.[10] O autor pondera que, se a expansão bandeirante, em termos documentais, não fora extensa e fecunda, foi ao menos apreciável. Fato que não ocorreu com a expansão pastoril. A razão para isto, segundo Sodré, se dá pelo fato de a economia pastoril ser pobre e rústica, uma cultura que não legou à posteridade sinais visíveis de sua passagem territorial, de seu avanço econômico, ou de seu desenvolvimento em qualquer sentido. Presa ao seu destino ingrato, nômade e dispersiva, sem acarretar a fixação, a casa, o arraial, a correspondência – deixou poucos sinais exteriores e pouquíssimos documentos. Embora raros, existentes, porém, sem abundância de detalhes, ou riqueza de dados e que, principalmente, não fixou pormenores imprescindíveis.[11]

A grande conquista do Oeste que teve lugar ainda no século XVI, tomou corpo nos seiscentos e nos setecentos já estava consolidada. Na primeira etapa a pecuária adentra o brejo pernambucano em direção ao sertão, seguindo o curso do "rio dos currais", como era chamado o rio São Francisco. Ao longo de suas margens se dá o encontro entre vaqueiros e bandeirantes. Estes em busca de ouro, aqueles à procura de pastagens. As Minas Gerais constituíam o centro condensador de grandes populações e rebanhos e um centro distribuidor dos mesmos.

Em fins do século XVIII, inicia-se a penetração dos gados no oeste – Goiás e Mato Grosso. Minas Gerais forneceu os primeiros grupos humanos que ocuparam o oeste neste segundo momento. Acompanhados de seus rebanhos, em busca de novas pastagens, ricas, amplas e verdejantes, seguidos depois por elementos humanos provenientes do Rio Grande do Sul, embora estes, não viessem acompanhados de seus rebanhos, mas em busca de novas posses onde já funcionava a pecuária com criatórios constituídos em lento aumento. A

[9] Cf. Luiz Felipe de Alencastro. *O Trato dos Viventes*: Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
[10] Cf., Nelson Werneck Sodré. *O Oeste*: Ensaio sobre a grande propriedade pastoril: Rio de Janeiro. José Olympio Editora. 1941
[11] Ibidem, p 56.

facilidade de adquirir terras e a diminuição das invernadas impulsionou a penetração dos gaúchos no sul do Mato Grosso.[12]

No alvorecer do século XVII, com a descoberta das reservas auríferas nas regiões centrais da América Portuguesa, a atividade criatória ganhou impulso maior ainda, ao acompanhar os colonos luso-brasileiros em direção ao *Eldorado* brasileiro (Minas, Mato Grosso e Goiás). Será apenas após o efêmero surto minerador que a pecuária assumirá posição primordial na ocupação dos sertões centrais.[13] Embora não tenha ocorrido um projeto claro por parte da Coroa Portuguesa, no sentido de se promover um estabelecimento estável da vida econômica e social para o interior da colônia, a atividade pastoril foi a responsável pelo surgimento de arraiais e povoados, os quais puderam evoluir para a instalação de freguesias e vilas.[14]

A ocupação da região do extremo sul da América Portuguesa, por sua vez, está ligada às vicissitudes da fundação da Colônia do Sacramento e à necessidade de proteger as terras entre Sacramento e Laguna, depois da relutância espanhola em devolver a colônia aos portugueses – tomada por três vezes, logo no mesmo ano de sua fundação, 1680 e depois em 1705 e 1716 – e em aceitarem a presença deles na região do Prata. O movimento de penetração dos pampas teve início em 1715 com o avanço modesto vindo de Laguna em direção à costa, seguido pela infiltração de paulistas pioneiros vindos do norte via Curitiba. A fundação do Forte de São Pedro do Rio Grande, em 1737, marca o passo decisivo no projeto lusitano de ocupar e colonizar a região.[15]

Primeira retaguarda econômica da economia açucareira nos primeiros séculos de exploração, responsável pela ocupação de uma vasta área dos sertões setentrionais, a pecuária nordestina desempenhou papel importante no abastecimento das cidades de Recife e Olinda e, mais tarde, socorreu a economia mineratória com suas carnes, couros, animais de carga e tração. Foi também por meio da atividade criatória e em função da economia mineira que se ocupou e povoou vastas áreas do centro-sul do Brasil.

Roberto Simonsen divide em quatro os fundamentos econômicos que possibilitaram aos portugueses a conquista de vastos territórios nos sertões do Novo Mundo, tendo a pecuária como o elemento central e estruturante para formação econômica do Brasil. Assim, elenca Simonsen, os quatro fundamentos econômicos responsáveis pela expansão

---

[12] Cf., Nelson Werneck Sodré. *O Oeste...*, op cit.
[13] Cf., Antonio Barros de Castro. *7 ensaios sobre a economia brasileira* (1ª edição 1971). Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. Ltda. 1975.
[14] Cf., Ernani Silva Bruno. *Historia do Brasil – Geral e Regional*. 2º.vol. São Paulo: Cultrix, 1967.
[15] Cf., Charles Boxer. *A idade de ouro do Brasil...*, op cit.

lusitana, começando pela criação de gado, que ocupou grande faixa do sertão, formando, a princípio, a retaguarda econômica das zonas de engenho e, mais tarde, um decidido apoio à mineração, atividade fixadora do povoamento no interior e o objeto de grandes correntes de comércio que se estabeleceram dentro do país. Em segundo lugar, a caça ao gentio, para servir de braço escravo nos engenhos e para os trabalhos das lavouras, principalmente naquelas que não comportavam o dispêndio de capital exigido pelo elemento africano. A mineração aparece em terceiro plano como o maior fator de povoamento na era colonial, formadora das principais cidades do interior da colônia e origem da ocupação efetiva de regiões longínquas, definitivamente integradas ao nosso território. E, por fim, a extração de especiarias, plantas medicinais e tintoriais, vários produtos silvestres, além dos cultivos de algodão e do fumo, justificaram a estabilização de numerosas povoações no vale do Amazonas. Povoações estas, que foram em grande parte fixadas por missionários e que asseguraram um alargamento considerável de nossas fronteiras, quando se reconheceu o regime do *uti possidetis.*[16]

Dificuldades de ordem geográfica e insuficiências das reservas de gado da pecuária nordestina favoreceram a expansão e o crescimento da pecuária sulina e, com esta, o estabelecimento dos nossos limites meridionais. A grande demanda gerada pela mineração levou a ocupação das regiões de Vacaria, Mato Grosso, Campos Gerais de Curitiba, Guarapuava, Vacaria do Rio Grande, Viamão, Tapes e das Missões.[17]

Ainda, segundo Roberto Simonsen, o gado foi o elemento de comércio por excelência em toda e hinterlândia brasileira na maior parte da fase colonial. Embora muito mais pobre que a economia açucareira, apresentava uma feição genuinamente local, formadora de gente livre e com capitais próprios. Enquanto a indústria açucareira, com outra organização social, funcionava, em grande parte, com capitais da metrópole, aos quais eram atribuídos os seus maiores proventos, a produção da pecuária e o seu rendimento ficavam incorporados ao país.[18]

Se a atividade mineratória foi a grande responsável pelo rápido crescimento da população colonial e pela construção das cidades no interior, passado o *rush* do ouro, foi por intermédio da pecuária – dos laços criados pelo comércio de gado bovino e cavalar, pelos transportes organizados por grandes tropas de muares que funcionavam como o elo entre os mercados regionais – que se fez possível amparar as populações da região sul entre

[16] Roberto C. Simonsen. *História Econômica do Brasil...*, op cit, p 196.
[17] Ibidem, p 239.
[18] Ibidem, p 239.

a decadência da economia mineira e o advento do café, bem como a consolidação e a ocupação de regiões do país no período pós-mineração que correriam o risco de caírem no abandono.[19]

Buscaremos analisar a formação da sociedade colonial nos sertões da América Portuguesa, com base na economia pastoril, especialmente a pecuária bovina, como complexo condensador dessa sociedade. Busca-se, assim, compreender a formação desta sociedade, enfocando, sobretudo, na análise dos seus meios econômicos, o modo pelo qual era obtido seu sustento, seu mundo material e, sobretudo, o mundo do trabalho, que deram base àquela conformação social: a pecuária e a escravidão.

No que tange a questão da mão-de-obra empregada nas fazendas de gado, a historiografia cristalizou até muito recentemente uma visão que afirmava que o uso da mão-de-obra escrava africana, nas lides da atividade pastoril era irrisória ou praticamente inexistente. Somente em finais da década de 70 do século XX, com trabalhos como os de Luiz Mott e Jacob Gorender, é que a questão da mão-de-obra escrava, sobretudo, africana foi tratada com maior profundidade, com a revisão de certos pressupostos e a derrubada de alguns mitos. O aparecimento de tais estudos comprovou que o uso da mão-de-obra escrava era francamente difundido nas atividades pastoris, além de estar presente na agricultura de subsistência que a acompanhava.

Assim, se o trabalho escravo representava parte importante no processo de ocupação e estabelecimento do Império Português nos sertões, restava elucidar os mecanismos, as estratégias e as "negociações", que permitiram a Senhores e Escravos a manutenção e até mesmo reiteração do escravismo colonial, nas regiões pastoris durante os cerca de 300 anos de vigência desta instituição na América Portuguesa e posteriormente no Império Brasileiro.

Nosso intento neste trabalho é averiguar o estado atual dessas questões à luz da historiografia recente: quais as suas abordagens e enfoques, seus novos questionamentos e possíveis respostas as questões suscitadas, a quais direções tem apontado no que se refere a participação da mão-de-obra africana na atividade pecuária, bem como da questão da autonomia escrava em regimes distintos da *plantation*. Buscaremos indicar também o que as pesquisas mais recentes têm trazido a respeito da inserção dos escravos na produção de alimentos por meio da agricultura de subsistência com suas roças e da criação de animais de pequeno porte, assim como de sua inserção nos circuitos mercantis com a venda dos

[19] Ibidem, p 241.

excedentes produzidos abrindo, deste modo, a possibilidade de adquirirem pecúlio para um dia, quem sabe, obterem a sua alforria ou a dos seus.

Importa-nos verificar até que ponto é possível falar da existência de uma "Brecha Camponesa" em áreas de pecuária, como meio de explicar a permanência dos cativos em complexos produtivos onde o controle e a vigilância da mão-de-obra eram praticamente inviáveis.

Temos por base obras como as de Erivaldo Fagundes Neves, de Marcos Galindo, Ângelo Emilio da Silva Pessoa, Helen Osório e Luís Augusto Farinatti. O primeiro, ao tratar da ocupação do Alto Sertão baiano, defende a tese de que a estrutura fundiária do Brasil Colonial não girou apenas em torno do complexo agroexportador, nem tão somente na ocupação pela pecuária extensiva. Esteve fundamentada, também, na pequena propriedade familiar, com presença do braço escravo e voltada para a produção de alimentos para o mercado interno e até mesmo para fora da colônia. Marcos Galindo, ao estudar o Sertão de Rodelas, apontou conflitos de interesses envolvendo sesmeiros, missionários, agentes da Coroa portuguesa e as nações indígenas pela conquista e ocupação do *País dos Tapuias.* Ângelo Emilio da Silva Pessoa, em seu trabalho sobre a família Garcia D'Ávila da Casa da Torre, ressaltou o papel da pecuária na formação de um dos maiores latifúndios do Brasil colonial. Helen Osório e Luís Augusto Ebling Farinatti lançaram luzes novas a respeito da ocupação dos sertões da América Portuguesa, no caso do Brasil Meridional e que nos permitem avançar ainda mais as discussões a respeito da mão-de-obra indígena e africana na atividade pecuária e na produção de alimentos, escapando das grandes generalizações e dos silêncios que a historiografia tradicional lhes reservou.

CAPÍTULO I

1.1 SERTÃO E SERTÕES: A EXPANSÃO PORTUGUESA NO NOVO MUNDO.

Há muito a formação socioeconômica levada a cabo pela expansão das frentes pioneiras capitaneadas pelo gado, povoavam os pensamentos dos nossos historiadores mais acurados. Capistrano de Abreu foi, com efeito, o nosso primeiro historiador na acepção moderna do termo[1] e foi ele quem primeiramente manifestou o interesse de escrever uma história dos sertões, não obstante a escassez documental obstaculizasse e mesmo, como acabou acontecendo, frustrasse seu intento. Mesmo assim, Capistrano deu a diretriz e formulou as bases dos estudos sobre os quais as novas gerações se apoiaram.

As abordagens que tratam o *sertão* como espaço geográfico, social e cultural diferenciado no interior do Brasil remontam pelo menos à última década do século XIX. Teodoro Sampaio, em um artigo publicado em 1899-1900,[2] parece ter sido um dos primeiros a tratar do tema. A ele se seguiram dezenas de historiadores, cientistas sociais e ensaístas, que consolidaram a profusa produção bibliográfica sobre o sertanismo característica da primeira metade do século XX.[3] Com prevalência da perspectiva materialista na produção das ciências humanas, o tema perde força, mas ressurge com vigor a partir da década de 80, sendo desde então objeto de estudos na geografia, história, sociologia e antropologia.[4] Vale lembrar ainda que, além da pesquisa científica, o sertão

---

[1] Cf., Fábio Franzini. *À Sombra das Palmeiras:* A Coleção Documentos Brasileiros e as Transformações da Historiografia Nacional (1936 – 1959). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2006.

[2] Teodoro Sampaio. O sertão antes da conquista (século XVII). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. V, p. 79-94, 1899-1900 [1901].

[3] Podemos destacar: Afonso de E. Taunay, Alfredo Ellis Júnior, José Alípio Goulart, Barbosa Lima Sobrinho, Basílio de Magalhães, Caio Prado Júnior, Capistrano de Abreu, Cassiano Ricardo, Charles Boxer, Diogo de Vasconcelos, Donald Pierson, Ernesto Ennes, Estevão Pinto, Felisbello Freire, Francisco A. Pereira da Costa, Francisco Borges de Barros, Francisco de Assis Carvalho Franco, Francisco Lobo Leite Pereira, Jaime Cortesão, José de Alcântara Machado, Myriam Ellis, Oliveira Vianna, Orville Derby, Pandiá Calógeras, Pedro Calmon, Salomão de Vasconcelos, Sérgio Buarque de Holanda, Simplicio Mendes, Theophilo Feu de Carvalho, Urbino Vianna e Vianna Moog.

[4] Destacamos: Adriana Romeiro, Ângelo Alves Carrara, Antonio Carlos Robert Moraes, Antonio Gilberto Costa, Beatriz G. Dantas, Bernardo Novais da Mata-Machado, Carla Anastasia, Célia Nonata da Silva, Ceres Rodrigues Mello, Cláudia Damasceno Fonseca, Cristina Pompa, Erivaldo Fagundes Neves, Francisco Carlos Teixeira da Costa, Gabriela Martin, Hal Langfur, Janaína Amado, João Batista de Almeida Costa, John Hemming, John Manuel Monteiro, José Augusto L. Sampaio, Kalina Vanderlei Paiva da Silva, Laura de Mello e Souza, Lúcia Lippi Oliveira, Luciano Figueiredo, Luís Mott, Mafalda P. Zemella, Manuela Carneiro da Cunha, Márcio Santos, Marcos Galindo Lima, Maria Elisa Noronha de Sá Mäder, Maria Fátima de Melo Toledo, Maria Hilda B. Paraíso, Maria Rosário G. de Carvalho, Mônica Duarte Dantas, Moniz Bandeira,

vem sendo retratado na literatura, ensaística e artes, nele se ambientando clássicos universais da produção literária brasileira, como *Os Sertões* de Euclides da Cunha, *Grande Sertão Veredas de* João Guimarães Rosa e *Vidas Secas* de Graciliano Ramos.[5]

De acordo com Janaína Amado, no conjunto da História do Brasil, em termos de senso comum, pensamento social e imaginário, poucas categorias são tão importantes para designar uma ou mais regiões, quanto *sertão.* Conhecido desde antes da chegada dos portugueses às terras americanas, cinco séculos depois o termo permanece vivo no pensamento e cotidiano brasileiro, materializando-se, de norte a sul do país, na sua mais importante categoria espacial. Entre os nordestinos, sertão é tão crucial, tão prenhe de significados, que, sem ele, a própria noção de "Nordeste" se esvazia, carente de um de seus referenciais essenciais. Da mesma forma, fica impossível pensar em Minas Gerais, Goiás ou Mato Grosso sem seus sertões. Em Santa Catarina, nos conta a autora, ainda hoje se emprega a expressão "sertão" para referir-se ao extremo oeste do Estado. O mesmo se verifica em partes do Paraná, em que a mesma expressão identifica uma área do interior de outro estado, São Paulo, próxima a Sorocaba (provavelmente, uma reminiscência dos antigos caminhos das tropas). No Amazonas, "sertão de dentro" refere-se à fronteira do estado com a Venezuela, enquanto, no interior do Rio Grande do Sul "sertão de fora" também nomeia área de fronteira, porém, neste caso, situada no Uruguai.[6]

Para alguns estudiosos, a palavra sertão, também grafada *certão*, seria uma corruptela do termo *desertão*, deserto, não o deserto físico, mas o espaço aonde a *civilização* ainda não chegara, ou seja, onde não havia súditos da Coroa Portuguesa,[7] outros afirmaram ser o termo derivado do latim clássico *serere, sertanum* (trançado, entrelaçado embrulhado), *desertum* (desertor, aquele que sai da fileira e da ordem) e *desertanum* (lugar desconhecido para onde foi o desertor). Provavelmente desde século XII e, com certeza, desde o século XIV o termo era usado pelos portugueses para referir-se a áreas situadas dentro de Portugal, porém distantes de Lisboa e, a partir do século XV, usaram-no também para nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas

---

Nísia Trindade Lima, Paulo Bertran, Pedro Puntoni, Richard Morse, Silvia Hunold Lara e W. D. Hohenthal Júnior.

[5] Cf., Márcio Roberto Alves dos Santos. *Fronteiras do sertão baiano*: 1640-1750. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

[6] Cf., Janaína Amado. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

[7] Fátima Martins Lopes. *Missões Religiosas - Índios, Colonos e Missionários na Colonização do Rio Grande do Norte*. 1999. Dissertação de Mestrado em História – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ou contíguos a elas, sobre as quais pouco ou nada sabiam.[8] De etimologia obscura, talvez o seu primitivo significado seja *interior*, o espaço longe da costa.[9]

E como característica marcante do espaço natural, cultural e socioeconômico da geografia brasileira, *sertão* se institucionaliza como referência espacial, designando, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) uma das subáreas nordestinas que se estende até o norte e noroeste de Minas Gerais, na região do vale do Jequitinhonha, caracterizada pelo clima semiárido, pela vegetação de caatinga e pela pobreza de sua população.

Janaína Amado elenca uma variedade de categorias em que o termo *sertão* aparece como objeto central de análise e compreensão da realidade brasileira. Além da categoria espacial, no conjunto da historiografia brasileira ele surge como peça fundamental, mesmo quando de modo negativo, sobretudo no período compreendido entre as últimas décadas do século e XIX e as primeiras do século XX, mais precisamente entre os anos de 1870 a 1940, quando tinha por tema básico a formação na nação brasileira. Historiadores de diferentes épocas e variados matizes se valeram do conceito como uma categoria de pensamento social para pensar o Brasil. Aí estão inclusos historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) identificados com a historiografia produzida ali, como Varnhagen, Capistrano de Abreu e Oliveira Viana. Outros historiadores importantes do período, como Euclides da Cunha e Nelson Werneck Sodré, em sua fase pré-marxista, e, posteriormente, Sérgio Buarque de Holanda e Cassiano Ricardo, trabalharam, de diferentes formas, com a categoria *sertão.*[10]

Como categoria cultural, *sertão* ocupa lugar importante na literatura brasileira, representando tema central na literatura popular, principalmente nas representações orais e na literatura de cordel. O tema frequenta com assiduidade a literatura brasileira desde a poesia romântica do século XIX com nomes como Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Castro Alves entre outros, passando pela prosa romântica de Bernardo Guimarães e, principalmente, José de Alencar, em *O sertanejo*, atingindo enorme importância na literatura realista em autores como Franklin Távora, Coelho Neto e Afonso Arinos.[11]

---

[8] Cf., Janaína Amado. Região, Sertão, Nação..., op cit.

[9] Cf., Kalina Vanderlei Paiva da Silva. *'Nas Solidões Vastas e Assustadoras'- Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

[10] Cf., Janaína Amado. Região, Sertão, Nação..., op cit.

[11] Ibidem, op cit.

Com a denominada *literatura regionalista*, o sertão era o *locus* ou a ele se referia diretamente. A chamada "geração de 1930" que congregava nomes como Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Jorge Amado, etc., foi, por sua vez, a principal responsável pela construção dos conturbados sertões nordestinos, de forte conotação social. Porém, talvez o maior, mais completo e importante autor relacionado ao tema tenha sido João Guimarães Rosa, "o evocador dos sertões misteriosos, míticos, ambíguos, situados ao mesmo tempo em espaços externos e internos".

O tema continuou a ser abordado por vários autores (Ariano Suassuna e João Ubaldo Ribeiro são apenas exemplos), chamando a atenção de escritores como Francisco J. C. Dantas, em *Os desvalidos* (1993). Desse modo, a literatura brasileira povoou os variados sertões que construiu com personagens colossais, poderosos símbolos e narrativas míticas, marcando com eles forte, funda e definitivamente, o imaginário brasileiro.[12]

Ainda no campo cultural, paralelamente, a categoria *sertão* também se fez presente em outras manifestações artísticas como na pintura, no teatro, no cinema e, em especial, na música. Ocupando espaços nos meios de comunicação, como jornais, revistas, no rádio e na televisão, inspirando programas humorísticos; casos especiais e diversas novelas. Para Janaína Amado, talvez nenhuma outra categoria, no Brasil, tenha sido construída por meios tão diversos. Talvez nenhuma esteja tão entranhada na história brasileira, tenha significados tão importantes e variados e se identifique tanto com a cultura brasileira.[13]

Em tese de doutorado defendida no ano de 2010, Márcio Roberto dos Santos partindo de uma abordagem amparada na documentação histórica produzida no período colonial, procurou reconstruir os múltiplos sentidos e significados atribuídos ao sertão ou aos sertões pelas pessoas que viveram naquele período, ressaltando que estes sentidos, serão determinados pelo lugar social do autor do documento e pela finalidade com que foi produzido. Desse modo, Márcio Santos distinguiu na documentação uma variedade de *espaços* produzidos sobre o sertão. Espaços que se sucedem, que se inter-relacionam e mesmo em determinadas ocasiões podem aparecer enquadrados em uma complexa e sofisticada estrutura de representações e significados.[14].

O primeiro deles trata do sentido originário de uma rudimentar percepção do sertão como *espaço natural*. Aqui, características naturais, quase sempre ligadas ao clima e ao

---

[12] Ibidem, p, 146.
[13] Ibidem, p, 147.
[14] Márcio Roberto Alves dos Santos. *Fronteiras do sertão baiano*: 1640-1750. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p 350.

solo, são ressaltadas. Os sertões são retratados como sendo ásperos, estéreis, agrestes e secos, com a vegetação de caatinga qualificando de uma maneira mais objetiva esse sertão sempre adjetivado. Diretamente associada ao termo sertão ou não, a caatinga foi relevante como caracterização do espaço natural, tendo sido utilizada até mesmo na delimitação de circunscrições militares e na identificação de topônimos em concessões de sesmarias.[15]

Noutros casos o sertão é visto como espaço natural de abundantes terras férteis, onde se escondem as e almejadas jazidas de minerais preciosos, mas que precisava ser esvaziado das incontáveis nações de *gentios bárbaros* e incorporado ao projeto colonial. Porém, no mais das vezes, a percepção era dos sertões ásperos e estéreis, percepção esta que se apresenta tão mais enfática, quanto mais próximo do sertão está o autor do documento.[16] Para Marcio Santos, possivelmente a associação entre sertão e semiárido já seria corrente no período colonial e, provavelmente, essa ideia, gravada indelevelmente no imaginário social brasileiro, tenha nascido de documentos como esses. No entanto, ao menos no que concerne ao clima e a paisagem natural dos sertões nordestinos, as dificuldades e flagelos decorrentes de fatores ambientais associados a séculos de inércia estatal, não são meras representações. Por outro lado, como salienta Márcio Santos, deve-se observar que os sentidos e representações atribuídos ao sertão como espaço natural descrevem um entre muitos sertões coloniais e veiculam uma entre muitas leituras possíveis dos espaços sertanejos.[17]

O sertão também era percebido com *espaço geográfico* em que a dilatação era o seu atributo mais notado. O termo aparece na documentação geralmente associado à identificação de regiões interiores de alguma capitania ou mesmo da América. Ceres Rodrigues Mello afirma que após 1650, os sertões começaram a merecer melhor e mais preciso tratamento geográfico. A expressão perde, em vários registros, o sentido vago com que era usada inicialmente.[18]

Por outro lado, Márcio Santos ressalta que mesmo durante o século XVIII, em muitas situações o termo continuava vago e inexato significando, em alguns documentos, todo o interior do continente, sobretudo quando havia muitos interesses em jogo – como no caso da conquista dos sertões de Goiás, quando descobridores oriundos da vila paulista de

---

[15] Ibidem, p 350.
[16] Ibidem, p 351.
[17] Ibidem, p 351.
[18] Ceres Rodrigues. *O sertão nordestino na longa duração (séculos XVI a XIX)*. 265 f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985. p. 24-25.

Santana do Parnaíba, numa estratégia de ocultar à Coroa pormenores geográficos de espaços promissores, se valeram do artifício de dilatar ao máximo os sertões e assim encarecer a importância do Brasil para o Império Português – ocasião em que o espaço geográfico se tornava também um espaço político.

Como *espaço político,* o sertão aparece na documentação em situações de confronto político ou militar entre as autoridades e os potentados coloniais. Márcio Santos relata caso em que um dos acordos pactuados com Manuel Nunes Viana para o perdão dos seus crimes estabelecia que o reinol teria que morar na Bahia e não ir ao sertão, salvo por breve tempo e com licença dos governadores. O sertão aparece, assim, como o espaço da anomia e da ausência de controle governamental, onde o poderoso acusado poderia restabelecer as suas redes de poder.[19]

Outro sentido presente nos documentos coloniais é o que trata do sertão como *espaço administrativo*. Aqui o termo adquire delimitações geográficas bem definidas, sem as imprecisões características das ocorrências analisadas até o momento. O termo aparece em patentes militares como elemento de delimitação de circunscrições e áreas de atuação. O objetivo, ainda que as circunscrições militares fossem descontínuas e irregularmente ocupadas, era precisar os referenciais geográficos que expressavam a lógica da administração militar do território.

O último sentido identificado por Márcio Santos é o que vê o sertão como *espaço econômico*. As referências encontradas na documentação colonial apresentam as terras sertanejas como propícias para a lavoura e a para a criação de gado, merecendo grande atenção das autoridades coloniais e metropolitanas. Dos sertões do rio São Francisco, por exemplo, provinham os rebanhos que abasteciam o Recôncavo Baiano e a região das minas. De acordo com Márcio Santos, nas décadas de 20 e 30 dos Setecentos eram depositadas grandes esperanças na conquista do sertão entre as minas do Rio das Contas e as Minas Novas, o que permitiria a emergência de uma única e extensa região produtora de ouro, gado e alimentos.[20] De Antonil nos chega, no entanto, a avaliação mais direta e objetiva do potencial econômico dos sertões. Em passagem já muito citada de sua obra o jesuíta destaca a largueza dos campos e a existência de água sempre manante de rios e lagoas como fator preponderante para o desenvolvimento da atividade pecuária naqueles sertões.[21]

---

[19] Márcio Roberto Alves dos Santos. *Fronteiras...*, op cit, p 353.
[20] Ibidem, p 354.
[21] Cf., André João Antonil. *Cultura e Opulência do Brasil Por Suas Drogas e Minas*. Introdução e notas por Andrée Mansuy Diniz Silva. Coleção Documenta Uspiana 11. São Paulo. EDUSP. 2007.

Outra chave de interpretação para o termo *sertão* também encontrada nos documentos coloniais é a que parte, não de campos de expressão de sentido, mas da análise de pares de opostos. Conforme aponta Ângelo Carrara, à orientação geográfica que seu significado original encerrava, seguiram-se outras, de escopo demográfico e econômico. Mas continuou a guardar a comparação: costas, engenhos, vilas, minas continuaram a se opor aos sertões.[22] Com efeito, é recorrente na documentação o emprego do termo *sertão* em oposição a elementos geográficos, demográficos e econômicos, aos quais Márcio Santos acrescenta mais quatro pares de opostos: sertão e marinha, sertão e portos do mar, Sertão e Recôncavo, sertão e povoação dos currais.[23]

A costa, com seus portos, é onde se dá o contato com a marinha, com os povos de outros continentes, onde se processam as trocas comerciais, ao passo que o sertão, pouco povoado, é remoto e de difícil acesso. Trata-se de uma oposição que remonta aos momentos iniciais da ocupação portuguesa nas Américas, já na Carta de Pero Vaz Caminha endereçada ao rei de Portugal dando conta da "descoberta" do Brasil, o termo aparecia em oposição à costa. Do ponto de vista de quem estava no mar, tudo o que existia atrás da linha costeira, ou seja, todo o continente. À medida que a ocupação luso-brasileira avança, o sertão recua e encolhe, embora, representações geográficas de uma extensa costa longitudinal e de um profundo sertão latitudinal perdurarão até o século XVII.[24]

Já a oposição engenhos e sertão ou as minas e sertão, trazem consigo representações de ordem econômica. Enquanto os primeiros são responsáveis por produzirem artigos preciosos para a economia-mundo europeia, definem territórios economicamente superexplorados, estão conectados aos mercados externos, com produção em larga escala e sujeita às flutuações do comércio internacional. O sertão, por seu turno, é espaço de atividades ligadas à subsistência ou ao mercado interno, de pequena escala e abrangência regional ou local.[25]

Como representação de oposição de cunho político-administrativo, em oposição aos sertões, as vilas aparecem como locais em que se articulam os espaços de vida urbana e também a centralidade administrativa, o controle metropolitano e o contato com a Europa. O sertão, por sua vez é marcado por espaços de vida rural, de difícil controle régio e pouco, ou nenhum contato com o continente europeu. Enquanto nas vilas florescia o adensamento

---

[22] Ângelo Alves Carrara. *Minas e currais*: produção rural e mercado interno em Minas Gerais : 1674-1807. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007, p 45.
[23] Cf., Márcio Roberto Alves dos Santos. *Fronteiras*..., op cit, p 355.
[24] Ibidem, p 355.
[25] Ibidem, p 355.

populacional e a administração do território, nos sertões prevaleciam os vazios demográficos, o povoamento e a anomia.

Antonio Carlos Robert Moraes nos oferece uma análise lapidar da definição por oposição do termo sertão. Segundo ele, a relação entre sertão e colonização emerge com maior clareza quando contemplada com outra característica comum presente nas imagens construídas: a designação sertaneja para ser formulada necessita de um contraponto que lhe forneça sentido por diferenciação. Ou seja, o sertão só pode ser definido por oposição a uma situação geográfica que apareça como sua antípoda. Trata-se, portanto, da construção de uma identidade espacial por contraposição a uma situação díspar que, pela ausência, a qualifica. [26]

Assim sendo, para existir, o sertão necessita invariavelmente da existência de lugares que não sejam englobados nessa denominação, que apresentem condições que exprimam o oposto do qualificado por tal noção. Daí, afirma o autor, ele sempre se apresentar numa formulação dualista, como parte de uma realidade vista como cindida e dual, na qual a condição sertaneja ocupa a posição negativa ou subordinada. Em resumo, o sertão para ser identificado demanda o levantamento de seu oposto: o não-sertão, visto como o lugar que possui as características de positividade ali inexistentes. Vale salientar que é sempre a partir dessa posição oposta que o sertão é qualificado enquanto tal. Isto é, o lugar a partir do qual se qualifica uma localidade como um sertão está sempre localizado no campo contraposto.[27]

Desse modo, como visto anteriormente, a localização e delimitação do sertão, a sua valoração positiva ou negativa, as expectativas e projetos civilizacionais sobre ele colocados, a relação de intimidade ou de distanciamento que com ele se mantém são determinados, em última análise, pelo lugar social do autor ou emissor do documento colonial e pela finalidade com que este foi produzido. Conforme aponta Márcio Santos, os campos de expressão de sentido, os próprios sentidos expressos e as representações por oposição dependerão da destinação a que se prestam. Serão distintos, por exemplo, quando se tratar de uma ordem régia para a regulação de relações fundiárias nos sertões, de uma petição de mercê de um sertanista, na qual se julgue necessário demonstrar o vínculo do

[26] Cf., Antonio Carlos Robert Moraes. O Sertão: um outro geográfico. *Cadernos de Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 13/14, p. 360-369, 2002.
[27] Ibidem, op cit.

autor com o espaço sertanejo, ou de um ato administrativo objetivo, em que o vocábulo entre como elemento de composição de lugares e circunscrições.[28]

Porém, sempre se parte do não sertão, quase sempre um lugar de positividade ao qual se opõem as carências do sertão. Mesmo um ato administrativo simples e aparentemente objetivo, como a concessão de sesmaria ou a nomeação para posto militar, embute uma expectativa de regulação e de ordenação do sertão, que é colocada do ponto de vista do não sertão, isto é, da vila ou cidade de onde se emite o documento.

1.2 A PECUÁRIA NOS SERTÕES SETENTRIONAIS

A pesquisa histórica sobre a formação e o desenvolvimento da atividade pastoril nos sertões nordestinos do Brasil colonial deve a dois observadores coevos a base de suas primeiras formulações. O jesuíta André João Antonil e o autor anônimo do *Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí* foram, com efeito, os primeiros a destacar a importância da atividade criatória para a economia colonial e a esboçar os primeiros traços dos tipos sociais envolvidos nas lides com o gado.

Arguto e perspicaz observador da sociedade colonial brasileira entre fins do século XVII e inícios do século XVIII, o Padre Jesuíta João Antônio Andreoni, mais conhecido como Antonil, vivenciou e documentou com pormenores, aspectos fundamentais da vida social, política e econômica, com destaque para esta última, fornecendo valiosas descrições e informações acerca dos elementos que compunham a riqueza da colônia portuguesa no Novo Mundo ou, como ficou intitulado em sua obra, a *Cultura e Opulência do Brasil Por Suas Drogas e Minas*. Nela Antonil se detém com maior ênfase sobre as produções de cana-de-açúcar e de tabaco sem esquecer, contudo, a mineração – razão principal que levou a coroa portuguesa a retirar sua obra de circulação tempos depois de editá-la com todas as licenças indispensáveis – e a pecuária.

Vem de Antonil a descrição fantástica de vastos territórios nos sertões setentrionais ocupados por vultosos rebanhos de gado:

> Estende-se o sertão da Bahia até a barra do rio de São Francisco, oitenta léguas por costa; e indo para o rio acima, até a barra que chamam de Água Grande, fica distante a Bahia da dita terra cento e quinze léguas; de Centocé, cento e trinta léguas; de Rodelas por dentro, oitenta léguas; das Jacobinas, noventa; e do Tucano, cinquenta. E porque as fazendas e os currais do gado se situam aonde há largueza de campo, e água sempre manante de rios ou lagoas, por isso os currais da parte da

[28] Márcio Roberto Alves dos Santos. *Fronteiras*..., op cit.

> Bahia estão postos na borda do rio de São Francisco, na do rio das Velhas, na do rio das Rãs, na do rio Verde, na do rio Paramirim, na do rio Jacuípe, na do rio Ipojuca, na do rio Inhambuque, na do rio Itapicuru, na do rio Real, na do rio Vaza-barris, na do rio Sergipe e de outros rios, em os quais, por informação tomada de vários que correram este sertão, estão atualmente mais de quinhentos currais, e, só na borda aquém do rio de São Francisco, cento e seis. E na outra borda da parte de Pernambuco, é certo que são muito mais. E não somente de todas estas partes e rios já nomeados vêm boiadas para a cidade e Recôncavo da Bahia, e para as fábricas dos engenhos, mas também do rio Iguaçu, do rio Carainhaém, do rio Corrente, do rio Guaraíra, e do rio Piauí Grande, por ficarem mais perto, vindo caminho direito à Bahia, do que indo por voltas a Pernambuco. E, posto que sejam muitos os currais da parte da Bahia, chegam a maior número os de Pernambuco, cujo sertão se estende pela costa desde a cidade de Olinda até o rio de São Francisco oitenta léguas; e continuando da barra do rio de São Francisco até a barra do rio Iguaçu, contam-se duzentas léguas. De Olinda para oeste, até o Piauí, freguesia de Nossa Senhora da Vitória, cento e sessenta léguas; e pela parte do norte estende-se de Olinda até o Ceará-mirim, oitenta léguas, e daí até o Açu, trinta e cinco; e até o Ceará Grande, oitenta; e, por todas, vem a estender-se desde Olinda até esta parte quase duzentas léguas. (...) Sendo o sertão da Bahia tão dilatado, como temos referido, quase todo pertence a duas das principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre, e a do defunto mestre de campo Antônio Guedes de Brito. Porque a casa da Torre tem duzentas e sessenta léguas pelo rio de São Francisco, acima à mão direita, indo para o sul, e indo do dito rio para o norte chega a oitenta léguas. E os herdeiros do mestre de campo Antônio Guedes possuem desde o morro dos Chapéus até a nascença do rio das Velhas, cento e sessenta léguas. E nestas terras, parte os donos delas têm currais próprios, e parte são dos que arrendam sítios delas, pagando por cada sítio, que ordinariamente é de uma légua, cada ano, dez mil réis de foro. E, assim como há currais no território da Bahia e de Pernambuco, e de outras capitanias, de duzentas, trezentas, quatrocentas, quinhentas, oitocentas e mil cabeças, assim há fazendas a quem pertencem tantos currais que chegam a ter seis mil, oito mil, dez mil, quinze mil e mais de vinte mil cabeças de gado, donde se tiram cada ano muitas boiadas, conforme os tempos são mais ou menos favoráveis à parição e multiplicação do mesmo gado, e aos pastos assim nos sítios com também nos caminhos.[29]

Com relação aos tipos humanos e sociais empenhados no trato com as boiadas, a presença de escravos africanos aparece implícita em determinado momento do texto. Relata Antonil:

> Constam as boiadas que ordinariamente vêm para a Bahia, de cem, cento e cinquenta, duzentas e trezentas cabeças de gado; e desta quase cada semana chegam algumas a Capoame, lugar distante da cidade oito léguas, onde tem pasto e onde os marchantes as compram: e em alguns tempos do ano há semanas em que cada dia chegam boiadas. *Os que as trazem são brancos, mulatos e pretos, e também índios que com este trabalho procuram ter algum lucro*. Guiam-se indo uns adiante cantando, para serem desta sorte seguidos do gado; e outros vêm atrás das reses tangendo-as e tendo cuidado que não saiam do caminho e se amontem. As jornadas

[29] André João Antonil. *Cultura e Opulência do Brasil Por Suas Drogas e Minas*. Introdução e notas por Andrée Mansuy Diniz Silva. Coleção Documenta Uspiana 11. São Paulo. EDUSP. 2007, p 287 e segs.

> são de quatro, cinco e seis léguas, conforme a comodidade dos pastos onde hão de parar. Porém, aonde há falta de água, seguem o caminho de quinze, e vinte léguas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso, até que achem paragem onde possam parar. Nas passagens de alguns rios, um dos que guiam a boiada, pondo uma armação de boi na cabeça e nadando, mostra às reses o vau por onde hão de passar.[30]

No tocante a pujança e a importância da atividade pecuária nos sertões, Antonil acentua que:

> Para que se faça justo conceito das boiadas que se tiram cada ano dos currais do Brasil, basta advertir que todos os rolos de tabaco que se embarcam para qualquer parte vão encourados. E, sendo cada um de oito arrobas, e os da Bahia, como vimos em seu lugar, ordinariamente cada ano pelo menos vinte e cinco mil, (...), bem se vê quantas reses são necessárias para encourar vinte e sete mil rolos. Além disto, vão cada ano da Bahia para o Reino até cinquenta mil meios de sola (...) a maior parte dos moradores do recôncavo mais abundantes, se sustentam nos dias não proibidos de carne do açougue, e da que se vende nas freguesias e vilas, que comumente os negros, que são um número muito grande nas cidades vivem de fressuras, bofes e tripas, sangue e mais fato das reses, e que no sertão mais alto a carne e o leite é o ordinário mantimento de todos. Sendo também tantos os engenhos do Brasil que cada ano se fornecem de bois para os carros e os de que necessitam os lavradores de canas, tabaco, mandioca, serrarias e lenhas, daqui se poderá facilmente inferir quantos haverão mister de ano em ano para conservar esse trabalhoso meneio. (...) será de melhor acerto, do que afirmar precisamente o número das boiadas, porque nem mesmo os marchantes, que são tantos e tão divididos por todas as partes tão povoadas do Brasil, o podem dizer com certeza; e, dizendo-o, temo que não pareça crível e que se julgue encarecimento fantástico.[31]

Conforme aponta Ângelo Emilio da Silva Pessoa, em que pesem os números provavelmente exagerados do religioso da S.J., deve-se levar em conta as vantagens que o negócio da pecuária trazia. O produto não dependia de forma direta das oscilações dos mercados internacionais (dada à existência de um mercado consumidor interno, salvo alguns subprodutos de origem bovina destinados à exportação) e também os baixos investimentos para a montagem de fazendas de gado poderiam possibilitar um retorno nada desprezível no processo de comercialização.[32]

---

[30] Ibidem, p 296-297. [Grifo meu]
[31] Ibidem, p 295-296.
[32] Cf., Ângelo Emilio da Silva Pessoa. "*As Ruínas da Tradição*: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila – família e propriedade no nordeste colonial". Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2003, p 170.

Escrito provavelmente por João Pereira Caldas, conforme aponta Capistrano de Abreu,[33] o *Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí* é um documento fundamental para se compreender os aspectos sociais e econômicos da atividade pecuária nos sertões do Brasil colonial da segunda metade do século XVIII. Mais do que uma descrição de um roteiro pelas capitanias dos sertões setentrionais, o autor faz um balanço sobre a economia e a sociedade do interior da colônia, suas articulações com as regiões litorâneas e propõe um projeto de intensificação da colonização de uma vasta área no Brasil central, que permitiria fomentar o desenvolvimento de todo o grande norte da colônia, sem perder, contudo, a noção do verdadeiro sentido da colonização; qual seja, a boa saúde econômica da Metrópole. Encontramos no autor anônimo talvez a melhor definição do que vem a ser o Antigo Sistema Colonial ao delinear a verdadeira função das colônias no tabuleiro do capitalismo comercial, pois, as colônias:

> São estabelecidas em utilidade da metrópole. Por máxima fundada nesta utilidade os habitantes das Colônias devem ocupar-se em cultivar, e adquirir as produções naturais, ou matérias primeiras, para que, sendo exportadas à Metrópole, esta não só dela se sirva, mas aperfeiçoando-as possa também tirar das colônias o preço da mão-de-obra e possa comerciar no supérfluo com as Nações estrangeiras.[34]

Inserido neste quadro, o desenvolvimento da produção pecuária comparece como atividade acessória ao complexo agroexportador e à economia mineratória destinadas aos portos, reduzindo os custos das produções coloniais e permitindo uma maior apropriação de riquezas por parte da metrópole, além da efetivação da colonização de diversas áreas ainda precariamente ocupadas pelo povoamento e a civilização dos índios.

Como exemplo deste caráter de economia acessória e complementar à produção destinada à exportação e também à agricultura de subsistência, o autor cita o caso do Piauí, uma das maiores regiões fornecedoras de carnes no período colonial que, se dedicando apenas à criação de gado, concorria satisfatoriamente para com o abastecimento das regiões exportadoras e produtoras de gêneros de primeira necessidade, permitindo a sua maior

---

[33] "O autor desconhecido, que deve ser João Pereira Caldas, sucessivamente governador do Piauí, do Maranhão, do Pará e de Mato Grosso, era um admirável conhecedor dos sertões pastoris e pode dizer-se que nos dá a filosofia do gado e dos vaqueiros". Capistrano de Abreu. *Capítulos de História Colonial & Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, Brasília: Ed. da UnB, 1982, p 322. *Apud*, Ângelo Emilio da Silva Pessoa. "*As Ruínas da Tradição*: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila – família e propriedade no nordeste colonial". Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2003, p 116.

[34] Anônimo. Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauhi, [177-]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. LXII, p. 60-161, 1900., p 102.

especialização, ao passo em que podia receber destes, em contrapartida, os gêneros e produtos que não produziam. Para tanto, o fornecimento de gado deveria ser regular e constante, para que a carestia e a falta de víveres não desorganizassem as demais produções de interesse metropolitano.[35]

Essa relação de interdependência entre áreas pecuaristas e regiões litorâneas não garantia apenas o suprimento de gêneros alimentícios de que tinham carência nesses sertões interiores; do litoral também vinham os escravos africanos compensar a falta de braços nas produções de subsistência e nas lides com o gado:

> As Capitanias, e povoações que só consistem na criação de gados, excedendo a multiplicação dos mesmos gados ao necessário para a sua subsistência, e não podendo dar dentro delas mesmas consumo ao supérfluo; procuram as Capitanias da Marinha, como mais povoadas, para aí venderem, e delas dependem para a troca dos mesmos gados ou dinheiro, que por eles recebem, haverem as manufaturas, e mais gêneros da Metrópole; os escravos de África também necessários para a cultura dos gêneros comestíveis do país, e trato da mesma criação de gados.[36]

O autor do *Roteiro* informa que havia uma carência de gados para abastecer a demanda de várias Capitanias e que esse comércio, obedecia aos princípios da lucratividade em sua comercialização, em que fatores como rota e transporte de reses eram consideradas:

> A promíscua, e recíproca introdução, e extração que elas [as Capitanias] fazem entre si dos seus gados bem longe de provar a referida abundância só pode servir para mostrar, que segundo a situação, extensão e divisão das ditas Capitanias, dependem umas dos gados das outras, para a sua subsistência; que cada particular, vai vender as suas boiadas, onde tem maior comodidade e interesse, ou por serem melhores, as estradas, ou mais curta a marcha, ou maior o preço, porque as reputam, que é o primeiro objeto do vendedor.[37]

Mesmo se valendo de práticas pré-capitalistas nas fazendas, a pecuária ligava-se ao quadro mais geral da economia colonial, inserida nos circuitos de troca que a metrópole controlava com o fito de absorver parte substantiva das riquezas produzidas na colônia.[38]

O *Roteiro* nos dá, ainda, informação sobre o desenvolvimento de regiões intermediárias entre zonas criatórias e mercados litorâneos, que desempenhavam papel

---

[35] Cf., Anônimo. Roteiro..., op cit.
[36] Ibidem, p 105-106.
[37] Ibidem, p 94.
[38] Cf., Ângelo Emilio da Silva Pessoa. *As Ruínas da Tradição*..., op cit.

fundamental na ocupação e desenvolvimento econômico dos sertões, comprando a preços baixos reses prejudicadas pelas longas jornadas, ou que se desgarravam das boiadas, para revendê-las logo depois. Assim:

> Os novos povoadores sustentando-se daquelas reses, de que não esperam outro interesse, cuidam em que se reestabeleçam as que lhes sobram para as irem no ano seguinte vender aos mesmos portos, procuram com a indústria fazer tanques onde a conservam no inverno e por este modo, utilizando-se dos gados, que se criam nas capitanias do interior, passam também a estabelecer novas criações em sítios, que seriam inteiramente despovoados, se este primeiro interesse não os levasse a eles.[39]

Para Capistrano de Abreu foi graças a estas circunstâncias, que se formou no trajeto do gado uma população relativamente densa, tão densa como só houve igual depois de descobertas as minas, nas cercanias do Rio São Francisco.[40] Com efeito, em alguns mapas dos séculos XVIII e XIX, representando regiões pecuaristas do Rio São Francisco, é possível perceber a presença de diversas fazendas, missões religiosas e algumas estradas, que nos permitem entrever o estabelecimento de rotas para o transporte do gado e de outras mercadorias necessárias à área criatória, que ligavam o interior às regiões litorâneas por meio das trocas comerciais.[41] Ângelo Emilio da Silva Pessoa, entende que essa incipiente rede de estradas e de rotas comerciais permitiu a lenta estruturação de um mercado de dimensão regional, impedindo que essas distantes regiões interioranas ficassem isoladas das maiores rotas mercantis que se articulavam pela colônia e com o mercado metropolitano".[42]

1.2.1 OS SERTÕES DE RODELAS

Em pesquisa sobre a expansão portuguesa pelos *sertões de Rodelas*[43], centro irradiador da expansão pecuária pelos sertões nordestinos, Marcos Galindo identifica três

---

[39] Anônimo. Roteiro..., op cit, p 113.
[40] Cf., Capistrano de Abreu. *Capítulos de História Colonial (1500 – 1800).* Brasiliana – USP. 2007. Cópia Fac-Similar da edição de 1907.
[41] Cf., Ângelo Emilio da Silva Pessoa. "*As Ruínas da Tradição*...," op cit.
[42] Ibidem, p, 118.
[43] "O Sertão de Rodelas situava-se mais precisamente no médio curso do rio São Francisco, no segmento compreendido entre a barra do rio Grande e a cachoeira de Paulo Afonso, confrontava-se ao Sudoeste com os sertões das Jacobinas e com o rio Itapicuru, ao nascente com o Xingo e rio Pajeú, e ao norte com sertões do Piauí, anexado no último quartel do século XVII por Francisco Dias de Ávila e Domingos Afonso Sertão".

etapas num conjunto de ações que possibilitaram – a partir da segunda metade do século XVII, nos sertões do São Francisco, (região tradicionalmente dominada por povos tapuia,[44] hostis aos brancos) – a pecuária lograr em poucas décadas instalar-se e consolidar as fazendas de gado pioneiras, "num processo aparentemente negociado com os nativos e sem notícia de grandes guerras tais quais as ocorridas durante a fundação dos assentamentos do litoral e do recôncavo baiano".[45]

Estas ações, primeiramente apresentaram-se sob a forma do que ele chama de *Alianças introdutórias*, que permitiram a instalação ordenada da pecuária; em seguida registram-se as primeiras *Alianças militares*, quando contingentes tapuias passam a atender parte das demandas de guerra dos portugueses em eventos tais como as lutas contra os holandeses, contra os negros do Quilombo dos Palmares, e nas Guerras Bárbaras contra os tapuias inimigos dos Portugueses. Finalmente, já no século XVIII, os povos tapuia perdem importância como elemento de defesa no processo colonial, momento em que surgem também os *agregamentos*, ocasião em que eles são obrigados a administrar a própria sobrevivência. Este é o nível mais fronteiriço entre a ação, agente e o subjugo. Ele se dá quando o processo colonial está consolidado e os tapuias remanescentes permanecem ligados – tutelarmente – às instancias de poder local (Igreja e fazendeiros), administrando a sobrevivência diária, até a submergência em um substrato 'caboclo', no qual vão permanecer até o século XX, quando o ambiente político permite a *etnogênese*. [46]

A região do sertão de Rodelas funcionaria como portal de entrada nos sertões, de cuja conquista irá depender a expansão para o Piauí e uma futura integração dos Estados do Brasil e Grão-Pará, além de servir de defesa e retaguarda para o litoral. Será ali também o espaço de maior atuação da Casa da Torre, que o organizará economicamente e lhe imprimirá o programa colonial calcado em regras rígidas e eficientes. Não obstante sua condição de "olho do furação", com um número elevado de aldeias espalhadas pelas cercanias e a diversidade de etnias que partilhavam o espaço reordenado pela pecuária, esta região não registrou guerras gentílicas que ameaçassem o processo colonial, como as

---

Marcos Galindo. *O Governo das Almas:* A expansão colonial no país dos Tapuias 1651 – 1798. Tese de doutoramento. Universidade de Leiden. 2004, p 17.

[44] De acordo com Marcos Galindo, *Tapuia* refere-se a um termo genérico, uma identidade historicamente construída que abrigava uma diversidade de povos habitantes tradicionais do semiárido, que estiveram no campo de contato das frentes de expansão colonial atuantes no nordeste brasileiro a partir do século XVI. Mais especificamente àqueles povos encontrados pelo vetor expansionista que se partiu da Bahia em direção a região do médio curso do rio São Francisco denominada sertão de Rodelas. In, Marcos Galindo. *O Governo das Almas...*, op cit.

[45] Ibidem, p 15.

[46] Ibidem, p 103.

Guerras Bárbaras. Essas se deram nas regiões do perímetro da conquista do São Francisco e do Recôncavo Baiano, associado ao processo de expansão pelos sertões das Jacobinas no terceiro quartel do século XVII, sendo a mais importante das guerras bárbaras – envolvendo tapuias ex-aliados dos holandeses e pecuaristas – a que se deu nos vales do rios Açú e Seridó na capitania do Rio Grande do Norte.[47]

Essas circunstâncias com que este processo fosse interpretado pela historiografia como sinal de passividade e submissão ao domínio branco. Galindo considera que a ausência de processos reativos armados por parte dos indígenas foi, na verdade, fruto de uma ação de resistência indígena singular, frente às demandas políticas específicas da experiência local em que a resistência armada cedeu lugar a uma experiência desenvolvida entre brancos e alguns grupos de tapuias, na qual os embates armados perderam espaço para alianças estratégicas que sustentaram o projeto colonial, encubando em ambiente protegido as células iniciais da pecuária.[48]

Não somente a conquista e redução de povos compareciam no processo de ocupação e estabelecimento de fazenda de gado e do domínio português nestes sertões; fatores como a persuasão e as políticas de alianças se faziam mais eficazes nos momentos iniciais de ocupação. As fontes coevas são profícuas em assinalar a extrema vulnerabilidade e precariedade dos assentamentos pioneiros naquelas paragens, lembrando que em meio aos vazios circulavam livremente milhares de tapuias que podiam facilmente dominar os criadores. Neste caso, face ao quadro desfavorável aos brancos, era fundamental a cumplicidade com os nativos, para a instalação de núcleos coloniais.[49] Essa cumplicidade na gestação das *Alianças Introdutórias* se deu sob o signo de um compadrio peculiar[50] envolvendo alguns grupos nativos e colonos luso-brasileiros, que foi, aos poucos, quebrando a resistência nativa, permitindo a colonização espalhar-se pelos sertões de Rodelas.

Comparada à resistência indígena de outros povos tapuias do Nordeste, a expansão predominantemente negociada nos sertões de Rodelas tornou-se uma marca diferencial no processo histórico dos povos do rio São Francisco. Marcos Galindo pontua que, as alianças

---

[47] Cf., Marcos Galindo. *O Governo das Almas...*, op cit.
[48] Ibidem, p 104.
[49] Ibidem, p 106.
[50] Diferentemente do modelo de extensão do parentesco sancionado pelo batismo católico, Marcos Galindo identifica uma vertente sutil de compadrio presente nas relações de poder nos sertões que não estava presa ao rito católico, mas ao rito vassalar das estruturas oligárquicas, e se observa inicialmente nos agregamentos que resultam da incorporação de grupos nativos à núcleos coloniais. "Estes agregamentos tinham uma ligação direta com as demandas de mão-de-obra, e as necessidades de defesa das fazendas". Marcos Galindo. *O Governo das Almas...*, op cit, p 110.

introdutórias acertadas entre indígenas e colonizadores nestas partes do sertão foram regidas por acordos de natureza mutualista, na qual os tapuias cediam espaço para pastagens e currais, e ofereciam proteção aos colonos brancos contra os tapuias hostis não aliançados. Em troca recebiam resgates e se protegiam contra a exposição direta à ação colonial. Estes acordos com os brancos adicionalmente reforçavam seu poder contra os inimigos locais.[51]

As alianças introdutórias existiram enquanto a pecuária necessitou da hospitalidade tapuia para dar sustentação e segurança aos seus currais. Uma vez passada esta fase, estabilizada a expansão, elas perderam a sua função estratégica e se tornaram um entrave aos desígnios dos curraleiros. A quebra oportunista de alianças originais foi o desdobramento natural do projeto expansionista. Neste momento, a expansão assumiu o subjugo dos índios como fundamental à continuidade; e, com exceção de alguns grupos ou áreas geográficas que se colocavam como estratégicas, os nativos, em regra, migraram lentamente da condição de associado para a de servo submisso, vassalo, e muitas vezes para a situação de inimigo.[52]

A condição de padrinho conferia, na sociedade colonial, um status patriarcal ao senhor de terras e de gente, com seus "protegidos" e afilhados, com a figura do acompadrado e do protetor permeando as relações entre os grandes sesmeiros e seus associados, brancos e indígenas. Assim, aplicar-se-iam, para o sertão, relações mais vassalares que servis, com base nos laços fraternais descritos por Henry Koster para quem: "esse relacionamento é considerado muito sagrado no Brasil, (...) um laço fraternal que permite a um homem pobre dirigir-se a seu superior com uma espécie de afetuosa familiaridade, ligando-os com laços de união, cuja não-observância seria sacrílega."[53]

A política de alianças nos sertões amparada no compadrio evoluiu ao longo do século XVII para o ponto de, no século seguinte, não serem mais os pecuaristas que buscassem abrigo nos entornos das aldeias indígenas, mas o contrário: surgiam então os 'agregamentos' nos quais as fazendas de gado passavam a ser hospedeiras de nativos desaldeados, se tornando o *placet* onde o compadrio se encontra com o seu senso mais moderno.[54] No início da ocupação era somente junto aos tapuias aliados que as fazendas de gado estavam seguras, razão pela qual a Casa da Torre instalou os currais pioneiros no

[51] Ibidem, p 107-108.
[52] Ibidem, p 109.
[53] Henry Koster. *Travels in Brazil*. Philadelphia, 3 vol. 1817. *Apud.* Marcos Galindo. *O Governo das Almas...*, op cit.
[54] Marcos Galindo. *O Governo das Almas...*, op cit, p 114.

entorno das aldeias dos índios Rodelas. Desse modo, se no começo os brancos eram os agregados, no decorrer do tempo, novos grupos foram se aproximando das fazendas, ampliando a rede de aliados, e fortalecendo a posição dos pecuaristas, que passavam assim de agregados para agregadores.[55]

A política de agregamentos apresentava-se eficaz nos dois polos da correlação de forças, uma vez que, por um lado, permitia aos tapuias aliados sobreviver junto às fazendas conservando um pouco de liberdade e, por outro lado, aos fazendeiros significava a manutenção de exércitos particulares e reserva de mão-de-obra sempre à disposição, a baixo custo e sem infração das leis coloniais que proibiam a escravização de indígenas.[56] Embora importantes para a conquista e ocupação dos sertões, a amizade de grupos majoritários não era garantia de verdadeiro trânsito livre pelo São Francisco. As alianças inaugurais eram pequenas ilhas de aliados em um mar de tapuias hostis e caminhos controlados por inimigos onde os núcleos coloniais pouco podiam fazer para enfrentar a oposição de adversários locais.

A saída passava por uma longa política de negócios e trocas, intercaladas por pequenas guerras ofensivas apoiadas por tapuias aliados. Para viabilizarem um fluxo contínuo de bens e mercadorias, essenciais à estabilização da economia, tanto no sertão, quanto nos setores do litoral dependentes dos produtos dos sertões, a economia do Sertão de Rodelas, das conquistas do Piauí e de parte do Maranhão, dependia do trânsito livre e paragens seguras. Após a retomada da produção açucareira no litoral, a necessidade estratégica do fornecimento de pólvora para suprir os postos de defesa e as milícias e ordenanças, fazia da descoberta de jazidas de salitre, entre as Jacobinas e o Sertão de Rodelas, um assunto de segurança colonial de primeira magnitude.[57]

As alianças militares entre tapuias e luso-brasileiros e a emergência da pecuária como forma de incrementar o caixa da Coroa lusitana, foram de suma importância para a defesa das Capitanias do Nordeste e para a manutenção da economia colonial, que exigia a diversificação do mercado para repor as perdas da economia açucareira causadas pela concorrência antilhana e pela crise do açúcar na segunda metade do século XVII. A expulsão dos Holandeses do Nordeste brasileiro, a destruição do Quilombo de Palmares e a vitória nas guerras bárbaras do Rio Grande do Norte marcaram o fim do ciclo de defesa das Capitanias do Nordeste e também a submergência dos grupos nativos no teatro de

[55] Ibidem, p 115.
[56] Ibidem, p 116.
[57] Ibidem, p 122.

operações sertanejo. A partir desse momento, os aliados tapuias, até então indispensáveis, assumem uma posição secundária no grupo dos associados, e tornam-se gradativamente um entrave à expansão no interior. A situação dos nativos assume, assim, feições dramática, pois, sem terem com o que barganhar, passam a negociar a simples continuidade num jogo onde ganha quem permanecer vivo.[58]

Tão importantes quanto as alianças com os grupos indígenas e a sua posterior submissão para o avanço da pecuária e o estabelecimento do poder real nos sertões foi o papel desenvolvido pelas missões religiosas. Encabeçadas por capuchinhos e jesuítas num primeiro momento e italianos, franciscanos e carmelitas numa segunda fase, a atividade missionária, encarnando o espírito expansionista da contrarreforma, desde o início da colonização irá participar ativamente do jogo colonial, reduzindo povos túpicos do litoral, dando suporte à atividade econômica, controlando o uso da mão-de-obra e, muitas vezes, promovendo descimentos forçados e guerras justas contra os nativos "infiéis".[59]

Stuart B. Schwartz demonstra como a instalação da indústria açucareira no litoral nordestino levou leigos e clérigos a se valerem de certos expedientes para suprir a demanda por mão-de-obra na faina dos engenhos e na produção de alimentos. Primeiramente objetivou-se suprir tal demanda através do apresamento e escravidão dos nativos por parte dos colonos; posteriormente – experimentado a princípio pelos jesuítas, e depois por outras ordens religiosas – busca-se a formação de um campesinato indígena, por meio da aculturação e da destribalização. Por fim, um expediente usado tanto por leigos, quanto por clérigos, foi a integração lenta dos índios dentro do mercado capitalista, auto regulado, na qualidade de trabalhadores autônomos assalariados. Schwartz afirma ainda que estas modalidades de obtenção de mão-de-obra não se deram nas mesmas direções e nem de modo homogêneo. Em que pesem os embates entre clérigos e colonos, no fundo confrontos entre estratégias distintas, que, apesar disso, tinham por fim o mesmo objetivo: a europeização dos nativos americanos.[60]

Nos sertões interiores do São Francisco pode-se constatar o aparecimento de diversos experimentos resultantes de formas locais de redução de grupos nativos, dirigidos a atender as demandas de trabalho do sertão. Marcos Galindo nos conta que, ao lado das missões cristãs, e a exemplo daquelas reduções privadas vistas no litoral, nota-se o

---

[58] Ibidem, p 135.
[59] Ibidem, p 142.
[60] Cf., Stuart B. Schwartz. Indian labor and new world plantations: european demands and indian responses in northeaster Brazil. *American Historical Review*, Washington, v. 83, n. 1, p. 43-79, Feb. 1978.

surgimento de assentamentos marginais aos núcleos coloniais do interior – os *agregamentos* – que cumpriram importante papel como solução coadjutória à conquista, e na consolidação do processo colonial.[61] Diferentemente do sistema de aldeamentos conduzidos por missionários, estes assentamentos caracterizavam-se por serem reduções de expressão puramente secular, movidas pela iniciativa privada, surgidas no vácuo e hesitações das políticas portuguesas concernentes à exploração de mão-de-obra nativa. De acordo com Marcos Galindo, nestes agregamentos, se desenvolveu uma relação aparentada da servidão "feudal" que se estendeu como prática colonial até a instalação do Diretório Pombalino no século XVIII. Os exemplos desta prática são eloquentes, conquanto sejam negados categoricamente. Registram-se aldeamentos privados praticados por senhores de terras pecuaristas, tais como os de Antônio da Silva Pimentel, João Peixoto Viegas, Antônio Guedes de Brito, e Francisco Dias d'Ávila, entre outros.[62]

Os missionários reagiam permanentemente contra as reduções particulares alegando que elas eram contrárias às leis que garantiam a liberdade dos nativos e que a administração destes havia sido concedida aos missionários, tanto no temporal quanto no espiritual. Aos portugueses não agradava, contudo, deixar a estratégica reserva de mão-de-obra sob monopólio dos missionários, que tinham para os índios planos diversos dos anseios dos portugueses.

O ciclo missionário sertanejo está dividido em duas fases: a primeira, que tem início logo após a expulsão holandesa de Pernambuco na segunda metade do século XVII, é marcada por disputas e conflitos pelo domínio da mão-de-obra indígena travada por entre missionários e grandes proprietários de terra, sobretudo, com os membros da Casa da Torre, culminando com o colapso das missões capuchinhas e o despejo dos jesuítas dos sertões do São Francisco em finais do século XVII. A segunda fase inicia-se nos primeiros anos do século seguinte com a chegada dos italianos, franciscanos e carmelitas que vêm assumir as missões do São Francisco fundadas pelos franceses e jesuítas. Esta fase é marcada por uma ação muito mais dependente da política portuguesa, sendo as missões controladas à corda-curta pela Casa da Torre. Em que pesem tais divergências, as missões religiosas eram fundamentais para garantir a estabilidade nas áreas recém-conquistadas, enquanto promoviam o descimento de novos grupos de nativos acossados pelas ações militares em

[61] Marcos Galindo. *O Governo das Almas...*, op cit.
[62] Ibidem, op cit.

territórios tradicionais. Em complemento à guerra, a ação missionária convertia uma massa reagente à ação colonial em vassalos integrados ao sistema produtivo colonial.[63]

Criando uma vastíssima rede de propriedades, com as fazendas de gado se baseando nas mesmas estruturas fundiárias da *plantation:* as sesmarias; o arrendamento foi a fórmula encontrada pelos sesmeiros para garantir a apropriação e o monopólio das vastas áreas de terras nos sertões. Por serem pouco cobiçadas em relação às localizadas em áreas férteis do litoral e também devido à falta de referências concretas de sua localização. Informações vagas dadas por desbravadores e capitães de índios, serviram de base para as concessões, em Salvador, de imensos latifúndios, gerando, num momento posterior, forte tensão social, à medida que as frentes de expansão pioneiras se chocavam com terras já concedidas juridicamente na Capital. Isso levou a coroa portuguesa a estipular limites menos vorazes às suas doações, limitando-as em quatro léguas por uma, padronizando pouco tempo depois em três léguas por uma, sistema esse que não fora em muito respeitado.[64]

Francisco Carlos Teixeira da Silva nos fala de outras formas de ocupação e apropriação das terras do sertão como no caso das *terras indivisas* e *hereias*. Eram áreas comunais onde conviviam não apenas camponeses pobres, mas também proprietários de fazendas de gado, que usufruíam dos pastos, das águas e das matas em regime comunal. Já as *malhadas* eram áreas de uso coletivo, onde o gado se reunia para pernoitar, "ferrar" ou para a "*junta*". Assim era também chamada à área próxima a terreno da fazenda e o local onde o gado se reunia pra ruminar. Podia se situar em propriedades de outros senhores, não sendo, portanto, comunais, embora fossem usadas por todos sem permissão ou cobrança de direitos.

O autor afirma que este sistema de uso comunal de terras nos sertões teve ampla difusão, transformando o sertão em um imenso pasto onde, por largos trechos, a população conseguiu impor um regime de terras distinto daquele baseado na apropriação individual e privada da terra, como se esperava do sistema sesmarial. Mesmo depois de 1850, com a nova Lei de Terras, esse regime de posse e uso de terra se manteve inalterado, mostrando que os efeitos daquela legislação parecem ter se limitado a área cafeeira, no eixo centro-sul do país, sem qualquer mudança de fundo nas demais regiões.[65]

---

[63] Ibidem, op cit.

[64] Cf., Francisco Carlos Teixeira da Silva. Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil colonial. In: Tamás Szmrescànyi (Org.). *História Econômica do Período Colonial*. 2ª. ed. Revista –São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira dos Pesquisadores em História Econômica/Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.

[65] Ibidem, p 131.

Se as terras eram "indivisas" o mesmo não se podia dizer dos recursos naturais. Raros, os poços, cacimbas, caldeirões ou olhos d'água eram controlados ao acesso dos animais. Cercados, gerando tensão entre criadores de animais de pequeno porte (porcos, principalmente) e os de grande porte. Nos tabuleiros Pernambucanos e de Alagoas eram as culturas que deveriam ser cercadas, e o gado criado à solta, diferentemente do que ocorria nas áreas da *plantation*.[66]

Teixeira da Silva divide em quatro grupos as formas de uso e posse de terras nas áreas de dominância da pecuária sertaneja, começando com a grande propriedade, de origem sesmarial com exploração direta e trabalho escravo; em seguida temos o conjunto de sítios e situações, terras arrendadas por foro contratual, com gerencia de foreiro e trabalho escravo. Em terceiro plano aparecem as terras individuais, de propriedade comum – não eram terras devolutas, nem da coroa – de exploração direta, com caráter de pequena produção escravista ou familiar, muitas vezes dedicada a criação de gado de pequeno porte. E, por fim, áreas de uso coletivo, como malhadas e pastos comunais utilizados pelos grandes criadores e pelas comunas rurais.[67]

Destoando um tanto quanto da visão da historiografia tradicional sobre a ocupação dos sertões, verifica-se, portanto, uma paisagem diversificada e menos homogênea. Teixeira da Silva chama a atenção para o grande equívoco cometido pelos analistas das fazendas de criar, em tomarem as extensões das imensas sesmarias como sendo em si as próprias fazendas, fiando-se nas descrições de Antonil que descrevia fazendas com currais que possuíam até mil cabeças de gado e fazendas a quem pertenciam tantos currais, que chegavam a ter mais de vinte mil cabeças de gado. Estas descrições ao lado da caracterização de dois grandes potentados sertanejos - a *Casa da Torre* e a *Casa da Ponte* - promoveram a ideia da fazenda de gado como um imenso latifúndio. Configurado pela jurisdição, ou seja, o exercício dos direitos de senhoril, com a exploração direta, ou seja, o uso dos recursos econômicos da terra.[68] Segundo o autor não havia uma correlação entre o número de cabeças de gado com a extensão das sesmarias. Não havia também qualquer relação entre dimensões e capacidade de sustentação de plantio.

A ânsia por novos territórios por parte de sesmeiros e desbravadores se explica pela escassez de recursos naturais, essenciais pra a pecuária. As doações de significativas sesmarias no Piauí, Ceará e Sergipe fazem clara menção às léguas doadas, cortadas por

[66] Cf., Francisco Carlos Teixeira da Silva. Pecuária..., op cit.
[67] Ibidem, p 135.
[68] Ibidem, p 142.

terras boas, pastos e campos. Assim, constituíam-se muitos domínios descontínuos, em que as terras por demais áridas, montanhosas ou de caatinga suja eram puladas.[69]

Era, portanto, a existência de recursos naturais o elemento lucrativo da terra. Junte-se a isto a lucratividade que se auferia com o sistema de arrendamento. A sua universalidade aparece também em outros setores como açúcar, tabaco e mandioca e demonstraria a existência, no escravismo, de um mecanismo de apropriação do sobretrabalho escravo, baseado no monopólio da terra e de seus recursos.[70]

Uma última distinção que o autor faz, diz respeito ao significado de *currais* (sinônimo de pasto) e *invernadas.* O que distingue currais e invernadas de fazendas, é que está ultima não estava dedicada unicamente a atividade pecuária; muitas possuíam campos de cultivos em sua maioria de fumo e algodão. Muitos fazendeiros do sertão iriam fazer fortunas no século XVIII com a produção de algodão.

Em um trabalho bastante original e instigante a partir de um conjunto de ensaios sobre o Nordeste e a formação da sociedade sertaneja, Carlos Alberto Dória enquadra a conformação socioeconômica engendrada pela pecuária nos sertões setentrionais, a partir do século XVII, como parte do processo de acumulação primitiva de capitais nas mãos da nascente burguesia europeia nos quadros do Antigo Sistema Colonial na formação do modo de produção capitalista. Valendo-se do filme *Mr. Arkadin*[71] de Orson Welles como metáfora da acumulação primitiva – que faz com que o capital apareça plenamente constituído como fruto da lei e do trabalho, "escondendo que ele veio à luz banhado em sangue" – Carlos Alberto Dória defende que a formação da sociedade sertaneja – plasmada pela ocupação de vastas áreas pela pecuária e, posteriormente, dividida entre a pecuária e o algodão, que pôde "desenvolver suas formas especificas de sociabilidade e, pouco a pouco, configurar-se com *região* no interior de uma *nação*" – é mais um capítulo da formação do capitalismo em nosso país. Advertindo para o fato de que, em se perdendo de vista este enquadramento, o historiador corre o risco de cair no mesmo poço da amnésia arkadiana, do qual, não se sai com vida.[72]

---

[69] Ibidem, p 145.
[70] Ibidem, p 146
[71] O filme narra a história de um milionário que fora acometido de uma amnésia logo após a 2ª Guerra Mundial. Sua primeira lembrança é de estar em Zurique com uma valise contendo 200.000 francos, base e fundamento de toda sua fortuna. Por circunstâncias outras Mr. Arkadin contrata um investigador para garimpar no poço desse esquecimento o fio condutor de sua história e fortuna. À medida que a investigação vai refazendo sua consciência e revelando as circunstâncias de sua fortuna, fruto da exploração do jogo e da prostituição durante a Guerra, Mr. Arkadin vai eliminando uma a uma as testemunhas de seu passado tenebroso, passando de vítima de uma amnésia pessoal à artífice de uma amnésia social.
[72] Carlos Alberto Dória. *Ensaios Enveredados*. São Paulo: Siciliano. 1991, p 33.

Visto como um lugar de atraso e de arcaísmos, marcado por relações pré-capitalistas, no qual precisam penetrar as relações modernas de produção capitalistas, Carlos Dória vê o sertão como lugar mesmo de constituição das relações capitalistas através das formas mais brutais de sujeição e exploração dos trabalhadores, relações que têm no "favor" seu elemento estruturante. Relações de dominação/subordinação que dão sentido a uma gama de relações de mútua dependência, expressão da contradição entre a produção mercantil e a produção dos meios de subsistência que não se resolviam dentro da grande unidade produtora.[73]

Esta contradição nasce justamente das exigências advindas da exploração colonial como parte do desenvolvimento mercantil europeu, no início da idade moderna. A inexistência de uma massa humana expropriável no seio da colônia, bem como a impossibilidade de se adotar o trabalho livre, dada a abundância de terras e o risco de se inviabilizar a exploração mercantil ante a formação de uma imensa rede de atividades de subsistência a cargo de homens livres, impôs a adoção de formas de trabalho compulsório tendo na escravidão o seu limite. Formou-se na colônia um agregado de homens dedicados precipuamente à produção mercantil e especializada, e que estavam ao mesmo tempo isolados e obrigados a se suprirem por seus próprios recursos. Conforme Maria Sylvia de Carvalho Franco, com tipo de organização do trabalho que foi possível e adequado para a obtenção de mercadorias, limitava-se, por outro lado, à escala da sua produção. Assim, em decorrência das próprias condições em que se desenvolveu a grande propriedade fundiária no Brasil, houve que conciliar, dentro dela, dois princípios reguladores da atividade econômica que são essencialmente opostos: produção direta dos meios de vida e produção de mercadorias.[74]

As articulações do Antigo Sistema Colonial impõe a dependência de uma fonte de trabalho externa, direcionando-a exclusivamente para a produção mercantil, limitando a produção dos meios de vida a uma posição secundária, acessória ao complexo agroexportador, não deixando margem para uma existência autônoma. Os ciclos de expansão e retração do comércio metropolitano refletiam diretamente sobre a unidade produtora, permitindo a produção de subsistência algum grau de proeminência em determinados períodos: quando havia uma retração do comércio mundial, direcionava-se a mão-de-obra escrava para a produção dos meios de vida; em havendo uma expansão da produção mercantil, novamente todos os meios de produção se voltam para esta atividade e

[73] Cf., Carlos Alberto Dória. *Ensaios...*, p 36.
[74] Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Homens Livres na Ordem Escravocrata.* Ática: São Paulo. 1974, p 10.

para a apropriação do excedente, de maneira que, todo e qualquer trabalho que não gerasse sobretrabalho fosse tido como supérfluo, assim como o próprio trabalhador. É desse quadro que emerge um grupo social que terá dificuldade de se definir e mesmo de se localizar numa sociedade, dividida entre senhores e escravos, que não reservou um lugar para eles: os homens livres pobres.[75]

Formando uma população de expropriados que não conheceu os rigores da escravidão, nem se proletarizou,[76] essa camada de homens livres pobres organizará a produção volta para a subsistência, ocupando pequenos pedaços de terra pertencente a grandes sesmeiros como morador de favor, em troca de contraprestações e satisfação das necessidades diretas dos proprietários. Para estes, a existência dessa gente evitava o desvio da mão-de-obra escrava da produção mercantil e também não onerava os custos da manutenção e reprodução da escravaria e de sua família. Aos homens livres pobres, a subordinação significava colocar-se a salvo das perseguições tenazmente movidas contra os "vadios", bem como os ligava, ainda que de maneira complementar, aos circuitos mercantis e lhes permitia satisfazer suas necessidades.[77]

Carlos Alberto Dória afirma que a sociedade sertaneja não precisou do braço escravo para se expandir. Segundo ele, as principais atividades econômicas dessa sociedade levam a marca do trabalho livre; cabendo questionar, entretanto, por que essa massa de homens livres pobres não se constituiu numa imensa rede de atividades de subsistência, totalmente à margem da atividade econômica principal, constituindo um verdadeiro dualismo econômico; bem como, quais foram as causas estruturais que levaram a constituição de um contingente de indivíduos, cuja marca distintiva era, ao mesmo tempo, a disponibilidade diante do senhor e, por outro lado, a precariedade dos vínculos que os atrelava à produção mercantil. Interessa ao autor analisar não somente o processo de formação do latifúndio nos sertões nordestinos, como também, as formas particulares que assumiram as relações coercitivas responsáveis pela subordinação dos homens livres pobres aos grandes sesmeiros; ou seja: "determinar como as relações de produção se erigiram em determinações extra econômicas, ou *relações de mando* na produção pecuária".[78]

---

[75] Cf., Carlos Alberto Dória. *Ensaios*..., op cit. Ver também; Karl Marx. *El Capital*. Livro I, Capítulo VI, Siglo XXI. Buenos Aires, 1972, p 90 e Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. Ed. Companhia Editora Nacional. 15ª ed. São Paulo 1977 [1959].
[76] Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*..., op cit, p 14.
[77] Cf., Carlos Alberto Dória. *Ensaios*..., op cit.
[78] Ibidem, p 43-44.

Segundo Dória, a configuração patriarcal da sociedade sertaneja surge como expressão da incompatibilidade, entre, por um lado, a produção mercantil de gado em bases latifundiárias e, por outro, a emergência de uma modalidade de liberdade do homem pobre como reflexo do poderio do senhor a quem se subordina. Para além dessa órbita, o homem pobre carecerá até mesmo de identidade, uma vez que será sempre visto como "vagabundo", "bandido" ou "retirante".[79]

O acesso à terra se dava pelo instituto da *sesmaria* ou pela posse pura e simples. Enquanto a concessão de sesmarias exigia somas consideráveis de cabedal e boas relações nos círculos do poder colonial e metropolitano, a posse de algum pedaço de terra ainda sem dono não era garantia de sua manutenção, fosse pelo reconhecimento da posse por parte das autoridades coloniais, ou em litígios contra os grandes sesmeiros. Ante a este estado precário de acesso à terra e aos recursos que o empreendimento pecuário requeria, restava ao homem pobre estabelecer-se nas propriedades de algum grande sesmeiro como morador "de favor", em troca de pequenos favores ou mesmo do pagamento de alguma renda.

E mesmo conseguindo um pedaço de terra, eram quase nulos os estímulos para a produção de excedentes. O pouco que produziam era adquirido pelo senhor de terras a quem estavam subordinados ou comercializados clandestinamente como forma de safarem-se dos pesados impostos e taxas estipuladas pelas posturas municipais, situação que os deixava ainda mais vulneráveis frente ao senhor e às autoridades constituídas. Restando que, o caminho para a realização social passava pela submissão pessoal aos grandes proprietários. A proeminência destes emanava justamente de suas relações com o poder, do qual eram representantes.

Esta íntima relação dos grandes proprietários de terra com a administração praticamente garantia o sucesso no estabelecimento de um curral, de uma fazenda de criar e os colocava em posição estratégica para respaldar iniciativas semelhantes de parentes e amigos, tecendo em torno de si e de sua propriedade uma rede de relações que projetavam cada vez mais sua autoridade e prestigio. Esta posição os habilitava crescentemente a receber transferência de encargos "públicos", como fundar vilas, cobrar impostos, arbitrar conflitos, perseguir criminosos, etc. Assim, a figura do *pater família* emerge como *persona* das relações econômicas e politicas que estão na base do movimento expansionista sertanejo. [80]

---

[79] Ibidem, p 44.
[80] Ibidem, p 51-52.

Aqueles que não gravitavam ao redor do patriarca, preferindo serem seus próprios "senhores", engrossavam a massa de despossuídos, carentes de identidade e faziam de seus atributos pessoais – coragem, bravura, destreza, dignidade e honra – os elementos do seu modo de vida. Serão eles que darão vida aos foras da lei, salteadores, vagabundos, desordeiros, em suma: às classes perigosas; um ensaio do que será mais tarde o cangaço em fins do século dezenove e primeira metade do século seguinte.

No conjunto dos dependentes dos grandes proprietários de terras, além dos membros da família – entendida aqui não apenas como família nuclear, mas como família extensa, a *parentela*, que incluía o patriarca, seus irmãos, primos, cunhados, que tinham por referência a sua liderança familiar e tendiam a acompanha-lo em todas as iniciativas de natureza social e política – distinguiam-se duas categorias básicas de dependentes: os trabalhadores que estão envolvidos com as lides com o gado de um lado, e os *moradores de favor* por outro, devotados primordialmente à agricultura de subsistência, diferenciando-se pelo grau de importância que tinham para a fazenda de criar. A agricultura de alimentos tinha uma importância marginal, e os moradores de favor não gozavam de muita consideração por parte do senhor e a sua presença era apenas tolerada, pois poderiam ser úteis na substituição de algum trabalhador ou, em casos críticos, na defesa da propriedade.[81]

Em contraste com a gente miúda projetava-se a figura e o prestígio do vaqueiro. Responsável pelo rebanho, o componente de maior valor da propriedade, cabia a ele organizar o trabalho de seus auxiliares – os fábricas – e zelar pela fazenda na ausência do senhor. Era, num certo sentido, extensão da pessoa do proprietário, condição da qual derivava sua autoridade sobre os demais moradores e seu prestígio social. Hábil nas lides com o gado, fiel ao senhor, valente e destemido, a pessoa do vaqueiro era figura de grande valia numa fazenda e por isso o senhor procurava mantê-lo, cercando-o de toda sorte de atenções e privilégios dentre seus empregados. Sem dúvida o maior desses privilégios era conceder-lhe a honraria de se tornar seu *compadre*.[82]

O vaqueiro tem sido uma personagem recorrente da historiografia que tratou da pecuária nordestina, servindo de modelo para a *Civilização do Couro*. Definida em linhas gerais por Capistrano de Abreu, esta tem como características gerais a identificação de uma economia rústica de baixos custos, de escassa base monetária e baseada em formas diversas de compulsão do trabalho que não a escravidão. Tem no vaqueiro a figura central dessa civilização que, ao lado de seus ajudantes – pessoas de hábitos rudes, de espírito livre, e

[81] Cf., Carlos Alberto Dória. *Ensaios...*, op cit.
[82] Ibidem, p 56.

defensores dos atributos de masculinidade e honradez – trazem consigo a expressão mais viva das tradições de um Brasil genuíno.[83]

Sobre o papel central do vaqueiro na Civilização do Couro, com base nos relatos do autor anônimo do *Roteiro do Maranhão a Goiás,* Capistrano de Abreu, elenca as principais tarefas desempenhadas pelos indivíduos engajados no projeto de adquirir terras para a implantação de uma fazenda de criar. Inicialmente, o trabalho era de acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, livrar-se de animais selvagens e peçonhentos, tais como onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar, abrir cacimbas e bebedouros. Ainda no tocante ao cotidiano do vaqueiro em seu ofício, lembra Capistrano das dificuldades que enfrentavam, perdendo, por vezes algumas noites de sono, ou ao menos, as madrugadas, especialmente de inverno (a estação chuvosa nos sertões nordestinos), ocasião em que costuma nascer a maior parte de bezerros que necessitam de maiores cuidados, evitando a dispersão das vacas paridas pelos matos, e que estas escondam suas crias de forma que fiquem bravias ou sucumbam aos ataques das moscas varejeiras. Por fim, o autor cearense alude ao fascínio que o exercício nas fazendas de gado exercia sobre os habitantes dos sertões setentrionais, de maneira que, tinham tal inclinação para com esta atividade, que procuravam com empenhos ser nela ocupada, consistindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro. Vaqueiro, criador ou homem de fazenda, são títulos honoríficos entre eles.[84]

Antonil e o autor do *Roteiro do Maranhão* já chamavam a atenção para a figura do vaqueiro e o sistema de remuneração nas lides com o gado, onde, geralmente, o vaqueiro recebia como pagamento a quarta parte das crias de gado após certo período de tempo, sistema que, segundo afirma Caio Prado Jr., fazia com que ocorresse um parcelamento da propriedade, permitindo ao vaqueiro, em pouco tempo, arrendar ou adquirir uma sesmaria e estabelecer-se por conta própria.[85] Celso Furtado, ao analisar a pecuária nordestina, afirma que, por ser uma atividade que exigia o aporte de poucos capitais, apresentava-se aos colono sem recursos com muito mais atrativos que as ocupações acessíveis na economia

---

[83] Cf., Ângelo Emilio da Silva Pessoa. "*As Ruínas da Tradição*...," op cit.
[84] Capistrano de Abreu. *Capítulos...,* op cit, p 128-129.
[85] Pedro Puntoni discorda dessa afirmativa por acreditar que as dificuldades advindas das lides com a atividade pastoril consumiam essa mesma paga tendo o vaqueiro que arcar com todos os prejuízos obtidos. Pedro Puntoni. *A Guerra dos Bárbaros. Povos indígenas e a colonização do Sertão do Nordeste do Brasil, 1650 – 1720.* São Paulo: Edusp-Hucitec-Fapesp, 2002, p 36.

açucareira. Aquele que não dispunha de recursos para iniciar por conta própria a criação tinha a possibilidade de efetuar a acumulação inicial trabalhando numa fazenda de gado.[86]

Caio Prado também ressaltou o caráter livre da mão-de-obra empregada nas lides com o gado e os baixos custos de implantação do empreendimento. Segundo ele, o pessoal empregado era reduzido: restrito ao vaqueiro e alguns auxiliares, os fábricas. Ao referir-se ao sistema de partilha, afirma que em fazendas maiores e muito importantes havia às vezes dois ou até três vaqueiros que repartiam então o quarto entre si. Os fábricas eram em número de dois a quatro, conforme as proporções da fazenda; subordinavam-se ao vaqueiro e o auxiliavam em todos os serviços. Às vezes eram escravos, mas comumente assalariados, percebendo remuneração pecuniária por mês ou por ano.[87]

Por outro lado, Francisco Carlos Teixeira destaca certa indistinção por parte da historiografia em torno do termo *vaqueiro*, tido como todo aquele que trabalha na luta com o gado, na fazenda. Destacando que, o vaqueiro era um homem livre, de prestigio e posição única na fazenda ou curral, tratado nos documentos por senhor e se distinguia claramente de seus homens. Estes, camaradas, cabras ou fábricas ocupavam uma posição subalterna, inferior, e não tratavam diretamente com o proprietário.[88] O vaqueiro, na maioria das vezes, trabalhava também com escravos. Citando o autor do *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauhí,* observa Francisco Carlos Teixeira que nas regiões de Brejo Seco e no Piauí, em cada fazenda, geralmente, "vive um homem com um negro, e também mais brancos, mas no comum se acha um homem branco só".[89]

Além do vaqueiro, outros homens livres compunham os serviços dos currais e fazendas do sertão, como o *passador*, condutores de boiadas até as feiras, os *tangedores* ou *guias,* homens que asseguravam o contato dos sertões com as feiras, nas bordas da zona da mata. Em algumas fazendas dirigidas por seus próprios proprietários, empreendia-se a substituição do trabalho livre pelo escravo, como no caso do escravo Luís, da fazenda *Brejo Seco*, da família Canguçu, empregado como passador para levar as boiadas de seu dono e mesmo de vizinhos, até as feiras.[90]

---

[86] Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. Ed. Companhia Editora Nacional. 15ª ed. São Paulo 1977 [1959]. pp 58-59.
[87] Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 20º ed. São Paulo: Brasiliense, 1987 [1942], p 192.
[88] Francisco Carlos Teixeira da Silva. Pecuária..., op cit, p 138.
[89] Anônimo. Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauhi, [177-]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. LXII, p. 60-161, 1900, Apud, Francisco Carlos Teixeira da Silva. Pecuária..., op cit., p 139.
[90] Lycurgo Santos Filho. *Uma comunidade rural do Brasil antigo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1956, p 225.

Vista, pois, como uma sociedade mais permeável à ascensão dos mais pobres que a rígida e hierárquica sociedade do litoral açucareiro – com as relações entre vaqueiros e proprietários aparecendo como uma "sociedade" em que um entra com o capital e o outro com a força de trabalho, sendo que, depois de certo tempo, por meio do instituto da quarta parte do rebanho, o vaqueiro lograria construir o seu próprio patrimônio e tornar-se também proprietário, desaparecendo, assim, as diferenças entre ele e seu patrão – a *Civilização do Couro* encerra, no entanto, segundo Carlos Dória, visões ilusórias suscitadas pelo sistema de partilha, com remuneração do vaqueiro em espécie através da *terça, quarta* ou *quinta* parte do rebanho, e não somente a *quarta*, conforme registra a maior parte da historiografia.[91]

Segundo o autor, a parte que cabia ao vaqueiro era denominada de "sorte", ou seja, cabia-lhe, na divisão das crias, escolher um em cada quatro animais alternando sua escolha com a do patrão. Além disso, da "sorte" a *quarta* incluía também a partilha de todo o leite e queijos produzidos pelo rebanho no período, porém, esta divisão se dava sob regras bastante desfavoráveis ao vaqueiro. Durante a partilha dos novilhos o proprietário fazia as primeiras três ou quatro escolhas ficando o vaqueiro obrigado a escolher um animal do mesmo sexo do primeiro escolhido pelo patrão. Como este na maioria das vezes escolhia um macho, o vaqueiro ficava apenas com machos e, por conseguinte, impossibilitado de reproduzir autonomamente seu quinhão. Além disso, da cota do vaqueiro eram deduzidos os animais fugidos ou vitimados pelas secas e doenças, sempre na mesma proporção em que lhe cabiam as crias. Era obrigado, ainda, a "pagar a morta", isto é, a quarta parte do valor do animal abatido mensalmente para alimentação.[92]

No momento da partilha passava o vaqueiro aos acertos de dívidas havidas com o senhor, pagando também em espécies, com novilhos valorados a um preço em média um terço a baixo do vigente no mercado. Caso o vaqueiro não tivesse dívidas com o proprietário e pretendesse vender as crias recebidas na partilha, o senhor tinha preferência na compra, de sorte que, pouco restava do que a princípio se esperava com o sistema de *quartas.* Longe de ser uma "sociedade" entre vaqueiro e senhor, a *quarta* nem mesmo configurava um *salário por peça,* tratava-se, sim da fixação de estoque fictício que remunerava o trabalho depois de funcionar como garantia contra uma série de riscos que

[91] Cf., Carlos Alberto Dória. *Ensaios*..., op cit.
[92] Ibidem, p 58-59.

envolviam o processo de produção e, que, além disso, era dilapidado pela precedência do direito de escolha que o senhor tinha frente ao seu empregado.[93]

Assim como o *compadrio* mascarava a relação de dominação, o instituto da *quarta parte* escondia uma dura espoliação, que se mostrava muito mais clara no que tangia aos demais empregados: os ajudantes do vaqueiro – os fábricas – percebiam uma remuneração pré-fixada e que consistia em um certo número de cabeças que independiam da "sorte", eram, assim, empregados do senhor, às vezes do próprio vaqueiro, que também recebiam seu salário em espécie, além do direito de plantar para a subsistência e criar miunças, isto é, animais de pequeno porte como caprinos, ovinos, suínos, etc. Os fábricas mais capacitados eram ainda, virtualmente, aspirantes à função de vaqueiros.[94]

Aspirações que podiam entrar em conflito com os interesses do vaqueiro quando este incluía seu filho entre os auxiliares o credenciando, assim, ao posto de herdeiro de suas funções e favores patronais, bloqueando, deste modo, a ascensão de qualquer elemento estranho. Isto gerava uma profunda competição entre os homens livres pobres, que não se resolvia, senão, pelo aprofundamento da submissão pessoal, "do servilismo que apaga a vontade individual e inviabiliza a unificação dos dominados contra os dominadores".[95] De maneira que, toda e qualquer expressão de rebeldia submetida a este conjunto de determinações, só poderia aparecer aos olhos da sociedade como manifestação de coragem pessoal, decorrente da ousadia e insolência.

A mesma competição e conflito encontrados nas relações do mundo do trabalho compareciam também nas relações de vizinhança, que é um importante elemento na construção dos modelos teóricos de "comunidade". Inicialmente, a fundação de fazendas de criar se deu às margens dos principais rios e fontes d'água, seguindo as linhas fluviais que recebiam o nome de *ribeiras*, distantes três léguas entre si, servindo o leito do rio de linha central ou *espinhaço* e medindo uma légua e meia para cada banda ou margem. As terras afastadas das margens dos rios eram chamadas de *fundos de pastos*, terra de baixo valor econômico, comparadas às terras próximas ao espinhaço. Mas era nos fundos de pastos onde se encontravam e se confundiam os gados de uma fazenda e outra, os animais de uma e outra ribeira. Distinguíveis somente pelo *sinal* (que consistia num corte feito na orelha do animal) e pelo *ferro* (marca feita com ferro em brasa), ambos distintivos de propriedade. Além da marca do proprietário feita do lado direito da rês, havia a marca da ribeira, do lado

[93] Ibidem, p 59.
[94] Ibidem, p 59-60.
[95] Ibidem, p 60.5

esquerdo. A época de se separar o gado que se confundia nos fundos de pastos, geralmente no final do inverno sertanejo, era momento de alegria e festa propiciada pelas *vaquejadas* gerais nos campos de cada fazenda onde se davam as *juntas* e *apartações*, ocasião em que se reuniam vaqueiros de diferentes lugares para presenciar a separação das reses de sua conta ou administração.[96]

Ao contrário do que ocorria nas terras próximas aos cursos dos rios, com suas propriedades bem delimitadas, onde o que estava em jogo era o controle das fontes de suprimento d'água e a ocupação do solo agricultável, as propriedades nos fundos de pasto, por sua vez, não possuíam limites precisos afora aqueles convencionados entre os vizinhos, tendo por base, quase sempre, acidentes naturais por delimitadores. Entretanto, mesmo com o gado misturando-se nos fundos de pastos, este carregava no espaço físico e social, isto é, quanto à sua procedência e propriedade.

Desse modo, a divisão da propriedade "semovente" exigia formas de sociabilidade entre vizinhos cuja expressão mínima eram as juntas e apartações e a disposição para cooperar, parte constituinte do próprio processo de delimitação de propriedade. De outra maneira não se chegaria a um consenso em prováveis litígios como, por exemplo, quando alguma rês avançava o território de outra fazenda, ocasião em que o vaqueiro dirigia-se à Casa-grande e *pedia campo*, ou seja, pedia permissão e auxílio do proprietário para capturar o animal, ou acerca da propriedade dos *barbatões* (animais nascidos à solta, sem marca nem ferro) e dos animais desaparecidos. Acusações de furto, algo tão comum entre vizinhos, poderiam pôr em xeque o frágil sistema de relações e referências sertanejo, pois, a simples suspeita de furto que leve um vaqueiro a fazer buscas em terras alheias já configuraria invasão de propriedade.

Assim, a noção de propriedade nos sertões não se limitava a um conjunto de bens materiais, possuía uma expressão espacial e uma *territorialidade* que, ao mesmo tempo, dependia do consenso entre vizinhos. A quebra destas relações descambava em conflitos sangrentos e intermináveis. Como aponta Carlos Alberto Dória, por tal território, e para além dele, mas como projeção sua, circulavam bens de propriedade do senhor – os "semoventes" – e pessoas de suas relações – seus parentes, agregados e amigos. Qualquer ofensa a estes bens e pessoas implicava na ruptura do consenso e representava um desafio à ascendência do senhor sobre as pessoas e as coisas que compunham seu universo ou domínio. Ele estava obrigado a defendê-los em nome de suas prerrogativas, levar até as

[96] Cf., Carlos Alberto Dória. *Ensaios...*, op cit.

últimas consequências uma rusga que poderia se desencadear pelo mais fútil e comezinho motivo.[97]

Era nas fronteiras de classe que residiam os limites da solidariedade "comunitária". O mesmo modelo de relações envolvendo senhores, vaqueiros e vizinhos reproduzia-se entre os moradores "de favor", principalmente no tocante aos conflitos opondo criadores e agricultores. Pela pobreza do solo e baixa qualidade dos pastos, as plantações dos *legumes* dos moradores tinham que ser cercadas para se colocarem a salvo das *miunças*, que eram, por excelência, o rebanho dos homens livres pobres, que pastavam á solta. A fim de evitar que os animais invadissem os roçados dos agricultores, estes animais traziam a *canga* presa ao pescoço. Apesar desses cuidados, era impossível evitar as invasões das plantações e, não raro, os agricultores acabavam matando o animal intruso, e vendendo a carne e o couro na feira como expediente reparador. Conforme aponta Carlos Dória, a luta pela sobrevivência nesta economia de pobreza fazia com que as pessoas fossem constantemente chamadas a demarcar as fronteiras do seu ser, enfrentando-se na disputa por bens matérias e prerrogativas sociais. As coisas, em especial os animais, traziam a marca da propriedade e, assim, davam concretude à projeção das pessoas no mundo objetivo.[98]

1.3 A PECUÁRIA E A REGIÃO DAS MINAS

Em estudo sobre a ocupação e fixação de bandeirantes na região do médio superior rios São Francisco e Verde Grande entre fins do século XVII e inícios do XVIII, Márcio Roberto Alves dos Santos contesta a tese de que os vicentinos não deitaram raízes em áreas coloniais que não fossem zonas mineradoras, defendendo que a mobilidade dos paulistas não só fora relativa, dando lugar a sua fixação como criadores de gado e construtores de núcleos povoadores permanentes, como teve grande importância como elemento estruturador e dinamizador da colonização naquelas paragens.[99]

---

[97] Ibidem, p 62. Conforme Capistrano de Abreu: "Reinava respeito natural pela propriedade; ladrão era e ainda é hoje o mais afrontoso dos epítetos; a vida humana não inspirava o mesmo acatamento. Questões de terra, melindres de família, uma descortesia mesmo involuntária, coisas às vezes de insignificância inapreciável desfechavam em sangue. Por desgraça não se dava o encontro em campo aberto: por trás de um pau, por uma porta ou janela aberta descuidosamente (sic), na passagem de algum lugar ermo ou sombrio lascava o tiro assassino, às vezes marcando o começo de longa série de assassinatos e vendetas. Com a economia naturista dominante, custava pouco ajuntar valentões e facinorosos, desafiando as autoridades e as leis. Para apossar-se destes régulos só havia dois recursos: a astúcia ou o auxílio de vizinhos". In. Capistrano de Abreu. *Capítulos...*, op cit, p 133.

[98] Ibidem, p 65.

[99] Cf., Márcio Roberto Alves dos Santos. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco e do Verde Grande 1688-1732*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte - MG, 2004.

Tal qual observado em outras regiões pastoris, principalmente no nordeste colonial e, ao que parece, em todas as zonas criatórias da colônia, a ocupação do médio superior rios São Francisco e Verde Grande se deu com o estabelecimento de fazendas de criar ao longo dos rios e zonas intermediárias entre eles, constituindo a unidade econômica mais importante da região. A rusticidade dos primeiros currais nos sertões da América Portuguesa parece ter sido uma regra geral, independentemente da parte do território onde se estivesse ou do período em que se desse a instalação, conforme apontou o sertanista Miguel Ayres Maldonado, que relatou em 1664 o estabelecimento dos primeiros currais na região de Campos dos Goytacazes na Capitania do Rio de Janeiro. A implantação de um estabelecimento criatório se dava com o simples cercamento de uma porção de terra, onde eram colocadas algumas reses e, ao lado dessas, erigia-se uma choupana coberta de palhas, para a moradia dos vaqueiros. De acordo com Ayres Maldonado, o primeiro curral estabelecido na região por ele visitada foi implantado com apenas cinco animais e um curraleiro índio; o segundo possuía seis animais.[100]

Mais de um século depois do relato do capitão Ayres Maldonado, o autor do *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauhi*, escrito na década de 70 do século XVIII, assim descreveu o estabelecimento de uma fazenda de gado em terras das capitanias do Pará e do Maranhão:

> A experiência tem mostrado os Países aptos para a criação de gados, tais quais estes são, todos abertos, e cheios de campinas (como fica dito) são por onde em menos tempos se adiantam as povoações. Não há neles aquele horroroso trabalho de deitar grossas matas abaixo, e romper as terras à força de braço, como sucede nos Engenhos do Brasil, nas Roças das minas, e por este mesmo Estado do Pará, e Maranhão na cultura dos seus gêneros. Nele pouco se muda na superfície da terra tudo se conserva quase no seu primeiro estado. Levantada uma casa coberta pela maior parte de palha, feitos uns currais, e introduzidos os gados, estão povoadas três léguas de terra, e estabelecida uma fazenda. Em cada uma fazenda destas, não se ocupam mais de dez, ou doze escravos, e na falta deles os mulatos, mestiços, e pretos forros, raça de que abundam os Sertões da Bahia, Pernambuco e Ceará, principalmente pelas vizinhanças do Rio de S. Francisco.[101]

Temos então como primeira característica da atividade pecuária uma relação de continuidade com o meio natural que, diferentemente das zonas açucareiras, das roças de subsistência ou mesmo na mineração, não requeria a derrubada das matas, ou a

---

[100] Passagem do "Roteiro dos Sete Capitães" reproduzido por Oliveira Vianna. *Evolução do povo brasileiro*. 2. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933 [1923], *Apud*, Márcio Roberto Alves dos Santos. *Bandeirantes...*, Op cit.

[101] "*Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauhi*". RIHGB, Rio de Janeiro, v. LXII, p. 88.

movimentação dos terrenos e o revolvimento do leito dos cursos fluviais, provocando pouca alteração na configuração natural da região. Nesta mesma linha, Márcio Santos nos apresenta o texto do Jesuíta português João Daniel que, a partir das observações que fez quando de sua atuação, entre os anos de 1741 e 1757, como missionário nas aldeias e fazendas da Amazônia explicou que "os currais são, como os que chamam curros, isto é, uma estacada de paus sem cobertura alguma; nesta estacada ou curral metem o gado".[102]

São bem conhecidas as passagens de Capistrano de Abreu sobre os primeiros os tempos dos estabelecimentos pecuários nos sertões do nordeste brasileiro, retratando as duras condições de vida levada pelos pioneiros sertanejos, em sua maioria escravos e prepostos dos sesmeiros absenteístas. Segundo Capistrano, a vida desses primeiros criadores era regulada pelo meio natural, carne e leite em abundância, mas apenas isso , pois a farinha de mandioca era o pão da terra, o único alimento em que o povo tinha confiança. O milho, a não ser verde, afugentava pelo penoso preparo naqueles distritos estranhos ao uso do monjolo. As frutas mais silvestres, as qualidades de mel menos saborosas eram devoradas com avidez.[103] Sem acesso as matérias-primas e os artigos importados disponíveis apenas aos habitantes do litoral, os primeiros sertanejos dependiam apenas dos subprodutos da pecuária.

Como parte desse subproduto, o couro era a base universal para o fabrico de quase tudo de que necessitavam as populações sertanejas no seu cotidiano. Conforme enumera Capistrano de Abreu, de couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde, a cama para os partos. De couro eram todas as cordas, os recipientes para carregar água e comida, para guardar roupa, a mochila com que davam milho ao cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas das facas, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal. Nos açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que revolviam a terra com seu peso, e também em couro pisava-se tabaco para o nariz.[104]

Além das dificuldades de ordem econômica, o meio físico impunha ainda sérios desafios aos criadores que tinham que romper toda sorte de obstáculos para sobreviver às intempéries do clima, às ações de animais selvagens e peçonhentos, que causavam grandes danos ao criatório, além das pragas, pestes e febres intermitentes que assolavam as

---

[102] João Daniel, sac., [entre 1757 e 1776]. Tesouro descoberto no Rio Amazonas. ABN, Rio de Janeiro: BN, v. XCV, t. II, p. 29, 1975, *Apud*, Márcio Roberto Alves dos Santos. *Bandeirantes...*, op cit.
[103] Capistrano de Abreu. *Capítulos...*, op cit, p 128.
[104] Ibidem, p 128.

populações ribeirinhas e chegavam a ser endêmicas em algumas regiões do São Francisco, conforme apontaram os naturalistas bávaros Martius e Spix quando de suas viagens pelos sertões do Brasil em inícios do século XIX.[105]

Os períodos chuvosos e de enchentes obrigavam os vaqueiros a socorrerem as boiadas e manadas de cavalos, que se refugiavam nas ilhas fluviais, onde podiam morrer de fome ou sofrer ataques de onças, guarás, jacarés e piranhas. Era nesse período também que costumavam nascer a maioria dos bezerros que necessitavam de maiores cuidados. Porém, a estação das secas também não dava tréguas aos sertanejos: a escassez de água e alimentos para o gado causada pela estiagem obrigou o homem do sertão a buscar alternativas para contornar tais dificuldades. Práticas como as de atear fogo à vegetação da caatinga uma vez por ano, queimando as ervas ressequidas e produzindo os fertilizantes que os brotos escondidos sob o solo requeriam para se desenvolver, e a adoção de vegetais resistentes à seca como o mandacaru e a macambira como ração amenizavam o problema da falta de alimento para o gado.

A construção de açudes e cacimbas em pontos estratégicos dos caminhos por onde passavam as boiadas, nas longas travessias em direção aos mercados consumidores, e a instalação, nas margens dessas estradas, de colonos especializados em comprar os animais transviados ou desfalecidos pela sede e recuperá-los, para que servissem como alimento ou fossem revendidos com lucro, dando origem, assim, às invernadas, foram algumas das soluções encontradas pelos sertanejos para lidar o problema crônico da insuficiência de água nas regiões do semiárido da América Portuguesa.

Afora toda essa sucessão de percalços, seriam as características do meio físico que dariam as condições necessárias para que a atividade pecuária crescesse e se desenvolvesse, constituindo-se em atividade suporte às economias agroexportadora e mineradora durante a colônia e, em muitos casos, constituindo-se ela própria em atividade econômica principal em diversas regiões do país, dando origem a potentados políticos e econômicos, onde a opulência e abastança observadas em nada lembram o grau de penúria dos períodos iniciais.

A vastidão dos campos cobertos por uma vegetação rasteira, pontuado pela caatinga, oferecendo pastagem natural para o gado, bem como a existência de sal nos barreiros dos terrenos baixos dos vales fluviais forneciam o necessário para alimentar os animais. A topografia dos campos planos também foi de grande importância, facilitando a condução

[105] Cf., Johann Baptiste von Spix; Carl Friedrich Phillipp von Martius. *Através da Bahia.* Excertos da obra *Viagem pelo Brasil (1817-1820),* editados e anotados pelo Dr. Manoel A. Pirajá da Silva e Dr. Paulo Wolf, Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1916.

das boiadas pelas longas distâncias, constituindo uma vantagem em relação a outras atividades rurais. Presume-se que essa configuração ambiental esteja entre os principais fatores que contribuíram para a expansão da criação de gado pela região, o que se mostrou mais difícil nas áreas litorâneas e nas áreas intermediárias entre o litoral e o interior. Nestas regiões, cobertas pela mata atlântica, a vegetação tornava impraticável a criação de rebanhos bovinos, tanto por dificultar o trânsito dos animais quanto por bloquear a chegada da luz ao chão e a consequente formação de pastos. Além disso, as cadeias montanhosas, mais frequentes nas áreas próximas ao litoral, tornavam ainda mais árduo o transporte das reses.[106]

A rede hidrográfica também desempenhou um papel importantíssimo na dispersão da pecuária pelos sertões da América Portuguesa. Os documentos coloniais constantemente reafirmam a importância do rio São Francisco como provedor de água e demais alimentos e, na fertilização dos terrenos por ele cortados. Em uma representação enviada à Coroa por um religioso residente na colônia – depois resumida em parecer emitido pelo Conselho Ultramarino em 1698, tratando do estado das missões religiosas do sertão baiano e das soluções que poderiam ser tomadas para se atenuar o problema da falta de párocos e missionários na região – o autor discorre sobre as características geofísicas e a colonização do interior da capitania da Bahia, identificando o papel central ocupado pelo rio São Francisco e pelos seus afluentes no sertão baiano. Segundo ele a pujança econômica do vale do rio teria feito com que a colonização se estendesse por cerca de 300 léguas a partir de sua foz, dados que se referem tão somente à ocupação ao longo do curso do rio, sem computar, portanto, as regiões adjacentes e toda uma rede de afluentes, pois ele não precisou a dimensão total da área colonizada por influência do São Francisco. Essa malha hidrográfica permitiu aos sertanejos "os meios de remediar sua pobreza", segundo o documento, pois eles se dedicavam à produção da farinha de mandioca e a criação de gado bovino, produtos necessários não apenas aos habitantes daqueles sertões, como também aos moradores das cidades e de outras regiões da colônia.[107]

Seguindo nesta mesma linha de avaliação, o autor do documento anônimo intitulado *Informação sobre as minas do Brasil* – cuja datação seria pouco posterior a 1705, segundo

---

[106] Márcio Roberto Alves dos Santos. *Bandeirantes...*, op cit, p 105.

[107] Cf., "CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre o estado das missões do sertão da Bahia e informando acerca dos remédios apresentados para evitar os danos provenientes da falta de párocos e missionários", 18/12/1698. ABN, Rio de Janeiro: BN, v. XXXI, p. 21-26, 1909. *Apud*, Márcio Roberto Alves dos Santos. *Bandeirantes...*, op cit.

Capistrano de Abreu – em parecer tratando da política metropolitana para as regiões das minas e sertões da América Portuguesa, teceu alguns comentários e trouxe informações importantes acerca do povoamento dessas duas regiões e da relação econômica entre elas, ressaltando uma característica importante da atividade pecuária nas regiões próximas às minas, onde o a ocupação luso-brasileira já teria formado uma área cultural de características e hábitos específicos, uma espécie de sociedade de vaqueiros, marcada pela abundância de recursos naturais, por técnicas pecuárias e extrativistas, pela comodidade dos caminhos e dos pousos para os viajantes e pela hospitalidade dos moradores. Ao longo do caminho que ia do vale do rio São Francisco à região mineradora, poderiam ser encontrados toda sorte de mantimentos e recursos, como farinhas, carnes, peixes, frutas, laticínios, cavalos, pastos e casas para acomodação dos viandantes. [108]

No entanto, os fatores naturais pouco seriam não fosse o impulso econômico levado a cabo pela descoberta das reservas auríferas nas áreas que depois formariam a Capitania das Minas Gerais. Ali, em fins do século XVII, enquanto os paulistas instalavam suas fazendas de criar nos vales dos rios São Francisco e Verde Grande, tinha início nos vales dos rios Doce, rio das Velhas e rio das Mortes, a extração do ouro. Em pouco tempo as fazendas de gado foram se tornando a principal reserva de fornecimento de carne bovina às vilas e povoados da região mineratória.

O autor da *Informação sobre as minas do Brasil* chama a atenção para a importância das fazendas de criar do médio São Francisco para o abastecimento das minas, enfatizando especialmente a sua localização estratégica em relação a elas:

> Quanto ao primeiro motivo que respeita à conveniência dos moradores das minas, não só é grande, mas precisamente necessária a que eles têm no comércio do Rio de São Francisco. É grande porque lhe entram por ele fazendas de todo o gênero, escravos, e mais coisas necessárias para o seu uso, com menor valor do que lhe custam no rio de Janeiro. É precisamente necessária porque pelo dito rio ou pelo seu caminho lhe entram os gados de que se sustenta o grande povo que está nas minas, de tal sorte que de nenhuma outra parte lhe vão nem lhe podem ir os dos gados, porque não os há nos sertões de São Paulo, nem nos do Rio de Janeiro. [...] O segundo motivo é a conveniência dos moradores do dito Rio de São Francisco, dos senhores das terras, e dos gados que há nos seus vastos sertões, nos do rio grande do Sul, e mais confins daqueles distritos, os quais tanto mais distanciados se acham das praças da Bahia, e de Pernambuco, para donde têm o seu comércio, quanto mais conjuntos ficam as minas, com tão grandes avanços no seu trato único dos gados que vendendo um boi nas ditas praças por 3 v, 4 v, ad suma 5 v, nas minas o vendem por 15, 20 e 30 oitavas de ouro, com tão diversa comodidade que

[108] Cf., "INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil", [1705?]. ABN, Rio de Janeiro: BN, v. LVII, p. 159-186, 1935. *Apud*, Márcio Roberto Alves dos Santos. *Bandeirantes...*, op cit.

> de algumas das ditas partes gastam dois anos para conduzirem as boiadas às ditas praças, por lhe ser necessário refazê-las no caminho um ano, e para as minas as conduzem de um jato em 15, 20, 30 e 40 dias, conforme o sítio mais ou menos distante donde as tiram.[109]

A economia pecuária dos sertões do centro-sul mineiro adquiriu relevância em relação às demais zonas pastoris em razão de sua proximidade com as minas, com os atrativos oferecidos pelas distâncias reduzidas e pelo valor elevado obtido pelo gado, gerando em pouco tempo uma conformação socioeconômica abastada e próspera.

1.4 A PECUÁRIA NOS SERTÕES MERIDIONAIS

São bem conhecidas da historiografia nacional as imensas fazendas de criar dos sertões do Piauí que abasteciam a Bahia e o Maranhão, bem como a criação sulina de muares que supriam os mercados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo desde os tempos do Ouro no século XVIII até o "ciclo" do café no XIX; entretanto, pouco ainda se conhece acerca das fazendas de criar no tocante aos seus padrões de funcionamento, a composição dos rebanhos, mão-de-obra utilizada, existência de produção agrícola, formas de financiamento e níveis de operação. No caso do Rio Grande do Sul não se conhece com precisão o volume dos rebanhos, seu destino, distribuição espacial e evolução temporal do gado criado. No caso do Paraná, a pecuária foi também a atividade mais rentável nos séculos XVIII e XIX e, como em outros pontos do Brasil e da América espanhola, ela esteve associada a atividades correlatas como o tropeirismo, invernagem e criação.[110]

Com efeito, o interesse da historiografia brasileira pela atividade pastoril não foi proporcional à sua importância para a ocupação dos sertões interiores da colônia, bem como, para a formação da sociedade brasileira. Salvo raras exceções como Caio Prado Jr e Roberto C. Simonsen que reservaram espaço significativo em suas obras pra tratar da atividade criatória, sobretudo, este último, que se detém com maior atenção, tratando a atividade pecuária não apenas como fator de importância para o alargamento dos limites

---

[109] "INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil", [1705?]. ABN, Rio de Janeiro: BN, v. LVII, p. 178-179, 1935. *Apud*, Márcio Roberto Alves dos Santos. *Bandeirantes...*, op cit. Vale destacar que o "rio grande do Sul", a que se refere o autor, é o afluente baiano da margem esquerda do São Francisco, assim chamado na época para diferenciá-lo do rio Grande do Norte.

[110] Cf., Horacio Gutierrez, Fazendas de gado no Paraná Escravista. *Topoi*, v. 5, n. 9, pp 102-127, 2004.

coloniais, como também das suas implicações propriamente econômicas para a coroa portuguesa.

Não obstante, verificamos que a produção historiográfica em âmbitos nacional e regional acerca da criação pastoril, sobretudo nos aspectos mais gerais, ainda é demasiadamente pequena; abordagens envolvendo relações sociais e de propriedade, valor da terra e dos rebanhos, espécies e subdivisão do gado, quantidade e valor da escravaria por sexo, idade, profissão, nacionalidade etc., pouco vieram a lume.[111] Um bom exemplo disso nos é dado por Mário Maestri referindo-se ao estudo da pecuária no Rio Grande do Sul, região que, segundo ele, não possui sequer uma história digna do nome sobre a atividade pastoril, quando tomamos por base a produção do Uruguai e da Argentina, países que compartilham com o meridião sulino a mesma realidade sócio-ecológica e, no entanto, produzem, há décadas, densa e apurada produção sobre o tema.[112]

Vale destacar, porém, que avanços têm sido observados nos últimos anos em âmbito acadêmico, graças ao esforço de pesquisadores empenhados em quebrar o silêncio histográfico acerca da atividade pastoril e escravidão na formação da sociedade brasileira. O próprio Maestri vem desempenhando um papel importante liderando uma equipe de pesquisadores do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), cujos estudos desenvolvidos sob sua orientação, têm se voltado para a problemática das fazendas pastoris em espaços temporais diferenciados sobre o sul brasileiro. Este historiador é responsável também por coordenar a Coleção Malungo[113] desde 2001, reunindo uma densa produção cujas obras são todas dedicadas ao passado escravista das mais distintas regiões do país.[114]

No tocante à ocupação da região sul da América Portuguesa, nos conta Roberto Simonsen que bandeiras paulistas ainda em finais do século XVI já frequentavam a região

---

[111] Cf., Isabel Camilo de Camargo. *O sertão de Santana de Paranaíba*: um perfil da sociedade pastoril escravista no sul do antigo Mato Grosso (1830-1888). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados, MS, 2010.

[112] Cf., Mário Maestri. *Escravidão em Mato Grosso*: o singular e o plural. In. Maria do Carmo Brazil. *Fronteira Negra*: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso. Passo Fundo: UPF, 2002.

[113] Cf., Paulo Afonso Zarth. *Historia agrária do planalto gaúcho, 1850.1920.* Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí, 1997. Elaine Cancian. *A cidade e o rio*: escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza – o caso de Corumbá (MS). Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006; Leandro Jorge Daronco. *À sombra da cruz*: trabalho e resistência servil no noroeste do Rio Grande do Sul - segundo os processos criminais (1840-1888). Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2006. (Coleção Malungo); Solimar Oliveira Lima. O Vaqueiro escravizado na fazenda pastoril piauiense. In. Mário Maestri (org.). *O negro e o gaúcho*: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008; Zilda Alves de Moura. *Cativos nas terras dos pantanais*: escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – séculos XVIII e XIX. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008. *Apud*, Isabel Camilo de Camargo. *O sertão de Santana de Paranaíba*..., op cit

[114] Cf., Isabel Camilo de Camargo. *O sertão de Santana de Paranaíba*, op cit.

da Lagoa dos Patos à cata de índios. Em 1675, ocuparam a ilha de Santa Catarina e um ano depois, Domingos Brito Peixoto fundou Laguna. A determinação lusitana de estender seus domínios até o rio da Prata levou ao estabelecimento da Colônia do Sacramento e a disputas intermináveis com espanhóis ao longo de um século. Em 1725, João de Magalhães fixou-se na região estabelecendo suas fazendas de criar. Dessa data em diante, estimulados pela procura sempre crescente de gado, estabeleceram os portugueses duas cunhas de penetração: uma, partindo das margens da lagoa dos Patos, a outra do Sacramento, ambas visando à obtenção de maior área possível e a incorporação à Coroa portuguesa de novas áreas de criar.[115]

De acordo com Horacio Gutierrez, o comércio de animais de carga movimentou um grande número de fazendeiros paranaenses que indo buscar pessoalmente, ou mandando buscar cavalos e muares sulinos, aumentaram rapidamente o número de fazendas destinadas à criação e venda de animais, ao aluguel de pastos, ou para ambos. Segundo o autor, o aluguel de potreiros[116] para os comboios de mulas vindas do Rio Grande do Sul em direção à feira de Sorocaba era um negócio atraente e incessante. O longo percurso demorava tantos meses, que era preciso descansar as tropas e engordá-las várias vezes durante o trajeto antes de oferecê-las aos compradores, e os campos do Paraná eram um dos pousos principais. O negócio era lucrativo e fácil, sem riscos, e acessível a todos que tivessem áreas de capim com aguadas e matas, características que nas pradarias dos planaltos eram abundantes. Na segunda metade do século XIX, sobretudo após 1870, foram as invernadas que acabaram ganhando o espaço da criação.[117]

Utilizando o braço escravo, o trabalho livre em pequena medida, aí incluindo o familiar, estes fazendeiros descendiam de antigas e abastadas famílias que se tinham se torando latifundiárias na primeira metade do século XVIII, requerendo sesmarias para si e os familiares e agregando aos lotes recebidos porções ainda maiores de terras incorporadas por posse ilegítima. Foram poucos aqueles que começaram de baixo, sem nenhum capital e quando os havia eram sempre portugueses. Talvez devido a isto, não se constatou, até onde

---

[115] Roberto C. Simonsen. *História Econômica do Brasil*, op cit, p 223.

[116] Segundo Dicionário Houaiss, diz-se de pasto com água, cercado, onde se conservam animais em segurança. Pequeno pasto perto da casa da fazenda, onde descansam os cavalos utilizados no serviço diário, ou que necessitem de cuidados médicos, ou ainda vacas leiteiras; piquete. Cf., Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar. *Dicionário Eletrônico Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. (versão digital)

[117] Horacio Gutierrez, Fazendas de gado no Paraná Escravista..., op cit, p 103.

foi possível averiguar, vaqueiros que tenham ascendido a condição de fazendeiros depois de uma carreira profissional bem sucedida.[118]

Estes fazendeiros residiam na região e poucos delegavam o gerenciamento de suas propriedades a terceiros; o absenteísmo parece ter sido maior na fase inicial da ocupação no começo dos setecentos, mas foi decrescendo conforme avançava o século e a pecuária ia ganhando importância econômica. As grandes unidades pecuaristas, com o maior número de cabeças de gado, possuíam entre 2000 e 3500 com predominância do gado vacum, com cerca de 90% em relação às outras raças do rebanho. A mão-de-obra familiar e de agregados compareciam em grande medida nos trabalhos das fazendas, mas era o trabalho escravo o mais importante e recorrente nas lides com o gado.

Em suas pesquisas, Horacio Gutierrez, encontrou registros da presença de escravos em todas as fazendas. Seus números variavam bastante: em 1825, os registros indicavam números que iam desde um escravo apenas, na Fazenda do Charco Grande, até 69, na fazenda Capão Alto, pertencente aos frades carmelitas. Inclusive a Fazenda do Fundão, também dos carmelitas, que se dedicava exclusivamente a invernadas e não tinha gado próprio nem produção agrícola, era tocada por escravos, em número de sete. Já os agregados apareceram apenas em algumas fazendas, assim como a força de trabalho familiar, inexistente no caso dos fazendeiros absenteístas. Outros tipos de mão-de-obra livre, como assalariados, meeiros, temporários etc., as fontes não os relacionam e devem ter sido residuais. Também não há registros da existência de mão-de-obra indígena.[119]

Não é possível afirmar com exatidão as tarefas específicas exercidas pelos escravos nas unidades pecuaristas, mas há relatos de cativos exercendo funções de capatazes e condutores de tropas. Saint-Hilaire encontrou escravos que participavam da marcação do gado, doma de potros xucros, castração de novilhos e do fornecimento de sal aos rebanhos que ocorria a cada dois ou quatro meses. Possivelmente dentre as atividades mais rotineiras estavam a vigia diária do gado e a proteção contra roubos, doenças, ferimentos, ataques de animais selvagens ou flechadas de índios, bem como participação em reparações que fossem necessárias na fazenda e no cuidado as plantações. A divisão sexual do trabalho reservava estas atividades basicamente aos homens, às mulheres cabendo os serviços domésticos, "limpando e cozinhando, fazendo a farinha, os queijos e as velas, cuidando das crianças, das hortas e pomares caseiros, e da confecção de tecidos rústicos de lã ou algodão

[118] Cf., Horacio Gutierrez, Fazendas de gado no Paraná Escravista..., op cit.
[119] Ibidem, p 115.

como cochonilhos, cobertores e roupas de trabalho".[120] A proporção entre homens e mulheres era bem equilibrada e a percentagem de crianças chegava a 20% da população cativa indicando que o crescimento vegetativo positivo dos escravos era uma realidade da região e a importação e compra de negros africanos pouco expressiva.[121]

Em recente trabalho sobre a formação da sociedade colonial no extremo sul da América portuguesa, Helen Osório afirma que a historiografia local de finais do século XIX e início do XX, caracterizou-se por uma predominância de temas relacionados a abordagens diplomáticas, militares e administrativas, todas elas eivadas de um nacionalismo "luso-brasileiro" bastante acentuado e, no mais das vezes, racistas.

Obras como a do General Borges Fortes[122] datada de 1932 sobre a vinda de casais açorianos para a região sul do Brasil, que praticamente nega a presença negra na formação da sociedade rio-grandense; ou a de Salis Goulart,[123] evocando a origem ariana da população do Rio Grande do Sul. Com diferentes matizes de racismo, em maior ou menor grau, esta foi a tendência na historiografia de ampla circulação regional. Esses historiadores, além de atribuírem pouca influência da escravidão na formação da sociedade sulina, evocavam a presença de certo igualitarismo que permeava as relações sociais entre senhores, escravos, peões e agregados, nascendo daí o mito da "democracia rural gaúcha" e a reafirmação da "democracia racial" brasileira.[124]

Para tais autores, embora a escravidão tenha existido em terras gaúchas, ela foi mais branda do que em outras regiões da colônia em função das relações amistosas havidas entre peões e estancieiros, entre empregados e patrões de um modo geral. Nestas relações não haveria espaço para desigualdades pelo fato de o proprietário trabalhar ao lado de seus subordinados, de dividirem o mesmo churrasco, a mesma cuia de chimarrão, numa verdadeira existência fraternal que as lides com pecuária proporcionavam.

A obra de Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*[125] de 1962, aparece como o grande marco historiográfico, divisor acerca da formação da sociedade do Rio Grande do Sul no período colonial e imperial. Rebatendo as

---

[120] Ibidem, p 117.
[121] Cf., Horacio Gutierrez, Fazendas de gado no Paraná Escravista..., op cit.
[122] João Borges Fortes. *Os Casais Açorianos*: presença lusa na formação sul-rio-grandense. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978 [1932].
[123] Salis Goulart. Aspectos da formação rio-grandense. *Anais do II Congresso de História e Geografia da RGS*. Porto Alegre: Globo, 1937.
[124] Cf., Helen Osório. *O Império Português no Sul da América*: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2007.
[125] Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: DIFEL, 1962.

interpretações até então vigentes sobre a pouca relevância da escravidão na formação da sociedade, o "igualitarismo" e a "democracia racial" presentes nas relações sociais presente nos latifúndios pecuários, F. H. Cardoso afirma que a reconstrução do passado sul-rio-grandense em termos de uma "sociedade democrática rural" tem por objetivo glorificar o branco-senhor, magnânimo em face do negro, considerando este como *realmente* e não *socialmente* inferior.[126] Ressaltando o caráter escravista da sociedade sulina e da grande importância da escravidão negra para a economia gaúcha, principalmente no polo charqueador, o autor se valeu de obras de viajantes como Saint-Hilaire e mesmo da historiografia tradicional, por ele criticadas, advogando, sem muita precisão, a presença escrava nas estâncias e unidades criadoras de gado, presentes também, segundo ele, na produção de trigo.[127]

No entanto, a crítica de F. H. Cardoso parece encerrar-se em si mesma, não avançando sua análise sobre as relações sociais e de trabalho entre estancieiros, escravos, peões e agregados, concentrando-se somente nas questões econômicas, não conseguindo explicar a desigualdade nas relações sociais vistas por ele.[128] Sua obra, apesar disso, teve grande influência nos meios acadêmicos nos anos 70 e 80 do século XX, fosse como esquema geral de síntese da história para o período, fosse como impulso para novas pesquisas, que aprofundariam o conhecimento sobre o escravismo a partir de questões por ele levantadas.

Em inícios da década de 80 do século XX, Décio Freitas criticou a visão da historiografia sobre a região do Rio Grande do Sul e platina que afirmava ter a produção pecuária se desenvolvido quase sem a presença humana. Conforme Décio Freitas, ao contrário do que dizia esta historiografia, o trabalho com o gado nas estâncias era especializado e que todo um trabalho social era incorporado neste processo produtivo. Desse modo, Décio Freitas procede a uma descrição do cotidiano do trabalho nas estâncias e dos tipos sociais aí presentes, como os escravos, por exemplo. A real possibilidade da ocorrência de fugas e a necessidade de uma vigilância constante, de acordo com Décio Freitas, explicam a inexistência de escravos na pecuária sulina. Ali, logrou êxito a mão-de-

---

[126] Cf., Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo*..., op cit.

[127] Cf., Joana Medrado "*Terra, laço e moirão*": relações de trabalho e cultura política na pecuária (Geremoabo, 1880-1900). Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, SP: 2008.

[128] Ibidem, op cit.

obra indígena e a do mestiço de índio, ideais para o labor pastoril e capazes de conservarem, através de gerações, as técnicas de criação.[129]

Para Helen Osório, as pesquisas produzidas nas últimas três décadas tiveram avanços parciais no tocante ao conhecimento da realidade socioeconômica da sociedade colonial sul-rio-grandense. Para além da constatação da existência da escravidão nestas regiões, no entanto, ainda aqui, existem algumas lacunas a serem preenchidas, uma vez que ainda não se investigou, por exemplo, qual a efetiva participação dos escravos no trabalho das estâncias, unidades da pecuária, ou ainda, o grau de disseminação da propriedade escrava entre a população, bem como, em que tipo de unidade produtiva e com qual força de trabalho foi produzido o trigo, terceiro produto de exportação na virada do século XVIII para o XIX.[130]

Em suas pesquisas, Helen Osório rebate a tese, há muito difundida, de que a região sul da colônia estaria constituída apenas por enormes estabelecimentos pecuários, apontando para a existência também de unidades produtivas que se dedicavam à agricultura, à criação em pequena escala ou a um consórcio de ambas as atividades. A autora destaca ainda que, mesmo os maiores estabelecimentos podiam combinar a pecuária com a cultura comercial do trigo, especialmente nas décadas finais do período colonial. O trabalho familiar e a mão-de-obra escrava desempenhavam um importante papel na produção, inclusive nas lides pecuárias propriamente ditas.

Em um universo de 185 inventários *post mortem* entre os anos de 1756 e 1825, selecionados entre aqueles que possuíam rebanhos de gado vacum superiores a cem cabeças, uma vez que, os produtores denominados "lavradores" pelos censos da época e que se dedicavam prioritariamente à agricultura, possuíam em média 61 desses animais, a autora buscou analisar especificamente a composição do patrimônio produtivo[131] de uma *estância*[132], assim entendida como sendo unidades produtivas em que estavam combinadas a produção agrícola e criação de animais.

---

[129] Cf., Décio Freitas "O Capitalismo Pastoril". In: *O Capitalismo Pastoril*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

[130] Helen Osório. *O Império Português no Sul da América*..., p, 31.

[131] Aqui entendidos como sendo o conjunto dos bens relacionados à produção agropecuária, englobando terras e suas benfeitorias, escravos, instrumentos, equipamentos, animais e os próprios produtos resultantes. Cf., Helen Osório. *O Império Português no Sul da América*..., p, 104.

[132] A origem do termo "estância" é controversa e seu significado variou no tempo e no espaço na América Latina Colonial e do século XIX. De acordo com Farinatti, é provável que o termo tenha sido tomado de empréstimo aos espanhóis platinos pelos colonizadores lusos que povoaram o sul da América Portuguesa. Cf., Luís Augusto Ebling Farinatti. *Confins Meridionais:* famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825 – 1865). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007, p

Embora não tenha sido possível distinguir escravos domésticos de escravos dedicados à produção agropecuária, uma vez que a ocupação do cativo nem sempre era registrada, a historiadora constatou a presença de 97% de escravos nas estâncias inventariadas, com uma média de 11 cativos por estância. Helen Osório lembra que, em obra recente, Paulo Zart[133] analisando uma série de inventários do século XIX para várias regiões do Rio Grande do Sul, verificou não somente a presença da atividade pecuária nas estâncias gaúchas, como também a existência de produção agrícola, lançando a hipótese de que escravos "roceiros" perfaziam a maioria nas estâncias sulinas. Somente 24% dos inventários, 43 do total selecionado por Helen Osório, discriminam a ocupação de algum dos seus escravos, num total de 367 cativos, ou 18% do plantel possuído pelos estancieiros, dos quais 152 (41%) eram "campeiros" (137 cativos) ou "domadores" (15 cativos), ao passo que apenas 20% desse total eram "roceiros" ou "lavradores". De acordo com a autora, 74% dos estancieiros proprietários de escravos com ocupação declarada possuíam escravos dedicados às atividades pecuárias.[134]

De posse desses dados e apoiando-se também em renovada historiografia argentina, Helen Osório afirma que os escravos campeiros especializados nas lides da pecuária nas estâncias supriam as necessidades de mão-de-obra permanente. Trabalhavam comandados por um capataz livre (não há registro de escravos capatazes, como ocorreu no Rio da Prata) e certamente acompanhados de peões livres, nos momentos de pico sazonal da atividade pecuária.[135]

Em oposição aos argumentos da historiografia do Rio Grande do Sul que considerava a escravidão incompatível com a pecuária em terras gaúchas, Helen Osório afirma que esse mito nasceu de uma observação de Saint-Hilaire sobre uma estância em Santa Maria, onde, segundo ele, o estancieiro e seus filhos cuidavam do gado e os escravos da plantação; e omitem, de acordo com a autora, a afirmação anterior do botânico francês, de que esse mesmo estancieiro possuía mil cabeças de gado e não era um homem rico, o que se explica pelo fato de que as estratégias de utilização da mão-de-obra escrava variar conforme as posses dos produtores. Os pequenos produtores alocavam seus escravos mais

---

42. Helen Osório aponta que, embora no século XIX e XX a palavra tenha se transformado em sinônimo de grande estabelecimento exclusivamente pecuário, no século XVIII, o termo era utilizado para designar os estabelecimentos destinados à criação de gado e produção agrícola. Helen Osório. *O Império Português no Sul da América...*, p 104 – 105.

[133] Paulo Zart. *Do Arcaico ao Moderno:* o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.

[134] Helen Osório. *O Império Português no Sul da América...*, p 150.

[135] Ibidem, p 155.

na atividade agrícola, fato que não ocorria com os grandes estancieiros. Na documentação compulsada pela autora, há somente um registro de escravo campeiro presente em inventariados que possuíam rebanhos com até cem cabeças de gado.[136]

Em trabalho sobre a formação da elite agrária da fronteira Meridional do Império do Brasil, em especial a região de Alegrete, maior município da Campanha gaúcha e principal zona pecuarista do Rio Grande do Sul, Luís Augusto Ebling Farinatti nos conta que o uso da mão-de-obra escrava, nos sertões meridionais era amplo e diversificado, presente não apenas nas lides com o gado, como também nos trabalhos de construção, nos serviços domésticos e na agricultura, convivendo com o trabalho livre.[137] O autor nos informa que a questão da mão-de-obra estável e livre nas estâncias não era algo tão simples como apregoava a historiografia tradicional sobre o Rio Grande do Sul. Segundo Farinatti, os grandes estancieiros não tinham a confiança de que poderiam suprir com trabalhadores livres toda a demanda laboral de seus estabelecimentos. Por outro lado, a população livre não representava uma massa de despossuídos, nem os agregados se transformavam facilmente em trabalhadores estáveis e tampouco os recrutamentos arrancavam os homens de seus trabalhos.[138]

Razão pela qual a mão-de-obra escrava aparecia como alternativa, embora isto não fosse garantia, por si só, de que se poderia contar com o braço escravo de forma estável. Desse modo, as relações escravistas passavam por um processo de construção e reiteração diários, em meio a uma luta que envolvia vigilância, violência, fugas, revolta aberta, mas também um processo cotidiano de negociação entre desiguais, em que os escravos procuravam a ampliação das margens de liberdade, de reivindicação e acomodação. Nesses embates, a escravidão se viabilizava, mas também se desgastava.[139]

E como em qualquer sociedade escravista, as relações entre senhores e escravos ali também passavam por interação entre uma política de dominação senhorial e uma cultura de resistência escrava, constituída por redes de auxílio, proteção e informação que articulavam cativos e livres. Por outro lado, também havia redes de comunicação e vigilância no mundo dos senhores. No entanto, para além desses momentos extremos, no dia-a-dia das relações escravistas, os cativos procuravam alargar suas pequenas margens de

---

[136] Cf., Helen Osório. *O Império Português no Sul da América...*, p 158.
[137] Cf., Luís Augusto Ebling Farinatti. *Confins Meridionais:* famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825 – 1865). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.
[138] Ibidem, p 377-78.
[139] Ibidem, p 378.

ação, conjugar esforços, concretizar projetos, colocar alguns limites ao grande controle que sofriam.[140]

Parte das estratégias e projetos para sobreviver às agruras do cativeiro estava ligada à possibilidade de o cativo, eventualmente, conseguir desempenhar trabalho e produção autônomas, com ampliação do tempo e do espaço por onde poderiam movimentar-se e na formação de laços familiares estáveis. Para Farinatti, não por acaso, estas eram demandas que "os aproximavam da experiência de liberdade que observavam entre as famílias livres com quem conviviam e, ao mesmo tempo, que poderiam permitir a constituição de pecúlios para que, sabendo negociar com seus senhores, tentassem alcançar a alforria."[141]

Não eram poucos os escravos que buscavam desempenhar a sua própria produção ou um ofício especializado como escravos de ganho, mantendo consigo parte da remuneração. Este último caso, aliás, já bem documentado no Brasil, sobretudo nos centros urbanos. Entre os escravos "oficiais" estavam carpinteiros, pedreiros, ferreiros e campeiros, que, ao que parece, obtiveram vantagens nessas possibilidades de trabalhar para outros patrões, embora continuassem cativos de seus senhores. Ao fazê-lo, aproximavam-se da experiência da liberdade, porque tinham acesso à parte da remuneração de seu trabalho e porque recebiam permissão para deslocar-se e permanecer fora por um tempo que ia de uma semana a cerca de um mês. O fato de permanecer por algum tempo longe das vistas de seu senhor ganhava importância porque essa era uma marca dos homens livres, observadas pelos cativos.[142]

Embora sejam difíceis de rastrear e quantificar, Farinatti encontra indícios da existência de uma "Brecha Camponesa" na Campanha gaúcha, com indicações de acesso à produção própria por parte dos escravos. Há indicações na documentação para o século XIX de instruções e autorizações para os escravos plantarem para si e criarem seus animais, uma possibilidade que não era aberta a todos os cativos, mas que aponta para a existência de um espaço de reivindicação, negociação e construção de uma autonomia escrava.

[140] Ibidem, p 384.
[141] Ibidem, p 384.
[142] Ibidem, p 385.

CAPÍTULO II

2. ESCRAVIDÃO E PECUÁRIA.

Os anos 30 do século XX não foram marcados apenas pelas convulsões sociais e econômicas que abalaram o mundo e transformaram a história da humanidade nas décadas subsequentes, transformações profundas tanto no campo das ciências naturais quanto das ciências humanas vinham, desde os primeiros anos do novo século, nos imprimindo novas maneiras de ver e sentir o mundo. Os novos objetos e enfoques das ciências sociais, o diálogo interdisciplinar entre as ciências humanas provocaram transformações estruturais também no seio da ciência histórica, dotando-a de novas ferramentas para dar conta de toda a complexidade que a modernidade lhe apresentava.

O Brasil não passou incólume frente a este estado de efervescência e os anos da década de 1930 só vieram marcar o ponto forte de um debate nas ciências humanas brasileiras, que desde os primeiros anos do século XX girava em torno de dois temas candentes que se completavam: a questão da modernidade e da identidade nacional. A grande questão era saber o que nos definia como brasileiros e como era nossa sociedade. A busca de respostas a essas indagações esbarrava, mais cedo ou mais tarde, num tema caro aos nossos intérpretes: a escravidão.

A formação da sociedade brasileira, a questão do negro no Brasil e os debates suscitados pelas questões de raça dominaram os círculos intelectuais brasileiros desde finais do século XIX até o salto qualitativo dos anos 30. De uma postura intuitiva de início, passar-se-ia posteriormente a uma visão analítica do processo de formação de nossa sociedade através de pesquisas e aprofundamentos da história e da realidade brasileira. São desse período obras fundamentais como *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre (1933), *Raízes do Brasil* de Sergio Buarque de Holanda (1936) e *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Júnior (1942).

Entre os primeiros a pensar a questão nacional desvinculada das categorias de raça está Manuel Bonfim. Praticamente desconhecido do grande público até os anos 70, quando é redescoberto pelos entusiastas da *Teoria da Dependência*. Para Manuel Bonfim a questão racial aparece apenas como um valor de cultura. Criticando a visão racista e autoritária de

Oliveira Viana, a obra de Manuel Bonfim destaca-se como um marco de transição no sentido de valorização da mestiçagem brasileira.

Outra obra de transição será *Retrato do Brasil* de Paulo Prado. Numa espécie de consciência dividida, nela o autor julga a inferioridade das raças sob um viés moral e psicológico. Pelo relaxamento de seu caráter moral o negro complicaria a nacionalidade por meio de sua sensualidade desmedida, por sua sexualidade excessiva. Desse modo ambíguo, Paulo Prado é modernista no sentido de redescobrir a história, embora de uma maneira intuitiva e pessimista, mas também oscila para o lado naturalista nessa sua obsessão em apontar a degenerescência das raças. Da mesma forma que Manuel Bonfim, Paulo Prado ainda não rompera com a linguagem naturalista.

Mas será a partir de Gilberto Freyre, com *Casa-Grande & Senzala*, que essas obras de interpretação da formação da sociedade brasileira atingirão seu apogeu e amadurecimento. Gilberto Freyre será o primeiro a analisar positivamente o caráter mestiço da sociedade brasileira, sendo o conceito de raça inteiramente substituído pelo de cultura. Fortemente influenciado pela antropologia culturalista e embalado pelos estudos sobre o patriarcalismo, ele irá se voltar para a história do país e, sob a perspectiva de quem olha da varanda da *Casa-Grande*, em tom nostálgico[1] e conservador, buscará identificar as características que formaram a sociedade brasileira.

Ao recuperar o papel primordial do escravo e de sua cultura na formação da família brasileira, Gilberto Freyre realiza, também por seu intermédio, uma análise profunda de toda a sociedade brasileira. Sua visão um tanto quanto açucarada do papel do escravismo em nossa formação suscitou incontáveis polêmicas e lhe rendeu a admiração de muitos e a rejeição de outros, mas ninguém nega o fato de que foi a partir de seu estudo que se pôde avançar na pesquisa histórica, buscando e propondo novas abordagens no intento de melhor se apreender nosso passado e aquilo que nos constituiu. É com base nisso que Stuart Schwartz afirma com toda propriedade que os estudiosos da escravidão que se seguiram a Gilberto Freyre são, em maior ou menor grau, seus afilhados e herdeiros de seu legado[2].

Legado esse que se refletiu em novas abordagens, novos objetos, novas fontes, outras perspectivas. Embora afirmasse que as relações entre a Casa-Grande e a Senzala da Açucarocracia Pernambucana fossem extensivas ao resto da América Portuguesa[3], a

---

[1] Cf., Fernando A. Novais. *Aproximações*: Estudo de História e Historiografia. São Paulo: Cosac Naify. 2005.
[2] Cf, Stuart Schwartz. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Trad. Jussara Simões – Bauru, SP: EDUSC, 2001.
[3] "A casa-grande, embora associada particularmente ao engenho de cana, ao patriarcalismo nortista, não se deve considerar expressão exclusiva do açúcar, mas da monocultura escravista e latifundiária em geral: criou-a no Sul o café tão brasileiro como no Norte o açúcar. (...) Surpreende-se nos casarões do Sul um ar mais

realidade parecia ser outra na sociedade mineira, e paulista, na pecuária gaúcha e nordestina, e isso tudo carecia da atenção das novas gerações. Pesquisas analisando as consequências da escravidão sobre a sociedade brasileira nortearam os estudos das décadas de 1950 e 1960 até passar ao que Schwartz chama de análise da natureza interna do escravismo, com trabalhos que buscaram superar os enfoques das análises tradicionais e dos antigos estudos "folclóricos" e descritivos das "tradições africanas" que marcavam muitos estudos sobre o tema. Segundo Schwartz, a partir de então, a nova historiografia da escravidão brasileira passou a chamar a atenção para a importância de se compreender a organização do escravismo e o seu funcionamento, tanto como forma de trabalho quanto como sistema social e cultural, para que, deste modo, fosse possível entender suas implicações teóricas e sistêmicas mais amplas para a compreensão da história do Brasil e de seu lugar dentro do desenvolvimento da economia mundial.[4]

O funcionamento da escravatura e suas consequências para o desenvolvimento econômico da América Portuguesa há muito fazia parte do interesse dos autores que se ocuparam das obras de síntese da história do Brasil, alcançando seu auge com a obra fundamental de Fernando Antonio Novais (1979). Em seu estudo sobre a Crise do *Ancien Regime*, Novais empreende uma análise sistemática do escravismo, enfatizando a natureza mercantilista do Sistema Colonial e do papel do escravismo e do tráfico negreiro no processo de acumulação primitiva de capitais, essencial à formação do modo de produção capitalista.[5]

Como forma de dotar a história de novos métodos que pudessem dar conta de certa realidade, data dessa época também a adoção das técnicas da demografia histórica aplicada ao estudo da escravidão, assistindo-se ao ressurgimento de estudos que têm a família escrava como objeto privilegiado. Embora Gilberto Freyre houvesse tratado das consequências da escravidão na formação da família brasileira, a família agrícola brasileira, os estudos recentes tratam das famílias escravas propriamente ditas que, por um momento, chegaram a ser declaradas como inexistentes.[6]

---

fechado e retraído do que nas casas nortistas; mas o 'terraço de onde com a vista o fazendeiro abarcava do o organismo da vida rural' é o mesmo do Norte: o mesmo terraço hospitaleiro, patriarcal e bom". Gilberto Freyre. *Casa-Grande & Senzala:* Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 50ª Rev. São Paulo: Global, 2005 [1933], p 43-44.

[4] Stuart Schwartz. *Escravos*...,op cit, p 29.

[5] Cf, Fernando Antonio Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808)*. 8° Ed. São Paulo: Hucitec, 2006 [1979].

[6] Cf, Stuart Schwartz, *Escravos*...,op cit.

No tocante à questão do trabalho compulsório e da mão-de-obra africana em nossa formação econômica, inúmeros trabalhos concentraram-se, naturalmente, nas economias açucareira, mineira e cafeeira. O mesmo não se pode dizer, no entanto, com relação à atividade criatória. A pecuária aparece na historiografia relegada a segundo plano, embora se ressalte seu caráter de economia acessória ao complexo agroexportador e aurífero, bem como a sua importância na conquista dos sertões e integração territorial, seu estudo ficou restrito, muito das vezes, às impressões de ensaísticos, ou às generalizações superficiais de obras de síntese.

Em 1937, como dirigente da coleção Documentos Brasileiros da Editora José Olympio, Gilberto Freyre sugere a José Olympio a edição do livro de um jovem sociólogo cearense chamado Djacir Menezes, que lhe apresentara os originais de um livro intitulado *Evolução Social do Nordeste*, o qual se ocupava do nordeste pastoril, característica principal do Ceará e que poderia, segundo Freyre, ser publicado junto com o seu *Nordeste*, que tratava exclusivamente do açúcar. Desse modo, com o título sugerido pelo próprio Gilberto Freyre, editou-se *O Outro Nordeste: Formação Social do Nordeste*, complementando, segundo Gilberto Freyre, o seu novo livro por contemplar uma zona distinta da influencia da cana.[7]

Já no prefácio Djacir Menezes expõe sua preocupação em estudar o nordeste, abrangendo a área das caatingas, quase sempre esquecida pelos autores que tratam do tema. Procura também enquadrar "a formação histórica e social do nordeste dentro da evolução do Brasil, em contexto com o processo de desenvolvimento capitalista no ocidente" que imprimiu, segundo ele, "o ritmo de nossa formação cultural".

O autor define como "determinismo multilinear dialético", seu método de análise. A caatinga determinou as condições de vida e fez surgir a "civilização dos vaqueiros", "dos currais", com alguns pontos de agricultura regular. O flagelo das secas dispersou a fixação do homem ao meio, gestando uma plebe rural de onde despontam os místicos e os bandidos. Djacir Menezes afirma, ainda no prefácio, que é sabido por todos a pequena "influência das etnias africanas, no nordeste (...) o meio é mais propicio á exploração do braço índio, no trabalho indisciplinado da criação".[8]

---

[7] Fábio Franzini. *À Sombra das Palmeiras:* A Coleção Documentos Brasileiros e as Transformações da Historiografia Nacional (1936 – 1959). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2006, p 115.

[8] Djacir Menezes. *O Outro Nordeste*: Formação social do nordeste. José Olympio editora. Rio de Janeiro. 1937, p 11.

Por último, o autor inclui em seu prefácio uma citação atribuída a Gilberto Freire, possivelmente em alguma correspondência entre os dois. Escreveu Freyre:

> O seu estudo, estou certo que será uma contribuição para os modernos estudos brasileiros. O titulo que sugere de O Outro Nordeste é justamente porque o seu nordeste é o outro nordeste ao lado do meu e talvez o menos conhecido, embora seja o mais falado: nordeste das secas, dos grandes misticismos, de menor influência da escravidão, etc.[9]

Atento aos novos enfoques e estudos da sociologia de seu tempo, Djacir Menezes se dispôs a estudar os aspectos físicos, climáticos, culturais, materiais, sociais e econômicos do outro nordeste brasileiro, em especial o Ceará, sua terra natal.

Buscando abarcar todo o período que vai do período colonial até o surgimento dos "fanatismos e do cangaço", em épocas mais recentes, em sua historia do *Outro Nordeste*, no tocante à escravidão na pecuária, ou da pouca influência dela, como já anunciava no prefácio, Djacir Menezes trata do assunto em partes esparsas ao longo do livro. Sobre a área cultural das caatingas, afirma o autor ter sido ela dominada pela única economia capaz de prosperar em meio às condições que este ecossistema ofereceria: a pecuária ou, melhor dizendo, a atividade criatória de bovinos, caprinos, equinos e ovinos. Atividade na qual os mamelucos – inaptos para o serviço contínuo e absorvente da lavoura – estavam a serviço de ricos senhores que não se aventuravam naquelas paragens.

A presença africana, tanto nas lides com a pecuária, quanto no tocante à sua contribuição étnica na formação da sociedade sertaneja, fora, para Djacir Menezes, bem pequena, não tendo o componente africano – no processo de miscigenação que, segundo ele, concorrera em pequenas porções, em determinados momentos do período colonial e nos momentos seguintes – encontrado, nos sertões, condições favoráveis como no patriarcalismo rural do litoral, por exemplo, onde a luxúria do senhor de engenho se escapava para a senzala. As fazendas de criar sertanejas teriam sido centros de caldeamento, e a área das caatingas o teatro de elaborada miscigenação, embora com predominância de percentagem indígena.[10]

Em relação ao braço escravo na pecuária, reconhece o autor que eram distintas as situações dos escravos das áreas das caatingas em relação às vividas pelos seus congêneres das zonas das lavouras. Afirma ainda que, nos sertões nordestinos, os escravos eram

---

[9] Ibidem, p 16.
[10] Ibidem, p 88.

vaqueiros, e muitas vezes guarda-costas, servindo às lutas entre famílias de colonos em velhas rivalidades por questões de terra que, agravadas por outros incidentes, prepararam os elementos do cangaço, para as pelejas futuras com a polícia.[11]

Um dos pontos importantes que se apreende da leitura de Djacir Menezes é o que diz respeito ao trabalho do escravo como vaqueiro especificamente, e não como ajudantes destes na qualidade de *fábricas* ou *cabras*, embora ele não nos ofereça provas documentais nas poucas vezes em que trata do tema em seu livro, dando a impressão de que o autor parte de grandes generalizações em sua análise, quando trata das ocupações e dos diversos extratos presentes na atividade criatória.

Na mesma tônica do discurso de Djacir Menezes temos a obra de Renato Pires Castello Branco sobre a conquista do Piauí. Trata-se de uma pequena obra ensaística, laudatória e elogiosa à "Civilização do Piauí", à ação dos homens, vaqueiros que, vencendo enormes obstáculos, conquistaram e povoaram o Piauí. Tem o condão de nos apresentar o outro lado do Nordeste desprezado por Gilberto Freyre. Não há menção a conflitos, nem tampouco aparecem os "donos" da terra, os índios.

Conforme Renato Pires Castello Branco, a geografia e a seca determinaram o tipo físico do homem piauiense: "O piauiense é antes de tudo um vaqueiro", determinou que nesta região a única atividade possível fosse o pastoreio, a pecuária. O trabalho descontínuo "uma lei social do Nordeste".[12] O Parnaíba não era a solução de todos os problemas, havia ainda a "imensidão" e a dificuldade de escoamento da produção, devido à falta de vias de transporte, eram empecilhos ao desenvolvimento da "civilização piauiense". A consequência disto foi o desestímulo do vaqueiro pela "atividade produtiva", que passa a se voltar para uma frágil autossuficiência promovida pelo gado e pela caça, impossibilitando o comércio e criando uma moral viciosa nos primeiros núcleos piauienses. A seca os faz fatalistas, o isolamento, circunspetos, contemplativos, calados e severos. Honestos, respeitam pactos inconscientes que as secas e os desertos lhe impuseram e forjaram seu caráter. A hospitalidade e o respeito ao anfitrião são marcas fortes em sua moral. Sua formação religiosa, marcada pela ignorância, adultera suas crenças cristãs e faz nascer toda sorte de fanatismo e superstição, "as crenças mais absurdas ganham foros de dogmas".[13]

---

[11] Ibidem, p 142-143.
[12] Renato Pires Castello Branco. *Civilização do Couro*. Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, Teresina, 1942, p 41.
[13] Ibidem, p 69.

A falta de moeda circulante cria o estatuto da "quarta parte" que se aplica tanto à pecuária, quanto à produção ou extração. A casa de telha do coronel reina absoluta em meio às casas de palha de seus agregados. A servidão é tradicional e o coronel um senhor feudal. As relações interpessoais criam uma moral e um caráter generoso e afável. As "servas" agregadas são as amas de leite ou as amas secas dos "senhorzinhos", futuros coronéis.

Sobre a escravidão na pecuária piauiense Castello Branco afirma que, paradoxalmente, num ambiente com poderes extremos tão concentrados nas mãos dos grandes latifundiários, a escravidão nunca teria sido um regime popular no Piauí, pois mesmo com os coronéis impondo a servidão, eles jamais foram apologistas entusiastas da escravatura.[14] Para corroborar seu argumento, Castello Branco, sem citar a fonte em que se baseia, afirma que em 1762 o número de escravos no Piauí era de 4.644 para um contingente de 8.102 livres, mais de 50% da população portanto. Porém, a partir de 1854, o número de escravos caiu proporcionalmente, contando com 16.868 escravos para uma população livre na casa dos 135.811. Para o autor, a "impopularidade" da escravidão se dava pelo fato da "preferência" pelo braço indígena, mameluco e até mesmo branco por parte do coronel, uma vez que "o pastoreio exige outras qualidades humanas". Além do mais, "A economia de criação – indisciplinada e livre – não se coaduna, por sua natureza intrínseca, ao regime da escravidão. Gera, ao contrário, populações movediças e arrogantes, como o gaúcho, o beduíno ou o filho da estepe".[15]

Outro fator que contribuiu para a "impopularidade" da escravidão, segundo o autor foi a seca que, para ele, o "servo" ou agregado, ao contrario do escravo, não custava nada ao proprietário, cuidando de si mesmo quando chegava o flagelo, ao passo que o escravo, por ser um investimento, demandava cuidados por parte do proprietário, que corria grande risco de arcar com prejuízo caso aquele, morresse ou fugisse.[16]

O autor desconsidera a grande margem percentual de escravos em relação ao número de homens livres. Ele também não leva em consideração – embora ressalte o período mesmo de formação da capitania (1762 segundo ele), o que não é de todo verdade, uma vez que a colonização do Piauí se iniciou ainda em meados de séc. XVII, sendo a data mencionada, portanto, o apogeu da economia pastoril – as dificuldades pelas quais passou a pecuária nordestina em fins do século XVIII, que entraria em declínio a partir da Grande s Seca de 1790-93. Este declínio também se explica pela emergência das estâncias e

[14] Ibidem, p 74.
[15] Ibidem, p 74.
[16] Ibidem, p 74.

charqueadas gaúchas, que em pouco tempo suplantariam a economia criatória nordestina no fornecimento de víveres, animais de carga e tração, bem como de produtos derivados do couro, para as capitanias do centro-sul da América Portuguesa.

As vicissitudes decorrentes dos anos que se seguiram à grande seca de 1790-93 e que vão até o fim do trafico negreiro em 1850, não são levadas em conta por Castello Branco quando de fato, o número de escravos em relação aos homens livres era pequeno, tendente cada vez mais a diminuir proporcionalmente até o fim efetivo da escravidão em 1888. Faz-se necessário também, esclarecer quais eram os tipos étnicos presentes no grupo de homens livres apresentados por Castello Branco, quantos realmente eram brancos, índios, mamelucos, mulatos ou libertos.

Encontramos nestas leituras o surgimento de um modelo explicativo que dominou os escritos daqueles que se debruçaram sobre o tema da atividade pecuária, sobretudo no que tange a questão da mão-de-obra empregada nas fazendas de gado, onde se cristalizou até muito recentemente certos mitos a respeito do trabalho escravo nesta atividade. Um desses grandes mitos afirmava que o uso da mão-de-obra escrava nas lides da atividade pastoril era irrisório ou praticamente inexistente.

Ao tratar da atividade pecuária no Brasil colonial, Celso Furtado afirma que o recrutamento de mão-de-obra para essas atividades baseou-se no braço indígena, facilmente adaptável à mesma. A despeito da resistência que os indígenas apresentaram em algumas partes, ao serem espoliados de suas terras, segundo o autor tudo leva a crer que foi com base na população local que se fez a expansão da atividade criatória. A pecuária – por representar um mercado de ínfimas dimensões, ao contrário do que ocorria com a economia açucareira – não conheceu a predominância do trabalho escravo.[17]

Devido ao caráter extensivo e livre da empresa, donde ficava impossível manter grandes plantéis ou, até mesmo, uma quantidade pequena de cativos, sem que estes fugissem para as matas e quilombos existentes pela capitania, Caio Prado Jr. afirma que: "O trabalho é em regra livre. Nestes territórios imensos, pouco povoados e sem autoridades, é difícil manter a necessária vigilância sobre trabalhadores escravos".[18] Nesta mesma linha de argumentação Alberto Passos Guimarães afirma que "a ausência do proprietário, a impossibilidade de vigilância contínua e direta, o número reduzido de braços necessários,

[17] Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. Ed. Companhia Editora Nacional. 15ª ed. São Paulo 1977 [1959]. pp 58-59.
[18] Caio Prado Júnior. *História Econômica do Brasil*. São Paulo; Brasiliense, 1945. p 45

enfim o próprio sistema de produção"[19], tornaram impraticáveis as adoções do trabalho escravo nos sertões.

Já para Nelson Werneck Sodré, a ausência do trabalho escravo na pecuária deve-se à especificidade de uma sociedade com fortes traços feudais que se formou nos sertões setentrionais da América Portuguesa que, pela sua incompatibilidade com o trabalho escravo, desenvolveu-se paralela à área escravista.[20] Em outro momento sustenta o autor que a separação entre o pastoreio e a agricultura, na área açucareira, deu lugar ao aparecimento de uma região nos sertões da colônia em que o escravismo não encontrou vigência. Essa região definiu as suas linhas ainda no século XVI, assim permanecendo até o alvorecer do século XX, quando começou a modificar-se.[21]

Noutro extremo, uma visão bastante arraigada da historiografia do século XX e que perdurou por muito tempo, na verdade um preconceito, foi a que tratava da questão sobre a mão-de-obra indígena nas fazendas. Para a essa historiografia – ao contrário do que ocorria nas regiões açucareiras, onde toda a produção era baseada no trabalho do escravo africano – nas regiões pastoris o trabalho indígena concorreu de maneira significativa, em detrimento do trabalho escravo, incompatível com a atividade criatória. Para estes historiadores, a inadaptabilidade do indígena para atividades repetitivas e sedentárias, bem como a sua "moleza", "mentalidade primitiva" e "extremada rebeldia", associadas à sua incapacidade para o trabalho agrícola, contribuíram quase que naturalmente para o concurso da mão-de-obra indígena na pecuária.

Desconhecendo ou menosprezando a dimensão dos conflitos que opuseram colonos e indígenas nas frentes de expansão pelos sertões e seu consequente genocídio, essa a historiografia afirma que os contatos entre os colonizadores e indígenas foram, na maioria das vezes, pacíficos e amigáveis, explicando assim, a rápida adaptação destes à atividade pastoril. Roberto Simonsen chega a dizer que: "o trabalho das fazendas de criar era incomparavelmente mais suave e mais adaptável ao temperamento dos íncolas do que o rude labor dos engenhos em que o autóctone perecia em pouco tempo".[22] Embora ressalte a existência de várias "guerras de expansão e extermínio de muitas tribos", Simonsen aponta para a ocorrência de alianças entre indígenas e colonos como fator importante na ocupação

---

[19] Alberto Passos Guimarães. *Quatro séculos de latifúndio*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. 1. ed. 1963.
[20] Nelson Werneck Sodré. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo. Ed Brasiliense, 1962. pp 123 e 125.
[21] Idem. *História da Burguesia Brasileira*. São Paulo. Ed Brasiliense, 1962. p 41.
[22] Roberto C. Simonsen. *História Econômica do Brasil 1500 – 1820*. São Paulo, Cia Editora Nacional. 6ª Ed. 1962, p 151.

do Sertão setentrional, e nisto ele não deixa de ter razão, uma vez que a manutenção do projeto colonial nos sertões setentrionais da América Portuguesa teve que passar por uma política de alianças com os vários povos que habitavam aquelas paragens, de modo que as guerras que os colonos faziam ao gentio bárbaro contaram com o apoio de certas tribos em suas milícias.[23]

Embora não desconsidere os conflitos envolvendo sesmeiros e indígenas, em Capistrano de Abreu temos a reiteração destes estereótipos. Para ele, comparado aos trabalhos na lavoura, o trato com o gado atraía o interesse indígena, pois não requeria o mesmo esforço, nem lhes provocava a mesma repugnância; além disso, a abundância de terras devolutas para onde os índios podiam emigrar aparecia como fator não menos importante a contar em suas "preferências". Aos que não foram vítimas dos horrores da escravidão restava ainda refugiar-se em aldeias dirigidas por missionários, ou postarem-se à sombra de homens poderosos, "cujas lutas esposaram e cujos ódios serviram".[24]

Em José Alípio Goulart também encontramos a tese da inexistência do trabalho escravo nas fazendas de criar, em função mesma da natureza intrínseca da atividade pastoril: livre e mais propícia ao labor dos filhos da terra. Para ele, a influência da escravidão nos sertões foi relativamente pequena, tendo a miscigenação do branco com o ameríndio formado o tipo social e étnico que estruturou decisivamente a formação das populações sertanejas. A pecuária, por ser uma atividade que, ao contrário da lavoura, não aglomera, mas espalha e pulveriza, forjou o homem do criatório que, por exigência de suas próprias atividades, cultivou o hábito de viver livre e solto pelos campos, sem peias que impedissem seus movimentos e com suas resoluções pessoais, cujos tipos humanos "forjados no cadinho do sertão adusto e tórrido, amalgamado pela aspereza do clima e pelas vicissitudes do meio" deram origem ao sertanejo, do qual o vaqueiro sobressai como o mais nobre. O indígena, por sua vez, dominando o pastoreio, teria mantido sempre acesa a chama da independência e da liberdade que o afastou das atividades sedentárias.[25]

E numa visão um tanto quanto heroica e mítica da figura do vaqueiro, Geraldo Rocha pintou com traços fortes a imagem do cavaleiro do sertão: homem, destemido, que enfrenta a natureza com a galhardia que lhe é peculiar. De posse de sua armadura de couro,

---

[23] Sobre as alianças coloniais entre indígenas e colonos nos sertões setentrionais do Brasil, ver Marcos Galindo. *O Governo das Almas:* A expansão colonial no país dos Tapuias 1651 – 1798. Tese de doutoramento.

[24] Capistrano de Abreu. *Capítulos de História Colonial (1500 – 1800).* Brasiliana – USP. 2007. Cópia Fac-Similar da edição de 1907, p 127.

[25] José Alípio Goulart. *O Brasil do boi e do couro*. 2 vols. Rio de Janeiro: GRD, 1965. 1º Vol. O Boi, p 144-148.

com que se protege dos espinhos, percorre os sertões em seu cavalo, nadando aqui e acolá, auxiliando a sua montaria a transpor as longas distâncias e a fazendo repousar de alto em alto. Homem de confiança do proprietário, de devotada fidelidade, o rebanho do patrão, confiado à sua guarda, merece todos os sacrifícios, razão pela qual não conhece perigos, pois descende de uma casta de heroicos caboclos que "desprezam os jacarés covardes, afrontam as piranhas ferozes ou as águas traiçoeiras do rio para salvar os companheiros de suas lides e emoções".[26]

Mesmo historiadores que não exaltavam o heroísmo do vaqueiro e a singularidade do homem do sertão, nem idealizavam a sociedade sertaneja, destacaram em seus trabalhos a primazia do trabalho livre e a presença significativa de índios e mamelucos nas regiões de pecuária. Charles Boxer, por exemplo, repete a cantilena sobre a modalidade de remuneração dos trabalhos com o gado, ressaltando que tal mecanismo nutria no vaqueiro a esperança de um dia iniciar o negócio por sua própria conta Os vaqueiros podiam ser de pura raça europeia, africana ou ameríndia, mas os mestiços predominavam. No tocante as relações entre os colonizadores e os ameríndios, afirma terem sido estas com frequência bastante amistosas, que se os vaqueiros às vezes maltratavam os nativos e tomavam-lhes suas terras, muitos ameríndios, no entanto, encontraram emprego nas fazendas de criar, trabalhando muitas vezes como boiadeiros durante as longas jornadas que levavam gado para o mercado de Salvador, embora se saiba que nem sempre lhes pagavam a taxa devida pela sua tarefa.[27]

Por fim, Capistrano de Abreu, referindo-se ao momento seguinte aos primeiros tempos de estabelecimento da economia criatória nos sertões do Brasil, reconheceu a presença negra nas fazendas de cria, porém, mais como elemento de status e prestígio social do que como fator puramente econômico. Escreve o historiador cearense:

> Desvanecidos os terrores da viagem ao sertão, alguns homens mais resolutos levaram família para as fazendas, temporária ou definitivamente e as condições de vida melhoraram; casas sólidas, espaçosas, de alpendre hospitaleiro, currais de mourões por cima dos quais se podia passear, bolandeiras para o preparo da farinha, teares modestos para o fabrico de redes ou pano grosseiro, açudes, engenhocas para preparar a rapadura, capelas e até capelães, cavalos de estimação, *negros africanos,*

[26] Geraldo Rocha. *O rio São Francisco*: fator precípuo da existência do Brasil. 3 ed. São Paulo: Nacional; Brasília: CODEVASF, 1983, p 41-42.
[27] Charles Boxer. *A idade de ouro do Brasil:* dores de crescimento de uma sociedade colonial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p 151-152.

> *não como fator econômico, mas como elemento de magnificência e fausto, apresentaram-se gradualmente como sinais de abastança*.[28]

Flávio R. Versiani e José R. Vergolino apontam três explicações gerais ao longo da literatura de viagem e da historiografia para a tese da inexistência da escravidão na pecuária. Segundo esses autores, há três teses clássicas a respeito da participação do trabalho escravo na atividade criatória: a primeira, de cunho racista, elaborada por Tollerane e Ferdinand Denis, argumenta que a "indolência" do africano não atendia aos anseios da atividade de vaqueiro; a segunda, difundida por Saint-Hilaire e reiterada por Caio Prado Jr e Nélson Werneck Sodré, pregava que a distância do olhar senhorial proporcionada pela atividade de vaqueiro tornava o uso da mão-de-obra escrava inviável; e a última, atribuída a Celso Furtado, afirmava que a baixa produtividade exigida para o criatório tornava desvantajoso o uso da mão-de-obra cativa.[29]

Os autores afirmam também que em historiadores com Capistrano de Abreu e Manuel Correia de Andrade, por exemplo, o funcionamento do escravismo sertanejo foi visto com o olhar voltado para a atividade que, supostamente, gerava mais lucro àquela região: a do vaqueiro. Daí afirmarem que tal serviço era incompatível com a escravidão, argumentando que a independência dada ao vaqueiro jamais poderia ser dada a um escravo. Justifica-se, portanto, que a posse de escravos no Sertão foi uma questão de ostentação, pois não encontraram viabilidade econômica que racionalizasse o investimento de sua compra.[30]

A historiografia que se dedicou ao estudo do processo de ocupação e colonização das vastas áreas da América Portuguesa nos últimos anos vem se distanciando do modelo há muito estabelecido por obras de caráter mais geral, dedicando-se a estudos de alcance mais reduzidos, apontando para direções diferentes daquelas estabelecidas pela historiografia tradicional. Dentre eles está o que discute a tese da inexistência do trabalho escravo na pecuária e o que trata da presença indígena no mundo do trabalho no universo sertanejo. Coube a Luiz Mott em seus estudos sobre a Capitania do Piauí a revisão destes mitos que, não obstante, não ficaram restritos apenas ao Piauí. Desde o início e ao menos durante todo o século XVII, a pecuária piauiense dependeu substantivamente da mão-de-obra escrava negra e mestiça. Embora houvesse espaço para o trabalho livre, inclusive

---

[28] Capistrano de Abreu. *Capítulos...*, op cit, p 130-131, [grifo meu].
[29] Cf., Flávio R. Versiani e, José R. O Vergolino. Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco, 1777-1887. *Estudos Econômicos*. São Paulo, abr/jun, 2003.
[30] Ibidem, op cit.

indígena, o escravo negro sempre foi uma presença importante e indispensável nas fazendas de criar, superior ao braço indígena, quiçá mesmo ao trabalho livre.[31]

Analisando relato do Padre Miguel de Couto sobre a capitania do Piauí em 1697, Luiz Mott constatou que a tão propalada participação indígena na produção pecuária, bem como predominância do trabalho livre sobre o trabalho compulsório, ao menos para a capitania do Piauí em fins do século XVII, não condiz com as generalizações da historiografia tradicional. Ao discutir a suposta adaptabilidade dos índios nas fainas da pecuária, o autor adverte que na realidade a resistência indígena provocou uma dura repressão contra diversas tribos, que culminaram em massacres e fugas para regiões mais afastadas das áreas colonizadas. Na verdade, há evidências empíricas que reforçam a ilação de que os indígenas gozavam de baixíssima valorização por parte dos colonizadores, não apenas como seres inferiores, mas inclusive como incapazes para o trabalho produtivo. Caso constituíssem mão-de-obra tão aproveitável e adaptável ao pastoreio, como alardearam alguns historiadores, é de se supor que, em vez de serem sistematicamente exterminados nos campos de batalha, teriam sido aprisionados e domesticados, como fizeram os paulistas.[32]

O mito da inexistência do braço africano nos sertões e da predisposição "natural" do indígena para a atividade pastoril deriva de outro mito assaz cristalizado na historiografia clássica: o que afirmava que o absenteísmo era regra nos sertões. Possivelmente esta prática tenha vigorado apenas nos primeiros tempos da ocupação, mas foi, porém, generalizada para todo o período colonial. Em suas pesquisas Mott indica que o absenteísmo foi exceção e sua frequência diminuiu com o tempo, sendo no início do século XIX quase irrelevante. De maneira semelhante foi reduzida e também declinante a presença de índios trabalhando nas fazendas, provavelmente em razão da violência recíproca que caracterizou o contato dos nativos com a "frente pastoril".[33]

De acordo com seus estudos, Mott concluiu que a participação indígena nas fazendas de gado recenseadas pelo Padre Miguel de Couto chegava apenas a 9% da população, ao passo que o contingente negro estava entre 48% e 55% da população dos "retiros e currais" piauienses. A constatação de que a presença escrava nas fazendas era

---

[31]Luiz R. B. Mott. *O Piauí Colonial*: População, Economia e Sociedade. Teresina, Secretaria de Cultura do Piauí, 1985, p 79.

[32] Idem, *Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial*. Revista de Antropologia. São Paulo: USP, (22):61-78.,1979.. p. 68.

[33] Idem, "O Patrão não está: análise do absenteísmo nas fazendas de gado do Piauí Colonial". In *Piauí Colonial*: população, economia e sociedade. Teresina, Secretaria de Cultura do Piauí, 1985.

maciça contraria, mais uma vez, toda uma historiografia que afirmava ser o trabalho escravo incompatível com a atividade pecuária, onde predominaria o trabalho livre.

Nos dados demográficos de 1697 e 1772 para a capitania do Piauí, Mott identificou fazendas onde a presença de escravos negros era superior aos demais grupos, havendo inclusive fazendas habitadas apenas por escravos e que eram geridas por estes, fazendas onde, segundo Mott: "escravos eram livres de seus senhores e senhores de si".

Estudando a ocupação da região sul do Maranhão, os chamados *Pastos Bons*, Maria do Socorro Coelho Cabral identifica duas frentes de expansão distintas: uma que parte do litoral e outra dos sertões da Bahia e Pernambuco, sendo que uma fundada na economia agroexportadora outra na pecuária. A frente de ocupação que parte da Bahia está ligada á implantação dos domínios territoriais imprimidos pela Casa da Torre de Francisco Dias D'Ávila e pelo sertanista Domingos Afonso Sertão, que empreenderam a conquista do Piauí e os *Pastos Bons* aquém Parnaíba. Somente em inícios do dezoito é que se logrou atravessar o Parnaíba e em 1730 foram fundadas as primeiras povoações no Sul do Maranhão.

O caráter expansionista da atividade criatória não se explica unicamente pela demanda das grandes áreas consumidoras da colônia, como a região açucareira e das minas, mas também pela própria dinâmica inerente à atividade, que exigia vastas áreas para o seu desenvolvimento, dado o baixo nível técnico de sua exploração e a rarefação das pastagens em tempos de estiagem. Isto explica também a existência de grandes extensões de terra, verdadeiras donatarias dos pecuaristas dos sertões da América setentrional Portuguesa.[34] Ademais, a reprodução natural dos rebanhos, os baixos custos da produção, além da capacidade do gado de vencer grandes distâncias favoreceram a proliferação do criatório, bem como a forma de pagamento baseada no sistema de partilha, elevando vaqueiros à categoria de fazendeiros, também permitiu a difusão da pecuária pelos sertões nordestino.[35]

Para o autor do "*Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauhí"* a atividade pastoril era o desiderato de muitos sertanejos. Segundo ele:

> Essa gente tem a este exercício uma tal inclinação que procuram com empenho ser nele ocupada, constituindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro, criador ou homem de fazenda são títulos honoríficos entre eles e

[34] Cf, Luiz R. B. Mott. *O Piauí Colonial*..., op cit.
[35] Maria do Socorro Coelho Cabral. *Caminhos do Gado*: Conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: Sioge. 1992, p 105-106

> sinônimos com que se distinguem aqueles, a cujo cargo está a administração e economia das fazendas.[36]

Com relação à presença de escravos na economia criatória maranhense, a autora afirma que esta era freqüente, porém restrita às ocupações subalternas atribuídas aos *fábricas*. Em toda a documentação pesquisada pela autora, não há registros de algum escravo vaqueiro, o que pode indicar, segundo Maria do Socorro, que os vaqueiros fossem sempre recrutados entre os trabalhadores livres, verificando ainda que havia fazendas que possuíam escravos que não participavam das lides com o gado, mas de outros afazeres. A autora ressalta também que não era grande a proporção de escravos em relação à população livre em comparação com o restante da Capitania, decrescendo ao longo do século XIX, comprovando a tese de que a escravidão na pecuária nordestina teve um caráter bastante atenuado, não sofrendo nenhum impacto durante a desagregação da mão-de-obra cativa após a abolição do tráfico negreiro em 1850.[37]

Revisando os mesmos documentos dos quais se valeu Caio Prado Jr., e citando a "Descrição do Piauí" do Padre Miguel de Couto, também estudada por Mott, Jacob Gorender rebate a tese da inexistência da escravidão na atividade pecuarista, entendendo que "inexistiam razões técnicas, inerentes ao processo produtivo, que fizessem a pecuária incompatível com a escravidão",[38] embora ressalte o caráter incipiente da atividade pastoril nos sertões em fins do século XVII, apontando para o fato de que "com o tempo, todavia, adensou-se nos sertões nordestinos uma população livre que, substituindo os escravos ou trabalhando ao lado deles, encontrou ocupação nas fazendas de gado sob formas embrionárias de salariado".[39] Ainda assim, encontrar-se-iam nas fazendas reais do Piauí em 1811, 35 fazendas com um total de 498 escravos, perfazendo a média de 14,2 escravos por fazenda[40]. À baixa rentabilidade das fazendas de gado os historiadores associavam, portanto, a inexistência da escravidão. No entanto, Gorender salienta que o trabalho escravo na pecuária não impediu o aparecimento do trabalho livre como ocorrera nas *plantations* e nos centros urbanos, nem os altos preços dos escravos em relação à produção pastoril obstaculizou aos criadores a aquisição de escravos. Para o autor, padrões socioculturais

---

[36] Anônimo. Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauhi, [177-]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. LXII, p. 60-161, 1900, p 88.
[37] Cf, Maria do Socorro Coelho Cabral. *Caminhos*...,op cit.
[38] Jacob Gorender. *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ed Ática, 2ª ed, 1978, p 416.
[39] Ibidem, op cit, p 416.
[40] Ibidem, op cit, p 416.

compareciam também na conformação dessa sociedade, onde a posse de escravos conferia status e diferenciação social a quem os possuía.

Gorender analisa a questão do escravismo na pecuária de um modo mais amplo, não se restringindo apenas ao Sertão nordestino, resultando daí suas generalizações sobre o tema. Contudo, o autor identifica traços e situações nas demais regiões que se assemelham com as práticas verificadas também para os sertões setentrionais, suscitando e reiterando as mesmas questões que se fazem em relação àquela região no tocante ao governo dos escravos.

No que se refere ao absenteísmo na pecuária, Gorender afirma que em grande medida os proprietários de fazendas de criar eram absenteístas. Capistrano de Abreu verificou para o Ceará duas fases: uma de ausência do proprietário num primeiro momento; outra com os proprietários presentes[41]. Gorender entende que esta segunda fase pode muito bem comportar uma classe de vaqueiros que ascenderam à condição de proprietários, algo não muito incomum nesta atividade. Para corroborar seus argumentos Gorender se vale de relatos de viajantes do século dezenove como Koster, Spix, Martius e Saint-Hilaire, que encontraram em diferentes partes da América Portuguesa situações em que "o senhor não estava".

Quanto ao trabalho dos escravos nas lides da pecuária como vaqueiros, Gorender observa que, embora em número bastante reduzido, havia fazendas geridas apenas por escravos, onde todo o trato com os animais eram conferidos aos negros, inclusive a função de vaqueiro. O autor faz referência a uma passagem de *Sobrados e Mucambos*, em que Gilberto Freyre cita o testamento de José de Abreu Ribeiro, datado de 1787, onde o testamentário declara possuir sete fazendas de criar gado, das quais três estão sob a responsabilidade de escravos vaqueiros.[42] Se o braço livre era preponderante na pecuária nordestina, o mesmo não se observava no centro sul da colônia. Aqui também o trabalho livre coexistia com o trabalho escravo, mas contando este último já com uma presença maior do que o verificado nos sertões setentrionais. De acordo com Gorender, a bacia mineira do Rio Grande foi a região mais escravista das zonas pecuaristas.

Sobre a alegação de que a escravidão não prosperou nas zonas de pecuária, devido à dificuldade, ou até mesmo a impossibilidade de uma vigilância por parte dos senhores, Gorender afirma que este obstáculo era superado pela adoção de feitores, que eram também, não obstante, escravos.

---

[41] A mesma situação é verificada por Luís Mott para o Piauí.
[42] Jacob Gorender, op cit, nota 18, p 417.

Para Pedro Puntoni a ênfase que Gorender dá à escravidão na pecuária não deve descartar a importância e o papel que teve o trabalho livre. A escravidão, para Puntoni estava ligada mais a figura do "fábrica" que a do vaqueiro, que era sempre um homem livre. Apesar das pesquisas de Mott levar-nos a situações no Piauí onde escravos geriam as fazendas de seus senhores, Puntoni aconselha usar de bom senso e imaginar um estatuto particular para este trabalhador que o afastaria da escravidão. Levando-se em conta o fato de os estudos de Mott e Gorender enfocarem os séculos iniciais da expansão do pastoril no Sertão, Puntoni acredita que tudo se fez diferente no século XIX, quando estaríamos, segundo ele, bem longe do predomínio da mão-de-obra escrava, preferindo imaginar que "a pecuária estruturou-se com a presença determinante do trabalho livre (*conformando uma relação escravista particular*) e com a ausência relativa do trabalho indígena".[43] O autor não avança na questão quando se refere a este estatuto particular do trabalhador da pecuária que conformou uma relação escravista também particular, no entanto, aponta para o fator singular do escravismo nessa atividade.

Ainda sobre este caráter singular, citando Saint-Hilaire em sua "*Viagem a Comarca de Curitiba*", Gorender atenta para o fato de este encontrar fazendas administradas por escravos que tinham seus senhores ausentes. Saint-Hilaire relata ainda casos de feitores escravos encontrados em Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro.[44] Embora as observações de Saint-Hilaire tenham sido feitas no século XIX para a região sudeste, o mesmo se verificou para o Sertão nordestino, ao menos no Piauí.

Em seus estudos sobre os escravos do Sertão na província do Piauí, a historiadora Miridan Britto Knox Falci verificou as mesmas conformações encontradas por Saint-Hilaire e estudadas por Luiz Mott. A autora, em seus estudos identificou, entre os anos de 1826 e 1888, a existência de um grande número de escravos na população da economia pecuarista do Piauí que diminuiu conforme o século avançou. Momento também em que a economia piauiense entrou em decadência, criando assim o mito da pecuária sem escravos. Fazendas com um grande número de escravos vaqueiros – de 10 a 20 escravos por fazenda – foram encontradas pela autora em suas pesquisas. Embora não tenha encontrado fazendas geridas somente por escravos, Miridan rastreia toda uma rede de relações sociais envolvendo escravos e senhores, que vão desde o nascimento do escravo com o batismo e as relações de compadrio, passando pelo matrimônio, chegando às relações de trabalho com todo um

[43] Pedro Puntoni. *A Guerra dos Bárbaros. Povos indígenas e a colonização do Sertão do Nordeste do Brasil, 1650 – 1720.* São Paulo: Edusp-Hucitec-Fapesp, 2002, p 43. [grifo meu]
[44] Jacob Gorender, op cit, p 25.

sistema de hierarquias e distinções entre os escravos. De acordo com a autora: "foram escravos vaqueiros e roceiros os responsáveis pela manutenção da escravidão na província do Piauí (...) nessa região, o sistema escravista funcionou como o 'avesso do sistema escravista e sua complementaridade'".[45]

Um grande problema se apresenta, no entanto, ao historiador da escravidão em áreas periféricas como é o caso da pecuária sertaneja, no que concerne à documentação. A escassez de fontes, sobretudo para a época colonial, dificulta em muito uma análise da sociedade que ali se constituiu. Pesquisas recentes abarcando os períodos finais da colonização portuguesa e todo o Império Brasileiro têm acrescentado importantes contribuições para a história da escravidão em áreas de pecuária. Embora a maioria desses estudos restrinja-se basicamente ao século XIX, eles nos colocam questões muito interessantes, que nos permitem lançar hipóteses sobre sua existência em momentos anteriores aos pesquisados por estes autores.

Ao analisarem uma série de inventários das regiões do Sertão e do Agreste pernambucano entre os anos de 1770 e 1888, presentes nos arquivos do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambuco, José Raimundo Vergolino e Flávio Versiani constataram que a posse de escravos nestas regiões era francamente difundida, mostrando que cerca de 40% dos escravos pernambucanos encontravam-se em regiões fora da área açucareira. Levantamentos populacionais feitos em 1827 e inícios da década de 1840 pelas autoridades provinciais apontaram que 28% da população cativa fora da Zona da Mata estavam no Agreste e em torno de 5% a 9% encontravam-se no Sertão. Dos 647 inventários analisados pelos autores, 203 eram do Sertão, provenientes de localidades vizinhas onde hoje ficam as cidades de Cabrobó e Flores, ao sul do Estado, na época regiões essencialmente pecuaristas. As pesquisas apontam para um escravismo predominantemente de pequenos proprietários, em que a relação média de escravos por senhores no Sertão era de 6,8 e cerca de 2/3 dos escravos pertenciam a proprietários que não tinham mais do que 20 cativos, sendo que no Sertão essa proporção era de 90%. Em geral, a grande maioria dos proprietários possuía até cinco cativos, o que sugere que a mão-de-obra escrava estava associada ao processo produtivo sertanejo de maneira inteiramente distinta do complexo açucareiro. Boa parte da população cativa estava alocada na atividade criatória, na lavoura de subsistência e algodoeira, nos momentos de maior demanda por este produto.

---

[45] Miridan Britto Knox Falci. *Escravos do Sertão*: Demografia, trabalho e Relações Sociais. Piauí (1826 – 1888). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 1995. pp 8 e 9.

Embora existam problemas quanto ao uso de inventários como amostra populacional para uma determinada região, uma vez que sub-representa indivíduos de baixa renda e que dificilmente teriam seus bens inventariados ao morrer, a proporção dos que possuem escravos é um indicador do grau de difusão da mão-de-obra cativa na parcela da população que era proprietária de bens, principalmente bens de raiz, neste caso terras de cultivo e criação. Desse modo, o fato de 83% dos inventariados no Sertão possuírem escravos é indicativo de que tinham terras e que, portanto, a posse de escravos no Sertão pernambucano não era um fenômeno excepcional, mas algo generalizado e estrutural nas unidades produtivas.[46]

O argumento de que a posse de cativos nestas regiões estava ligada mais a uma questão de status e ostentação por parte da camada senhorial, não se sustenta diante da constatação de que a classe senhorial sertaneja não era abastada o suficiente para se dar ao luxo de possuir escravos por pura ostentação. No geral, o estilo de vida de um senhor sertanejo não estava muito distante do levado por seus escravos. A típica fazenda pecuarista sertaneja era composta por uma casa senhorial simples, feita de taipa, contendo um mobiliário simples composto por móveis feitos de madeira rústica e couro, cercada por currais, roçados e casebres de seus agregados e escravos.

Nos 203 inventários analisados por José Vergolino e Flávio Versiani, para do Sertão de Pernambuco entre 1770 e 1887, constatou-se que a posse de escravos ao lado da posse de animais era o principal item individual na riqueza dos inventariados. A importância dos bens em dinheiro, metais preciosos e mobiliários era reduzida, cerca de 4% do total, assim como também era pequena a proporção dos instrumentos ligados à produção da fazenda, ficando na casa dos 0,2%. Para os proprietários que possuíam menos de 10 cativos o valor do plantel era significativamente maior do que o dos rebanhos. Ao longo do período analisado, os autores verificaram que conforme avançava o século XIX ocorria um aumento da proporção do valor dos plantéis no total de bens dos inventariados, e mesmo depois do final do tráfico atlântico essa proporção continuou aumentando, chegando, no período que vai de 1850 a 1887, a 49% do total dos bens dos inventários analisado, situação que se manteve até o último quartel do XIX, quando a recuperação da economia algodoeira nos EUA depois da Guerra de Secessão desestabilizou a produção nordestina que vinha tendo, durante a Guerra Civil Americana, o seu momento mais lucrativo, e a Grande Seca de 1877

[46] Cf. Flávio Rabelo Versiani & José Raimundo O. Vergolino. "*Posse de Escravos e Estrutura de Ativos no Agreste e Sertão de Pernambuco*". In, XXIX Encontro Nacional de Economia - Anais. Salvador, Bahia, dez. de 2001. p. 247-254.

– 79 – uma das piores tragédias socioeconômicas do sertão brasileiro que se estima ter vitimado entre 200 e 500 mil pessoas – determinaram o fim do escravismo sertanejo.

Apesar desses eventos, os autores, tendo por base os inventários estudados, mostraram que a tese de que com o final do tráfico as regiões periféricas e decadentes do norte atuaram num tráfico interno, fornecendo escravos para as *plantations* cafeeiras do sudeste, deve ser matizada quando se verifica que "os senhores de escravos, no Sertão, mostravam, aparentemente, grande resistência em deixar de utilizar trabalho cativo, diante do aumento em seu preço".[47]

Francisco Carlos Teixeira alude a um ponto original não destacado pela historiografia tradicional: diz respeito a possibilidade de escravos possuírem seus próprios animais. Numa versão sertaneja, segundo ele, da *Brecha Camponesa*,[48] uma vez que se verifica que proprietários e sesmeiros não exerciam qualquer controle sobre as criações miúdas como as de galinhas, cabras, porcos etc, que podiam ser comercializadas livremente.

Lycurgo Santos Filho em seu estudo sobre uma *Comunidade Rural do Brasil Antigo* verifica que havia escravos, em número significativo, que criavam cavalos, animal caro e nobre e que chegava a custar, em finais do séc. XVIII, por volta de 30$000, enquanto uma rês valia 5$000. Isso comprova que estes escravos detinham uma fantástica capacidade de obter fundos ou pecúlio. Desse modo, "há noticias de escravos em Brejo Seco que eram possuidores de potros, éguas, além de escravos de outras fazendas que deixavam seus animais para serem criados em Brejo Seco".[49]

Francisco Carlos Teixeira avalia que, ao contrario do seu congênere da *plantation*, o escravo da pecuária tinha rendimentos próprios – reconhecidos e respeitados pelo senhor – infinitamente superiores aos alcançados na *plantation* com o plantio de alimentos e aves de terreiro, atividade características da *Brecha Camponesa* na pecuária. A autonomia de escravo se expressava na posse, criação e comercialização de animais nobres e caros – as montarias – enquanto que na *plantation* nunca se tinha acesso as culturas nobres como o açúcar. Aí se restringia a autonomia da economia própria dos escravos aos mantimentos, o que poderia integrar-se bastante bem ao cálculo do senhor na gestão do recurso de engenho.

---

[47] Flávio Rabelo Versiani & José Raimundo O. Vergolino. "*Posse de Escravos...*, op cit.

[48] Ver: Ciro Flamarion Cardoso. *Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Negro nas Américas.* São Paulo: Brasiliense 1988. Especialmente p.54 e 55.

[49] Lycurgo Santos Filho, *Uma comunidade rural do Brasil antigo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1956, p 228 e 302.

Enquanto que na pecuária, "as montarias não competiam com a atividade principal – o gado – e eram, vistas, de certa forma, como animais de estimação".[50]

À rusticidade e à configuração de diversos tipos sociais deve-se a característica singular da sociedade do couro. Uma singularidade que não escapou ao olhar arguto de Euclides da Cunha. Embora ele tenha idealizado muito o Homem Forte do Sertão, é a partir deste que a historiografia se baseia quando se refere aos sistemas morais e comportamentais que norteavam aquela sociedade. Valores como honra, dignidade, laços de solidariedade e contratos verbais, onde o peso da palavra dispensava o uso de contratos formais são elementos, porém, que vão além da mera literatura.

2.1 MERCADO INTERNO, ABASTECIMENTO E PECUÁRIA.

A historiográfica sobre a formação socioeconômica do Brasil em seus modelos interpretativos acerca do tema da formação dos mercados coloniais, no tocante à questão da acumulação primitiva de capitais é fecunda e controversa. Iniciada por Caio Prado Júnior em 1942 com *Formação do Brasil Contemporâneo*, seguida de *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado e atingindo a sua maturidade com *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial* de Fernando A. Novais, em linhas gerais, a colonização do Novo Mundo é vista sob um prisma mais amplo, como uma das faces da modernidade em seu processo de *desencantamento do mundo*, marcando o alargamento da expansão humana pelo globo capitaneada pela expansão comercial europeia na época moderna sob a égide do mercantilismo, parte da primeira fase de formação do modo de produção capitalista.

O estabelecimento de colônias no ultramar comparecia como complemento ao desenvolvimento metropolitano, fornecendo produtos não existentes na Metrópole num primeiro momento, passando depois a produzir tais produtos que seriam posteriormente comercializados no Velho Mundo. Produtos agrícolas tropicais e metais preciosos das Américas promoveram nas metrópoles europeias a acumulação primitiva de capitais, essenciais à formação do modo de produção capitalista. Amparada no monopólio comercial ou exclusivo do comércio, como chamavam os coevos, e no escravismo, a exploração colonial forneceu os mecanismos que propiciaram a passagem do capitalismo comercial para a fase industrial, criando, as condições para a superação da sociedade do Antigo Regime com a ascendência de uma nova classe no vértice da pirâmide social: a burguesia.

[50] Francisco Carlos Teixeira da Silva, Pecuária..., op cit, p 141.

Fernando A. Novais divide a economia colonial em dois setores: um "primordial", de exportação, "organizado em grandes unidades", empregando o trabalho escravo e produzindo "mercadorias para o consumo europeu", responsável pela "razão mesma da colonização capitalista"; e "ao lado dessa produção essencial para o mercado europeu, organizava-se na colônia todo um setor, dependente do primeiro, da produção que visava a suprir a subsistência interna, daquilo que não podia ser aprovisionado pela metrópole (...) abria-se, então, à economia colonial de subsistência a possibilidade de desenvolver-se autonomamente".[51] Em finais dos anos setenta, Ciro Flamarion Cardoso criticava estes pressupostos, considerando que havia nestas análises uma tendência excessiva em ressaltar primeiro e, sobretudo, a circulação em detrimento do processo de produção. Seguido por Jacob Gorender, Ciro Cardoso supõe escravista o sistema socioeconômico estabelecido na América Portuguesa, dando grande ênfase nas relações entre senhores e escravos como processo de transferência do excedente produzido que impediu a acumulação interna, embora existam divergências entre Gorender e Ciro, como no caso da "Brecha Camponesa".

Nos anos finais do século XX, trabalhos de pesquisa realizados por João Fragoso e Manolo Florentino, sobre a economia do Rio de Janeiro entre 1790 e 1830, também concentrarão suas críticas ao que irão chamar de "excessiva ênfase na transferência do excedente colonial e impossibilidade de acumulação endógena". Segundo os autores, as pesquisas apontam para a existência de caraterísticas tais como: acumulação endógena, mercado interno e capital mercantil residente que, no conjunto, seriam capazes de dar novo "sentido" à colonização. Eram, portanto, características funcionais da economia colonial, com a qual pretendiam reavaliar o conjunto da economia colonial em seus três séculos de duração.[52]

Stuart Schwartz apontou tal contradição, observando que Fragoso, ao invés de destacar os padrões inerentes ao período (1790-1830), em particular como aspectos cronologicamente circunscritos a uma conjuntura histórica, deixa um tanto implícita sua percepção do que seriam as características estruturais do Brasil colonial. Razão pela qual ele defende a predominância do capital mercantil e do mercado interno como realidades

[51] Cf., Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808)*. 8° Ed. São Paulo: Hucitec, 2006 [1979].
[52] Cf., João Fragoso e Manolo Florentino. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840.* Rio de Janeiro: Diadorin, 1993.

válidas para toda a história colonial, lendo o passado a partir dos dados referentes a 1790, como se fossem representativos também de um período anterior.[53]

Os mercados internos começaram a se consolidar no Brasil no século XVIII com o deslocamento da economia colonial para o sudeste e com a necessidade de abastecer de mantimentos as Minas Gerais diante da corrida do Ouro. O fluxo comercial de alimentos, no entanto, sempre existiu antes e depois deste período em Minas e outras partes da colônia, fruto da especialização econômica da produção de poucos bens para as grandes unidades produtivas voltadas para o mercado externo, como os engenhos de açúcar por exemplo. E no desenvolvimento desses circuitos mercantis a pecuária teve papel fundamental no fornecimento do único meio de transporte disponível antes da construção das estradas de ferro, além suprir com animais que serviam de instrumentos de trabalho nos engenhos e fazendas e, sobretudo, com a produção de alimentos e seus subprodutos como o leite, a lã e o couro.[54]

Em trabalho recente sobre a ocupação das terras do Alto Sertão Baiano – região sobre a qual se estenderam os domínios do Mestre de Campo Antônio Guedes de Brito e seus descendentes e que deu origem, posteriormente, ao Morgado da Casa da Ponte, o segundo maior latifúndio do período colonial, ficando atrás apenas dos Garcia D'ávila – Erivaldo Fagundes Neves defendeu que a produção historiográfica sobre a formação econômica do Brasil, em sua dinâmica mercantil-escravista, não deve se reduzir apenas à tríade escravidão, monocultura e latifúndio, chamando a atenção para o fato de que estudos recentes têm apontado para a existência de produtores em pequenos e médios estabelecimentos agrícolas, sobretudo nos interiores distantes, onde se desenvolveram as policulturas, com a escravidão coexistindo com outras formas de trabalhos na produção do abastecimento interno e para o comércio.[55]

Segundo o autor, diversas estruturas produtivas estiveram presentes neste processo, envolvendo variados volumes de recursos financeiros e pequenos investimentos, sempre na

---

[53] Cf., Stuart Schwartz. "Mentalidade e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva". In: *Economia e Sociedade*. Campinas, n. 13, p. 131, dez. 1999.

[54] Horacio Gutierrez, Fazendas de gado no Paraná Escravista. *Topoi*, v. 5, n. 9, pp 102-127, 2004.

[55] Ver por exemplo o trabalho de Bert Barickman para a região do Recôncavo Baiano em que o autor contrapõe a visão de que a formação econômica e social do Brasil tenha sido regida apenas pelo latifúndio, monocultura e escravidão, afirmando que, no caso do Recôncavo Baiano, a produção de fumo e de farinha foi tão importante para a constituição da sociedade baiana quanto o açúcar. Indicando que havia uma interação entre as economias de exportação e as de abastecimento interno, além de uma forte agricultura escravista em fazendas produtoras de fumo e farinha no Recôncavo para argumentar que a mera visão "*plantationista*" é insuficiente para responder determinadas problemáticas sobre a formação socioeconômica brasileira. Cf., Bert. J. Barickman. *Um contraponto baiano*: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, (1780-1860), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

perspectiva do mercado, em que a circulação expandia-se conforme um conjunto de fatores, dentre os quais o transporte.[56] Era um processo que se intercomplementava: o litoral das grandes lavouras produzia mais para o mercado externo e destinava parcelas da produção para o abastecimento interno, enquanto o interior escoava a maior parte dos excedentes agrícolas e da pecuária para fora, partes significativas de suas mercadorias, para receber em troca produtos litorâneos e mercadorias importadas. Num ciclo vicioso e interativo os mercados regionais desenvolviam-se na proporção da capacidade produtiva de cada região, enquanto a produção de cada uma delas se restringia às respectivas condições de circulação de mercadorias.[57]

Região eminentemente pecuarista no início da colonização, viu-se na segunda metade do século XVIII, tomada por levas de migrantes das regiões das minas em franca decadência e, que ali se estabeleceram arrendando ou comprando terras pertencentes à Casa da Ponte e seus arredores, buscando, deste modo, alternativas ao colapso das minas com a produção de subsistência nas atividades agrícolas com o emprego do trabalho familiar, criando na sociedade escravista um núcleo de produtores autônomos, dinamizando os incipientes mercados locais, conectados por tropeiros e boiadeiros aos circuitos inter-regionais.

As dificuldades geradas pelas grandes distâncias dos centros dinâmicos da colonização, no litoral, e a precariedade dos meios de transporte propiciaram o desenvolvimento da produção agrícola, destinada sempre ao comércio local na fase inicial da colonização do Alto Sertão da Bahia, na primeira metade do século XVIII, desenvolvendo-se em unidades agrárias de diferentes dimensões devido à necessidade do auto-abastecimento. Do âmbito local os intercâmbios estenderam-se para os circuitos interprovinciais, com alguns produtos como o algodão, o couro, o fumo e a aguardente de cana, que alcançaram o mercado externo.[58]

O autor talvez não leve em conta que no período por ele estudado (1750- 1850), o Antigo Sistema Colonial encontrava-se já em seus estertores, cabendo, portanto, falar em desenvolvimento de mercados regionais com ligações externas, inclusive. Em que pese o período e a região estudada por Erivaldo Fagundes Neves apontarem para um momento de transição, há informações em suas pesquisas que se mostram bastantes úteis em nossos

---

[56] Cf., Erivaldo Fagundes Neves. *Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil:* Alto Sertão da Bahia, séculos XVIIII e XIX. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana; UEFS, 2005, p 54.
[57] Ibidem, p 54.
[58] Cf., Erivaldo Fagundes Neves. *Estrutura*..., op cit.

questionamentos acerca da formação socioeconômica da sociedade sertaneja e, em especial, da que trata da existência e permanência de mão-de-obra africana em áreas de pecuária.

De acordo com Erivaldo, no Alto Sertão da Bahia, entre os extremos da pirâmide social – senhores e escravos – adensou-se uma população livre de diferentes condições econômicas e níveis sociais, cujo número reduzia-se em cada estrato na proporção da magnitude de cada hierarquia social. Nesta estratificação encontravam-se: marginalizados e miseráveis, pedintes e salteadores; seguidos por aqueles que se sustentavam com a meação e eventual aluguel diário da força de trabalho; os que produziam a sua subsistência na pequena propriedade com o próprio trabalho e o da sua família, contratando, ocasionalmente, diaristas ou sendo acertados na mesma condição por outros proprietários; os senhores de pequenas e médias glebas, que ampliavam a produção familiar com a força de trabalho de um ou de poucos escravos, podendo dispor de meeiros e contratar diaristas nos serviços da lavoura e dos diminutos criatórios de bovinos, equinos, ovinos, caprinos e suínos; os senhores que empreendiam a pecuária em uma ou mais unidades agrárias, a policultura e algumas monoculturas com a perspectiva de excedentes comerciais; e no topo da pirâmide, poucos grandes fazendeiros, alguns absenteístas, vivendo nos arraiais e vilas, ou em cidades distantes, empreendedores da pecuária extensiva, produzindo o auto-suprimento em cada unidade.[59]

A respeito da mão-de-obra escrava no Alto Sertão Baiano, Erivaldo Neves nos oferece um quadro bem interessante sobre o mundo do trabalho nesta região, confirmando a existência da escravidão negra no Alto Sertão da Bahia. Os escravos apareciam, sobremaneira, nas lides com o gado, nas funções de guias e tangedores, que auxiliavam os vaqueiros livres, ou "passadores" na condução de boiadas de Jacobina para a feira de Capoame. Chama a atenção o emprego de índios como criados livres, sobretudo índias, nos serviços domésticos, numa relação de trabalho que pouco ou nada se diferenciava do cativeiro, a não ser pelo estatuto jurídico, que não permitia ao senhor o registro cartorial de propriedade e nem tampouco a emissão de escritura de compra e venda de gentios. No convívio social estes recebia tratamento semelhante ao do escravo. O autor afirma, ainda, que até meados do século XX encontravam-se velhas índias, suas filhas e netas, na condição de criadas domésticas, tanto em cidades como no campo.[60]

Outro aspecto importante levantado por Erivaldo Fagundes Neves diz respeito à figura do administrador de fazenda, confundido com o vaqueiro nas crônicas coloniais. O

[59] Cf., Erivaldo Fagundes Neves. *Estrutura*..., op cit.
[60] Ibidem, p 218.

que fez com que ensaístas e mesmo a historiografia posteriormente cristalizassem a ideia de que a escravidão africana não tenha encontrado acolhimento nos criatórios dos sertões coloniais. Erivaldo Neves indica que mesmo empregando pouca mão-de-obra a pecuária foi fortemente marcada pela escravidão, prova disso é o fato de que os vaqueiros eram um dos poucos cativos cuja profissão era especificamente citada nos inventários.[61]

Embora a maior parte da documentação a esse respeito date de momentos finais da escravidão, ela nos esclarece pontos importantes acerca da presença de escravos vaqueiros nas lides com a pecuária, que antes aparecia apenas como fruto de meras suposições. Embora cativos, o ofício de vaqueiro garantia aos escravos alguma autonomia relativamente às outras atividades pela pouca repressão e pela maior possibilidade de amealhar algum patrimônio com reses que eventualmente recebessem do senhor – estímulo não raro na escravidão pecuarista regional, segundo Erivaldo Neves – com as quais frequentemente libertavam familiares, mantendo-se, porém, cativo para conservarem o direito de permanecer com seu micro criatório na fazenda senhorial. Na escravidão sertaneja alguns ex-cativos adquiriram pequenas glebas ou estabeleceram-se no comércio urbano, construindo patrimônios.[62]

Há que se levar em consideração também um aspecto relevante do escravismo dos sertões apontado pelo autor de que, diferentemente das zonas açucareiras litorâneas, a escravidão desenvolveu-se "simultânea e articuladamente com a meação, confundindo choupanas de agregados e casebres de escravos".[63]

Em dissertação de Mestrado recentemente defendida, Joana Medrado Nascimento procurou tratar das relações de trabalho e de dominação estabelecidas entre fazendeiros e vaqueiros numa região tradicional de pecuária no nordeste baiano entre os anos de 1880 e 1900 e de como estas relações foram vistas pela historiografia tradicional.[64] A bibliografia existente sobre o tema é extensa e diversa. Nela estão incluídos folcloristas, memorialistas, cientistas sociais e, em menor grau, historiadores. A autora destaca num primeiro momento uma vertente que caracteriza como sendo de cunho saudosista, com certa predileção pelos tempos em que teriam vigorado a justiça social e a honra nos valores humanos. Nesta visão

---

[61] Cf., Erivaldo Fagundes Neves. *Sucessão Dominial e Escravidão na Pecuária do Rio das Rãs.* Sitientibus, Feira de Santana, n.21 (jul-dez 1999), pp, 117-142.
[62] Ibidem, p 127.
[63] Erivaldo Fagundes Neves. *Uma comunidade sertaneja*: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 1998, p 248.
[64] Cf., Joana Medrado "*Terra, laço e moirão*": relações de trabalho e cultura política na pecuária (Geremoabo, 1880-1900). Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, SP: 2008.

nostálgica do universo sertanejo estariam folcloristas como Câmara Cascudo, escritores como Eurico Alves Boaventura, Joze Norberto Macedo, e cientistas sociais como Capistrano de Abreu e Caio Prado Jr.[65] De acordo com a autora: "para esses autores, o grau de proximidade entre vaqueiros e fazendeiros era tão íntimo e tão marcado pela confiança que inexistia ali uma relação propriamente de trabalho e uma diferença de classes".[66]

A autora destaca a diferença existente entre as figuras do Vaqueiro, do Administrador e do Procurador, presentes no mundo das grandes unidades agropecuária (E) que geram certa confusão entre os memorialistas e historiadores do início do século XX. Assim, os vaqueiros eram os responsáveis diretamente pelo trato com o gado: "cuidavam das bicheiras e também faziam serviços associados à criação, como conserto de cercas e limpeza dos bebedouros dos animais – as fontes e os olhos d'água. Eram personagens constantes no final do século XIX e suas funções foram em muitas fazendas desempenhadas por escravos".

Já o procurador "era uma pessoa que representava o proprietário por meio de uma procuração que o habilitava a resolver questões burocráticas e cartoriais. Respondia por eventuais ações na justiça que envolvessem o fazendeiro, enfim, era um administrador dos assuntos externos à fazenda propriamente dita".

O administrador estava mais presente nas grandes fazendas absenteístas, mas não apenas nelas. Nem sempre residia nas unidades produtivas que zelava. "Era ele quem se reportava diretamente ao proprietário para prestar contas gerais, articulava a venda de gado ou de gêneros agrícolas, organizava a contratação de empregados e controlava seus serviços, além de ser o responsável pela apartação, a partilha e as ferras dos animais, momentos em geral festivos nas fazendas".[67]

Assim, como acontecia com os vaqueiros no sistema de remuneração da pecuária, também aos administradores cabia a quinta parte dos bezerros que nasciam anualmente, lhe possibilitando arrendar ou comprar terras e se estabelecerem com criatórios próprios,

---

[65] Cf., Câmara Cascudo. *Vaqueiros e Cantadores. Folclore poético do sertão do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.* [1939] Rio de Janeiro: Ediouro, 2000; Câmara Cascudo. *Dicionário do Folclore Brasileiro.* [1952] 11ª ed., São Paulo: Global, 2002; Jozé Norberto Macedo. *Fazendas de gado no Vale do São Francisco*. Documentário da Vida Rural, nº 3, Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1952. Eurico Alves Boaventura. *Fidalgos e Vaqueiros.* Salvador, EDUFBa, 1989; Capistrano de Abreu. *Capítulos de História Colonial (1500-1800).* [1907], 7ª ed., rev., Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: editora da USP, 1988; Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia*. [1942] 24ª reimp., São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

[66] Joana Medrado, "*Terra, laço e moirão*"..., op cit, p 1.

[67] Ibidem, p 20.

"empregando nos latifúndios que administravam, escravos do senhorio que, sem a presença de feitores, se autodeterminavam nas suas ausências".[68]

2.2 DA RESISTÊNCIA ESCRAVA NO MUNDO DA PECUÁRIA

No tocante a resistência escrava em sua versão mais conhecida, a fuga e a formação de Quilombos, são poucos os relatos e as fontes a este respeito para regiões de pecuária. Em suas pesquisas sobre o Alto Sertão da Bahia, Erivaldo Neves afirma não haver encontrado registros documentais sobre a existência de tais ajuntamentos, porém ressalta que há fortes indícios na toponímia regional que apontam para esta direção. Como bem lembra Erivaldo: "Em qualquer sociedade escravista, desde a antiguidade, as fugas de cativos sempre constituíram recurso de resistência à escravidão. No Alto Sertão da Bahia, não seria diferente. Inventários *post mortem* de fazendeiros do vale do Rio das Rãs e adjacências registraram fugas de escravos enquanto persistiu a escravidão".[69]

Em trabalho de pesquisa sobre a Comarca de Itapicuru e a formação do Arraial de Canudos, Mônica Duarte Dantas afirma que durante o processo de ocupação da região pela pecuária no período colonial, uma ocupação mais efetiva só ocorreria na segunda metade do século XVII com a destruição dos quilombos de Jeremoabo. Somente a partir daí é que as regiões de Jacobina, Itapicuru, Rio Real e Itabaiana puderam ligar-se lentamente ao São Francisco, possibilitando a extensão dos caminhos em direção ao Piauí.[70]

Com base em Felisbelo Freire, a autora nos informa que em 1668 o capitão Fernão Carrilho, liderando as companhias de ordenança da Torre e Campos do Rio Real da Praia, auxiliado por índios das aldeias de Jassuru e Itapicuru Mirim, foi incumbido de destruir os mocambos de Jeremoabo, tarefa que parece ter sido bem sucedida, ou que ao menos possibilitou um padrão de convivência mínimo. Entretanto, a autora lembra que isto não significa que tenha deixado de existir comunidades de escravos fugitivos no sertão de dentro. Fosse assim, seria desnecessária a presença de um Capitão-Mor das Entradas dos Mocambos como a que existiu até inícios do século XVIII para a região que vai de Tatuapara até o Rio Real e de outro para o Sergipe.[71]

---

[68] Erivaldo Fagundes Neves. *Estrutura...*, p 222.
[69] Erivaldo Fagundes Neves. *Uma comunidade sertaneja...*, p 126.
[70] Mônica Duarte Dantas. *Fronteiras Movediças:* A Comarca de Itapicuru e a Formação do Arraial de Canudos. São Paulo: Hucitec. 2007, p 42.
[71] Cf., Mônica Duarte Dantas. *Fronteiras...*, p 42, nota 16.

CAPÍTULO III

3. A FAMÍLIA ESCRAVA, E A "BRECHA CAMPONESA".

Com *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre rompeu com o *racismo científico* que predominou entre a intelectualidade brasileira desde meados do século XIX até inícios do XX. Em sua obra, Gilberto Freyre dissociou as influências exercidas pelos *escravos* das pelos *negros*, afirmando que se houve algum tipo de influência negativa na formação da sociedade brasileira por parte dos africanos, isto se deu mais pelo fato de serem estes escravos do que em virtude de sua raça ou cultura. Ao contrário do que se afirmava até então sobre o caráter deletério da miscigenação na formação da sociedade brasileira, Gilberto Freyre inverteu o polo desta relação, encarando a mestiçagem ou o hibridismo, como gostava de chamar, como o aspecto mais importante de nossa formação.[1]

Não se encontra na obra de Gilberto Freyre, uma preocupação em identificar vida familiar entre os cativos, até mesmo porque isso jogava contra a sua ideia de família patriarcal. Assim compreendida como sendo a família extensa, que englobava esposa, filhos, netos, avós, agregados e escravos, todos aqueles que se encontravam sob o poder e a proteção do pai-senhor. Desse modo, inexiste em seu trabalho uma delimitação clara entre família branca e família negra, ambas parecem misturar-se e fundir-se em uma só, tendo como referencial a fazenda monocultora.[2]

No tocante ao desregramento sexual na colônia e o caráter promiscuo e devasso atribuído ao negro pelos entusiastas do cientificismo raciológico, Gilberto Freyre afirma que inexistem razões para supor que os colonos brancos fosse menos promíscuos do que os negros e que se houve depravação sexual, esta se deu em razão do sistema econômico, ou seja, do escravismo, do tipo de relação que a escravidão proporcionava entre senhores e escravos. Desse modo, mesmo negando o desregramento sexual atribuído à inferioridade cultural africana, Gilberto Freyre reforça a ideia de que o escravo vivia mergulhado na promiscuidade, embora, atribuindo o fato aos efeitos do sistema escravista. Fato que será reiterado inclusive por seus críticos.[3]

---

[1] Cf Cristiany Miranda Rocha. *Histórias de Famílias Escravas*: Campinas, século XIX. Campinas, SP. Editora da UNICAMP. 2004, p 22.
[2] Ibidem, p 23.
[3] Ibidem, p 24-25.

Dentre os maiores críticos da visão freyriana de uma *democracia racial* colonial, que encarava a escravidão no Brasil como tendo sido doce, suave e harmônica, estão os pesquisadores da *Escola Paulista de Sociologia* que, mesmo negando as teorias racistas e enfatizando o caráter violento e desumano da escravidão brasileira, embora sem a carga racista e preconceituosa de seus antecessores, no que concerne ao desregramento sexual e ao comportamento promiscuo dos negros, acabaram por reconhecer a sua existência, porém, atribuindo tal fato ao papel deletério da escravidão na vida dos africanos escravizados e seus descendentes. Concluíram que as condições degradantes impostas pela escravidão, os destituiu das habilidades necessárias para serem bem sucedidos na vida em liberdade no pós-abolição. As condições desfavoráveis da vida em cativeiro os impediu de pensar o mundo a partir de categorias e significados sociais que não aqueles instituídos pelos próprios senhores. No tocante à constituição de famílias escravas no interior da colônia, afirmaram que a violência e opressão extrema sofrida pelos escravos lhes subtraiu inclusive a própria humanidade, transformando-os em meros *instrumentum vocale.* A escravidão: com a separação por venda ou herança, o maior número de homens em relação às mulheres e o próprio desinteresse, tanto por parte dos escravos quanto por parte dos senhores, solapou a possibilidade de uniões sexuais estáveis e a constituição de núcleos familiares, corroborando para tanto com o surgimento de um comportamento promíscuo entre os escravos.

Conforme Florestan Fernandes, o sexo erigiu-se no foco, por excelência, de precipitação e revitalização dos fatores da anomia da vida social dos negros e mulatos, retraindo, solapando e até mesmo deturpando a absorção de novos padrões de comportamento, impedindo ou retardando a plena configuração da família equilibrada e integrada ao “meio negro”. Ele tomou conta dos centros de interesses dos indivíduos e de suas atividades em sociedade, tornando-se uma esfera de expressão artística, de competição por prestígio e de comunicação simpática e, portanto, de associação comunitária, indicando claramente a ausência ou a deficiência de certas influências socializadoras desencadeadas, dirigidas e reguladas pela família. Esta não se desintegrou como instituição social e, em consequência, surgiu certa inconsistência na socialização dos indivíduos, foi a própria família que não se constituiu e não fez sentir seu influxo psicossocial e sociocultural na

modelação da personalidade básica, no controle de comportamentos egoísticos ou antissociais e na criação de laços de solidariedade moral.[4]

Os autores da *Escola Paulista de Sociologia*, concentrando suas pesquisas na região sul do país, analisando as relações entre senhores e escravos durante o século XIX, chegaram a conclusões não tão positivas quanto Gilberto Freyre, principalmente no que concerne à família escrava. Durante as décadas de 1950 e 1960, tanto a historiografia brasileira quanto a norte-americana formularam as primeiras discussões acerca do caráter e das consequências da escravidão no Novo Mundo, com destaque para as questões envolvendo a família escrava. No Brasil Florestan Fernandes e Roger Bastide foram os principais expoentes dessa corrente e estavam sintonizados com a bibliografia internacional da época.

Em suas conclusões chegaram ao consenso de que o excesso do número de homens sobre o número de mulheres no tráfico negreiro, como resultado de uma política senhorial, tolheu e solapou formas de sociabilidade entre os cativos, inviabilizando também a existência de famílias escravas, não somente como linhagem, mas também a família conjugal/nuclear, com o pai presente na vida dos filhos. Segundo Florestan, isto os deixou "perdidos uns para os outros", despojados de quaisquer laços sociais que pudessem recriar sua cultura e identidade, reduzindo-os a "condições anômicas de existência" e gerando um impacto profundo e duradouro na cultura dos negros e em suas experiências como pessoas livres no pós-abolição, além de lhes impedir de mobilizar recursos através de laços familiares e de infundir em seus filhos valores conducentes à mobilidade social, ficando em desvantagem em relação aos trabalhadores imigrantes.[5]

A partir dos anos 1970, influenciados pela historiografia norte-americana sobre a escravidão no Sul dos Estados Unidos, e partindo para uma "reanálise" documental e estudos de caso, historiadores brasileiros e brasilianistas passaram a questionar as conclusões sobre a família escrava e o papel da família conjugal. Entre os trabalhos pioneiros nessa mudança de paradigma está o de Kátia Mattoso, *Ser Escravo no Brasil* (1982) que, sem questionar a base empírica em que se fundamentava a visão "tradicional" sobre a família cativa, mostrou que os africanos e seus descendentes eram capazes de

---

[4] Florestan Fernandes. *A Interação do Negro na Sociedade de Classes:* o legado da raça branca. Vol. I. 5ª ed. São Paulo. Globo. 2008, p 181-182.

[5] Cf., Robert W. Slenes. *Na Senzala, uma Flor:* Esperanças e recordações na Formação da Família Escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Ver também; Robert W Slenes; Sheila de Castro Faria. Família escrava e trabalho. In. *Tempo*, Vol. 3 – n° 6, Dezembro de 1998.

construir laços de solidariedades significativos, que iam além do parentesco, para orientar suas vidas.

Estudos demográficos focalizando especialmente as regiões do Vale do Paraíba e o Oeste paulista mostraram que, apesar do alto índice de masculinidade entre os cativos, casamentos formais realizados na igreja eram corriqueiros e o viver em famílias conjugais a norma comum. Deste modo a família escrava e a política de casamentos formais entre os cativos eram não apenas uma instituição que contribuía para a reprodução, mas também como um elemento simbólico essencial para o seu domínio.[6] Slenes vai além ao afirmar que a instituição da família escrava fazia parte de uma estratégia senhorial que visava tornar os escravos reféns de suas próprias solidariedades e projetos domésticos.

Ao constituírem família os escravos acabavam se tornando mais vulneráveis às medidas disciplinares do senhor, como a punição por venda, por exemplo, assim como a decisão de fugir deixando para trás seus entes queridos pesava nos cálculos do fugitivo, além do temor que possíveis represálias senhoriais recaíssem sobre aqueles. Neste sentido, aponta Slenes, o grande número de uniões estáveis entre cativos e uma relativa estabilidade observadas nas grandes propriedades, certamente não traduz a "bondade" do proprietário ou a "benignidade" do regime, mas a lógica perversa que o viver em família carrega, uma vez que ao permitir que o escravo criasse uma "vida" dentro do cativeiro, a estabilidade tornava mais terrível a ameaça de uma eventual separação de parentes por venda e, além disso, ela incitava à concorrência por recursos na construção de um "cotidiano" e de um "futuro", contribuindo, portanto, para a criação de tensões no meio dos escravos.[7]

Num Estudo de um caso bastante singular no Vale do Paraíba das primeiras décadas do século XIX, Sandra Graham discorda dessa assertiva de Slenes, para ela, o exagero de Slenes está em assumir que, agindo dessa maneira, a classe senhorial possuía uma estratégia deliberada de manipulação persistente. Segundo a autora, a explicação para as famílias escravas passa pelo modo como o casamento e a família eram vistos pela sociedade da época, ou seja, como modo de ordenar a sociedade, inclusive os escravos. Havia uma preocupação por parte das autoridades coloniais para com as pessoas que vagavam de lugar em lugar, bem como o desejo de acomodá-las. Este era um tema muito debatido tanto por seculares como pelos clérigos, aparecendo no direito canônico brasileiro como uma recomendação geral para estimular os pobres a honrar seus votos matrimoniais e viverem em famílias mais estáveis. Não seria improvável, acrescenta Sandra Graham, que

[6] Ibidem, p 2.
[7] Cf., Robert W. Slenes. *Na Senzala, uma Flor*..., op cit, p 115.

os fazendeiros compartilhassem essas preocupações, julgando o casamento de seus escravos conveniente não só porque se encaixava na cultura católica que permeava toda a vida social brasileira, livrando-os, assim, da necessidade de inventar e impor uma alternativa, mas também porque os escravos casados ficavam claramente mais satisfeitos.[8]

A questão agora não é mais sobre porque tão poucos casamentos entre os escravos e a formação de famílias estáveis, mas porque tantos. Manolo Florentino e José Roberto Góes em finais da década de 1990, trouxeram às discussões o argumento de que era criando nos escravos compromissos entre si que a classe senhorial garantia *A Paz das Senzalas*, e consequentemente a continuidade do escravismo.[9] Associados a estas novas abordagens, vários estudiosos têm buscado ir além dos dados empíricos, esforçando-se para entender a relação entre família escrava e identidade, bem como questionando seus mecanismos de viabilização, em que a observação de costumes africanos, o parentesco e a linhagem têm aparecido como objetos privilegiados.[10]

Sem darem importância exagerada à família conjugal como lugar privilegiado da criação de identidades e fonte orientadora da vida de um individuo, historiadores têm identificado outras estratégias levadas a cabo pelos escravos para criarem e viverem em comunidade, enfatizando a importância dos parentes na substituição dos pais e, inclusive, de não-parentes no preenchimento de lugares vazios deixados na família extensa. Na variante escrava dessa cultura que localizava e validava a identidade de uma pessoa dentro da família, ter parentes era algo muito importante. Aqueles que não tinham laços familiares não eram membros plenos da sociedade e permaneciam mais vulneráveis aos desgastes das dificuldades cotidianas que aqueles cercados pela presença protetora da família.[11] O compadrio foi um dos principais laços de solidariedade que unia os escravos no mundo cão. Foi na pia batismal que os cativos ampliaram a família escrava e criaram um grupo social definido e solidário nas suas lutas diárias. A instituição do compadrio tem levado os historiadores a reavaliarem as distâncias sociais que, numa sociedade de classes, separava a classe senhorial dos escravos.

Entre os estudos pioneiros sobre a instituição do compadrio na sociedade escravista colonial na América Portuguesa, está o de Stuart Schwartz e Stephen Gudeman para a zona

---

[8] Sandra Lauderlade Graham. *Caetana Diz Não*: história das Mulheres da Sociedade escravista Brasileira. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia das Letras, 2005, p 56.
[9] Cf., Manolo Florentino, José Roberto Góes. *A Paz das Senzalas*: Famílias Escravas e o Tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, 1790 – 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
[10] Cf., Robert W Slenes; Sheila de Castro Faria. Família escrava e trabalho..., op. cit.
[11] Sandra Lauderlade Graham. *Caetana Diz Não...*, op. cit., p 58.

canavieira baiana. De acordo com os autores, a igualdade espiritual que o batismo conferia às almas era incompatível e contraditória com o cotidiano de uma sociedade escravista marcada por desigualdades exageradas e forçadas. Quem na pia batismal tinha prometido auxilio espiritual e até mesmo material se necessário, não poderia exigir do seu afilhado obediência irrestrita e trabalho árduo. Dessa forma, para Schwartz e Gudeman, isso explica porque na região por eles estudada, um escravo jamais teve seu senhor como padrinho. Situação que se repetirá em outras regiões da colônia, salvo algumas exceções.

Em seu estudo sobre a Província do Piauí entre os anos de 1826 e 1888, a historiadora Miridan Britto Knox Falci observa um grande número de batizados de escravos por pessoas livres, incluindo aí membros da família do senhor do pequeno escravo, sendo que há um momento na documentação em que quatro senhores aparecem como padrinhos de seus próprios escravos. A autora ressalta que a escolha, por parte dos escravos, daqueles que seriam os padrinhos de seus filhos, passava por estratégias de sobrevivência horizontais, quando de escravos para escravos, e verticais, quando de escravos para membros da classe senhorial. Cada estratégia tinha um sentido, pois, ligando seus filhos a padrinhos livres e possivelmente senhores de escravos, esperavam que suas crianças tivessem acesso a pessoas poderosas na comunidade. Por outro lado, ao celebrarem relações de compadrio com seus companheiros de infortúnio, ligavam suas crianças ao seio da comunidade escrava. Ambos os laços serviam para reforçar as amarras que os escravos tinham para com cada um.[12]

Para Robert Slenes, a possibilidade de constituição de famílias escravas, e a sua posterior continuidade no tempo, tinha maiores chances de sucesso em grandes plantéis do que em unidades produtivas menores, uma vez que os cativos tinham mais facilidades de escolher seus parceiros no âmbito da mesma propriedade. Slenes afirma também que: "normalmente o escravo, uma vez adquirido por uma propriedade média ou grande, não era mais alienado por venda".[13] Diferentemente do que acontecia, segundo ele, em outras regiões e períodos, como no Nordeste e Sul pós-1850, que se tornaram grandes perdedores de escravos no tráfico interno, com plantéis mais instáveis e que podiam presentar estruturas familiares mais fracas.

Entretanto, novas pesquisas demográficas têm aparecido e revelado estruturas distintas daquelas imaginadas por Slenes mesmo em regiões onde a composição dos

---

[12] Miridan Britto Knox Falci. *Escravos do Sertão*: Demografia, trabalho e Relações Sociais. Piauí (1826 – 1888). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 1995, p 99.
[13] Robert Slenes. *Na Senzala, uma Flor...*, op cit, p 47.

plantéis era bem menor em comparação com as *plantations* do Nordeste e do Sudeste. Em uma dissertação de mestrado sobre o Sertão de Pernambuco defendida recentemente, Caetano De' Carli aponta para a existência de um escravismo típico sertanejo que se reiterava por meio da reprodutividade interna dos escravos criando, assim, uma independência em relação ao tráfico transatlântico. Altos índices de escravos crioulos, combinados com uma paridade entre homens e mulheres, bem como um elevado número de crianças apontam para este fato.

De acordo com o autor, em 1842, a população africana nessa localidade correspondia a 33,8% do total de cativos. Possivelmente, esses africanos constituíam uma população em estágio de envelhecimento, visto que a porcentagem da população crioula em 1855-59 e em 1872 correspondeu, respectivamente, a 90,3% e 98,4%. Para o autor, é provável que a Lei Euzébio Queiroz de 1850 não tenha prejudicado o abastecimento de escravos dessas terras.

Quanto à proporção entre cativos homens e mulheres, o autor observa que nos levantamentos populacionais de 1842, de 1858-59 e no censo de 1872 a proporção entre escravos e escravas é, em certa medida, mais ou menos parecida. Para os homens, essa porcentagem varia entre 50,3% em 1842, 51,9% em 1855-59 e 54,3% em 1872. Entre as mulheres, o índice pouco se altera, ficando em cerca de 49,7% em 1842, 48,1% em 1855-59 e 45,7% em 1872. Isso sugere a existência de uma estrutura que tornava mais possível o relacionamento de um escravo com os seus pares, em comparação a outras regiões onde havia maior diferença entre o número de cativos e de cativas (como é o caso das zonas açucareiras em Pernambuco e cafeeiras do Sudeste). Uma alta concentração de escravos masculinos supostamente inibiria a reprodutividade dos cativos. Por outro lado, a relativa paridade entre a população masculina e feminina teria provocado uma tendência a conservar o sistema escravista via reprodutividade interna em detrimento do que se abastecia via tráfico atlântico. O autor lembra que o desequilíbrio entre a população escrava masculina e feminina é apontado como principal causa da baixa taxa de natalidade entre a população cativa em alguns sistemas escravistas do Novo Mundo. Neste caso, a relativa paridade que existe entre escravo e escrava no Sertão pernambucano indica a possibilidade de uma taxa de natalidade maior da população cativa dessa região em comparação com a zona açucareira.

Já no que tange à proporção de crianças no total da população cativa, percebe-se uma variação, no decorrer do século XIX, entre 30 e 40%, o que reitera a tese de

abastecimento do sistema escravista via reprodução escrava no Sertão de Pernambuco. Somando-se os cativos de 0 a 7 anos aos que possuíam entre 8 e 14 anos, tem-se para o período entre 1800 e 1829 uma porcentagem de 37,3%. Entre 1830 a 1849, essa proporção era de 35,4%, e de 1850 a 1869 ela foi de 35,0%. Nos anos finais do escravismo – entre 1870 a 1888 – as crianças escravas somavam 40,8% do total da população cativa.[14] Diante destes dados resta-nos procurar saber até que ponto estas séries podem ser verificadas em momentos anteriores à emancipação política.

Robert Slenes não descarta a possibilidade da existência de uniões matrimoniais entre escravos de plantéis e senhores distintos, mas ressalta que o isolamento, no mais das vezes, entre os engenhos e fazendas, dificultava uniões consensuais com expectativas de estabilidade ao longo do tempo. Além do mais, submeter a estabilidade familiar, já precária, à conveniência de dois senhores seria mais instável do que um matrimônio onde essa mesma estabilidade estivesse sujeita a um senhor.

Falar na existência da família escrava nos dias de hoje é cair em um lugar-comum. Entretanto, os estudos que se tem feito até o momento se mostram ainda incipientes, e até certo ponto localizados, carecendo de maior alargamento em suas abordagens, não só para se verificar as diferenças e semelhanças entre as regiões, mas também para se constatar que os africanos e seus descendentes não eram seres anômicos, mas sim dotados de uma herança cultural própria, e capazes de recriá-la, transformá-la e transmiti-la em suas lutas diárias em face de escravidão.

3.1 PROTOCAMPESINATO "BRECHA CAMPONESA", ECONOMIA PRÓPRIA DO ESCRAVO: O QUE HÁ ALÉM DOS CONCEITOS?

Saindo de uma postura que compreendia a escravidão como uma instituição previamente explicitada que apenas carecia de estudos mais localizados e que relegava os escravos à posição de meros figurantes passivos, incapazes de interferir eficazmente no processo histórico, os estudos historiográficos das últimas décadas têm buscado delimitar os contornos históricos do escravismo, redirecionando suas análises elegendo a dinâmica interna da sociedade como o ponto fulcral das transformações históricas, voltando-se para a análise de diferentes variáveis relacionadas a conjunturas diversas, da organização do

[14] Cf. Caetano De' Carli. *A Família Escrava no Sertão Pernambucano (1850 – 1888)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa em História Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2007. pp 57-58.

trabalho e da vida escrava e das relações sociais em suas transformações ao longo do tempo.[15] É dentro desse contexto que Antonio Barros de Castro irá propor, em 1980, uma inversão dos termos da equação através de uma acirrada crítica aos modelos explicativos da realidade colonial, propondo enfoques que privilegiem compreender as conformações em suas transformações, conflitos, ajustes e improvisos, apontando ainda para a necessidade de se rever o papel histórico desempenhado pelos africanos escravizados na formação da sociedade brasileira.[16]

Neste momento, a história social comparece com contribuições importantes no sentido de recuperar o processo histórico em suas multivariadas abordagens, oferecendo um arsenal teórico que baliza os novos estudos em direção a uma renovação do conhecimento histórico da sociedade brasileira. Os historiadores são desafiados a reavaliar as fontes documentais sob uma nova perspectiva; temas como a organização do trabalho escravo e da vida dos cativos, questões abrangendo a família escrava, sua constituição e desarticulação, a gestação de uma cultura escrava, a questão do liberto na sociedade escravista e o destino da mão-de-obra cativa no pós-abolição, são postos na ordem do dia, como desafio a exigir um maior aprofundamento das análises recém-iniciadas.[17]

A historiadora Maria Helena P. T. Machado aponta também que perspectivas similares na historiografia da escravidão no Caribe e Sul dos Estados Unidos nas últimas décadas, enquadrando, sobretudo, as transformações ocorridas nos séculos XVIII e XIX, resultaram, nas últimas décadas, em trabalhos que têm ampliado o conhecimento sobre a abolição, a formação de um mercado da mão-de-obra livre e as possibilidades da formação de um campesinato local. Estudos como os de Sidney Mintz *Caribbean Transformations*, *Marron Societies*, de autoria coletiva, e os trabalhos de Michael Craton, com a sua obra *Between Slavary and Free Labor*, entre outros, questionaram problemas fundamentais relacionados à organização e reprodução dos sistemas escravistas nas diferentes regiões, "do acesso, posse e utilização da terra, integrando os comportamentos escravos como agentes transformadores da realidade histórica".[18]

---

[15] Cf., Maria Helena P. T. Machado. *Em torno da autonomia escrava*: uma nova direção para a história social da escravidão. In: Revista Brasileira de História – Escravidão. São Paulo: Vol. 8. n 16, pp 143-160, março de 1988 – agosto de 1988.

[16] Cf., Antonio Barros de Castro. "A Economia Política, o capitalismo e a Escravidão". In, *Modos de Produção e realidade Brasileira.* Org. José Roberto do Amaral Lapa, Petrópolis, Vozes, 1980, pp. 67-108. *Apud,* Maria Helena P. T. Machado. *Em torno da autonomia escrava*..., op cit.

[17] Cf., Maria Helena P. T. Machado. *Em torno da autonomia escrava*..., op cit.

[18] Ibidem, p 146.

Dentre as variedades de questões suscitadas por esta nova perspectiva, algumas têm se destacado como pontos centrais das discussões, apontando conceitos como os de resistência e autonomia entre escravos para a reconstituição de uma história preocupada em reverter as perspectivas tradicionais e integrar os grupos escravos em seus comportamentos históricos, como agentes efetivamente transformadores da instituição.[19]

Baseados em uma visão integracionista da sociedade escravista, estudiosos vêm sugerido que os escravizados, na busca de forjar espaços de autonomia social, econômica e cultural interagiram com o regime de trabalho ao qual estavam forçados, transformando-o, ao responder de diversas maneiras às também diversas conjunturas, acomodando e resistindo, moldando o sistema que procurava reduzi-los a meros instrumentos promotores das riquezas coloniais. Em estudo clássico sobre a escravidão no sul dos Estados Unidos, Eugene Genovese em *Roll, Jordan, Roll*, reconstitui as relações de dominação, vida social e trabalho dos escravos nas *Plantations* sulistas, apontando que a constituição de uma cultura escrava encontra-se imbricada nas relações escravistas, à medida que a opressão dessa relação foi respondida com uma constante improvisação de mecanismos de resistência e acomodação, refazendo suas mediações com a classe dominante, estabelecendo espaços de autonomia no interior do sistema escravista.[20]

Importante contribuição também foi dada por Herbert Gutman em *The Black Family in Slavery and Freedom*, ao abordar a constituição de uma cultura escrava autônoma a partir da composição de famílias escravas e das relações de parentesco na construção de um senso de comunidade independente de escravos nas *Plantations* do Sul dos Estados Unidos.[21]

Ante o desafio de integrar as novas perspectivas metodológicas e os avanços da historiografia da escravidão nas Américas, para o aprofundamento do conhecimento do sistema escravista nacional. Segundo Maria Helena P. T. Machado, diante da necessidade de ultrapassar as restrições impostas pelas análises tradicionais, os historiadores brasileiros buscam hoje desvencilhar-se de um excessivo atrelamento às questões institucionais, ao âmbito da lei como suporte da realidade e do controle social exercido pelas camadas dominantes.[22] Dentre os temas que despertaram grande interesse dos historiadores, a questão que trata da construção da autonomia escrava, assim entendida as possibilidades

[19] Ibidem, p 146.
[20] Ibidem, p 146.
[21] Ibidem, p 146-147.
[22] Ibidem, p 147.

que se abrem aos cativos de desenvolverem atividades independentes nas fazendas escravistas, merece destaque.

As atividades autônomas se davam no tempo livre e permitido, às margens da produção principal das fazendas, para serem usufruídas estritamente pelo escravo e sua família. Elas estavam relacionadas, em primeira análise, à questão das roças e sua profunda conexão com o desenvolvimento do pequeno comércio em torno das fazendas, vilas e cidades. Entretanto, outras atividades autônomas ainda devem ser consideradas, tais como o artesanato, a pesca e coleta, a prestação de serviços remunerados realizados dentro ou fora das fazendas no tempo livre disponível pelo escravo, as gratificações e prêmios embutidos no próprio regime de trabalho das fazendas e, finalmente, não podemos desconsiderar os furtos e desvios da produção agrícola empreendidos pelos escravos, que constantemente atormentavam a vida dos senhores.[23]

Stuart Schwartz foi um dos primeiros historiadores a se interessar pelo tema da autonomia escrava, quando em 1977 trouxe a público um caso de luta social ocorrido no Engenho de Santana, no Recôncavo Baiano em 1789 ou 1790, onde um grupo de escravos fugitivos apresentou por escrito as suas condições para voltarem ao trabalho. Condições estas que remetiam à questão da atividade autônoma dos escravos e suas concepções sobre seus direitos e deveres no interior do engenho.[24] Em outro artigo Schwartz estudou ainda as diversas *plantations* pertencentes à ordem beneditina no Brasil, onde analisou a política de tratamento dispensada aos escravos levada a cabo pela ordem, que incluía respeito à determinada margem de autonomia exercida pelos escravos, concretizadas pelo sistema de roças independentes e no direito de comercializarem os produtos delas advindos.[25]

A partir destes dois textos muito se discutiu a respeito da tipicidade ou não dos casos apresentados e das possibilidades de generalização das atividades autônomas dos escravos ao sistema colonial com um todo. Em dois trabalhos que procuram colocar em discussão a problemática das atividades autônomas dos escravos em termos teóricos e bibliográficos, Ciro Flamarion Cardoso, com o artigo "*A Brecha Camponesa no Sistema Escravista*"[26] e com o livro *Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Negro nas*

---

[23] Ibidem, p 148.
[24] Cf., Stuart B. Schwartz. "Resistance and accommodation in Eighteenth-Century Brazil: The Slaves View of Slavery". *Hispanic and American Historical Review Durham*, 57, 1977, pp. 69-81.
[25] Cf., Stuart B. Schwartz. "The Plantation of Saint Benedict: The Benedictine Sugar Mills of Colonial Brazil", *The Americas.* Washington, 39, 1982, pp. 1-22.
[26] Ciro Flamarion Cardoso. *Agricultura Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis Ed. Vozes 1979.

Américas,[27] envereda pelo campo da história comparada para demonstrar a persistência do sistema de roças independentes dos escravos em diferentes regiões das Américas, integrando a discussão desta problemática à historiografia brasileira.

Dentre as hipóteses levantadas para a manutenção do sistema escravista está a possibilidade de que a constituição de famílias cativas na conformação de um proto-campesinato nos interstícios do Sistema Colonial – ou como ficou conhecida pela formulação de Tadeusz Lepkowski[28] por *Brecha Camponesa* – e o caráter peculiar da economia pastoril tenham dado uma maior estabilidade nas relações escravistas nos sertões, gerando um novo padrão de sociabilidade. Esta proporcionava ao escravo certa margem de manobra, que lhe permitia contar com possibilidades reais de mudança em seu estatuto, adquirindo pecúlio por meio da venda do excedente agrícola que por ventura viesse a ter, como vaqueiro, nas lides com a atividade pastoril. Conforme apontado acima, no sistema de remuneração, nas lides com o gado o vaqueiro recebia como pagamento a quarta parte das crias após certo período de tempo; no caso do escravo talvez essa possibilidade fosse um tanto quanto remota, mas, permanecendo junto ao seu senhor e adquirindo pecúlio lhe seria possível em algum momento comprar sua alforria e a dos seus. Segundo Eduardo Silva e João José Reis, para os agricultores de Vassouras em 1854: "o escravo que é proprietário não foge nem provoca desordens".[29] E Stuart Schwartz salienta que, embora houvesse a probabilidade de o escravo ser ludibriado, não recebendo o dinheiro pelo seu trabalho, era costume sempre respeitar sua integridade porque "a utilidade de proporcionar um objetivo aos escravos era muito importante para a manutenção da disciplina e do controle".[30]

O caráter peculiar do trabalho escravo nas lides com a atividade pecuária fica mais evidente quando nos deparamos com a situação paradoxal de escravos exercerem uma atividade que tem como prerrogativa fundamental a liberdade de ação. E talvez aqui resida o fato mais *sui generis* do escravismo no Novo Mundo, neste caso, favorável aos cativos. O fato de que, para o senhor de escravos, nas lides com a pecuária, algo mais do que o simples recurso à ação coercitiva se fazia presente para dominar homens que tinham a vastidão dos campos e das matas a sua frente. Uma relação que teria que passar de alguma maneira pela negociação, mesmo que assimétricas em relação aos escravos, e pela confiança. Tadeusz Lepkowski cunhou a expressão "Brecha Camponesa" no Modo de

---

[27] Idem. *Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense 1988.
[28] Cf, Tadeusz Lepkowski. *Haiti*, tomo I, Havana, Casa de las Américas. 1968.
[29] João José Reis; Eduardo Silva. "A Função Ideologia da Brecha Camponesa". In. *Negociação e Conflito*. A Resistência Negra no Brasil Escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p 22-31.
[30] Stuart Schwartz. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Trad. Jussara Simões – Bauru, SP: EDUSC, 2001, p 156.

Produção Escravista e Ciro Flamarion Cardoso introduziu o conceito no Brasil, o que mereceu comentários de Gorender em artigo publicado na Revista de Estudos Econômicos em 1983.[31]

A ideia de uma "Brecha Camponesa" consiste em atividades econômicas que, nas colônias escravistas, escapavam ao sistema de *plantation*, onde os escravos não domésticos recebiam de seus senhores lotes de terra em usufruto nas fazendas e nos quais podiam trabalhar durante suas parcelas de tempo livre que dispunham, cultivando gêneros para sua própria subsistência e até mesmo para vender o excedente no mercado, além de criarem animais de pequeno porte tais como cabras, porcos e galinhas.

Para Ciro Flamarion Cardoso, a existência de "brechas" camponesas no sistema escravista não coloca em dúvida o que chama de modo de produção escravista. Para ele, a atividade camponesa do escravo era secundária em relação ao escravismo dominante, chamando atenção para o fato de que ao longo do processo as pessoas estiveram imersas em diversas relações de produção, de maneira que, ao invés de negar o modo de produção escravista, a "brecha camponesa" funcionava como meio de reprodução desse mesmo modo de produção,[32] minimizando o custo de manutenção e reprodução da mão de obra escrava.

A "brecha camponesa" aparece como uma modalidade fruto do contrato, legal ou consuetudinário, entre senhores e escravos que, se quebrado, poderia ensejar o perigo das rebeliões. A "brecha" era importante tanto econômica quanto psicologicamente. Para os senhores escravistas, a concessão de uma parcela de terra aos escravos funcionava como meio de ligá-los á fazenda e evitar fugas.[33]

A falta de estudo sistemáticos a respeito do tema é apontada pelo autor como óbice à comprovação da existência de uma "brecha camponesa" dentro do escravismo americano, motivo pelo qual se vale de casos observados mais em algumas zonas ou colônias do que em outras. O que não invalida as hipóteses de sua existência em todo o continente, pois ele não acredita em diversos modelos de sistemas escravistas nas Américas. Para o autor as lacunas que por ventura possam surgir parecem menos graves do que se fossem comparadas situações entre sociedades heterogêneas.[34] Para o autor a atribuição de terras pra se cultivar e tempo para tal, configura uma característica universal do sistema escravista

---

[31] Cf., Jacob Gorender. "Questionamento sobre a Teoria Econômica do Escravismo Colonial". *Estudos econômicos.* São Paulo, 13, 1983, pp 7-40.
[32] Ciro Flamarion Cardoso. *Agricultura...*, op cit, p 136.
[33] Ibidem, p 137.
[34] Ibidem, p 138.

americano. Essa característica se tornou um direito de fato, garantido por lei, em certos casos.

Ciro Cardoso elenca alguns casos que vão de encontro às teses de uma "brecha Camponesa" no Brasil, tais como o relato do Jesuíta Jorge Benci datado de 1700 onde condenava não as práticas de se conceder tempo livre aos escravos, mas o fato de esses dias coincidirem com os domingos e dias santos, e que computavam, de acordo com Ciro Cardoso, 90 dias por ano de tempo livre para os escravos trabalharem para si. O estudo de Stuart Schwartz sobre os escravos do engenho Santana, na Bahia em 1790, e Henry Koster (*Travels in Brasil*), numa passagem sobre casamentos e autonomia escrava para trabalhar em lotes próprios num convento beneditino, também são lembrados pelo autor.[35]

Tratando do sul dos Estados Unidos, o autor afirma que a pratica de conceder terra e tempo livre aos domingos e, às vezes, aos sábados à tarde, embora não fixados em legislação especifica, era recorrente, porém não avança além de um exemplo: o de uma fazendo do Texas (1831-1863) estudada por Abigail Curlee, em que esta afirma que se pagava um dólar por dia ao escravo que trabalhasse na fabricação do açúcar aos domingos.[36]

Passando para o mar do Caribe, começando pela Guiana Francesa, a prática era corrente e surgiu como moeda de troca para senhores escravistas que, ao ameaçarem tirar a parcela de terra ao escravo, e com isso, a sua aparente liberdade por alguns dias, o tornava mais apegado ao seu senhor e ao lote de terra, evitando assim fugas e rebeliões.[37]

São nas Antilhas Britânicas e Francesas que a prática de conceder lotes de terras e tempo livre aos escravos aos domingos, sábados á tarde e dias santos foi sancionada por lei. "Certas fontes do século XVIII são explicitas quanto às vantagens do sistema pra os fazendeiros. Menos despesas em alimentação e vestuário de escravos, menos inclinação destes à fuga, por terem muito a perder".[38]

Com relação às Antilhas Francesas, mais precisamente, São Domingos, a legislação metropolitana, depois de tentar forçar os senhores a alimentar seus escravos, terminou sancionando o costume, em forma semelhante a já observada nas Antilhas Britânicas: duas horas por dia (do meio dia às duas da tarde), sábado quinzenal, (ou sábados à tarde semanal), domingos e feriados e, garantia de acesso à parcela.[39]

---

[35] Ibidem, p 140.
[36] Ibidem, p 140-41.
[37] Ibidem, p 142.
[38] Ibidem, p 144.
[39] Ibidem, p 144.

Além da produção pra a subsistência, os escravos produziam em seu tempo livre também para o mercado exportador gêneros menores, café, gengibre, peles, produtos artesanais, redes de pesca, esteiras e chapéus de palha.[40] Apesar da proibição em certos lugares, a posse de bens por parte dos escravos e a participação destes nos circuitos mercantis eram frequentes. Embora muitos vendessem o excedente de sua produção aos seus senhores, muitos estavam ligados ao mercado exportador e até monopolizavam determinadas atividades, como o mercado de aves, por exemplo. Na Jamaica, 20% da moeda circulante estava nas mãos de escravos ligados às atividades mercantis.[41]

Gorender não discorda da possibilidade do escravo possuir uma economia própria, mas sim do caráter estrutural e generalizado de uma economia escrava estável e que permita falar em uma "Brecha Camponesa". Gorender rebate, portanto, o caráter estrutural do conceito difundido por Ciro Cardoso, que teria estendido às demais regiões do continente americano especificidades observadas no Caribe Inglês estudado por Genovese. Gorender contesta as afirmações de Ciro Cardoso a respeito do sul dos Estados Unidos de que o costume de conceder terras aos escravos para que estes produzissem gêneros a serem comercializados no mercado tenha perdurado até inícios da Guerra Civil. Entretanto, Gorender mostra que o próprio Genovese afirma que no sul dos Estados Unidos os escravos não encontraram as mesmas condições que se apresentavam no Caribe Inglês.

No Brasil, Gorender alude a correspondências régias para mostrar que os senhores de engenhos e de áreas de cultivo não estavam dispostos a ceder um dia a mais aos escravos para que cuidassem de suas roças e delas tirassem seu sustento, tendo a coroa os obrigado a fornecerem a ração aos escravos, o que ocorria de forma negligente. Segundo ele a concessão de lotes era algo restrito e instável no âmbito da economia açucareira, mas ressalta que houve maior oportunidade de uma economia própria do escravo nas economias cafeeira e algodoeira.

O autor faz *mea culpa* ao dar razão a Ciro Cardoso quando este o acusara de ter subestimado o caráter comercial da economia própria do escravo, admitindo que esta não se restringia apenas a "um escambo elementar", reconhecendo as evidências que as fontes documentais apresentaram, indicando que os escravos, com certa frequência, também vendiam gêneros alimentícios no mercado interno e daí obtinham dinheiro para comprarem artigos que o senhor não lhes fornecia, tais como fumo, bebidas, peças de vestuário, etc. Isto se dava não somente numa economia escravista pequena e decadente, como o Goiás no

[40] Ibidem, p 145.
[41] Ibidem, p 146 e segs.

período pós-mineração, onde havia cativos que pagavam o décimo, mas também na próspera área cafeeira do Vale Paraíba e do Oeste de São Paulo.[42]

Entretanto Gorender não entende que esta ou aquela caracterização da economia própria do escravo altera a essência de sua concepção teórica sobre o modo de produção escravista colonial. O autor, mesmo com a economia própria do escravo encontrando maior facilidade de prosperar em áreas de *plantation* diversas da açucareira, não vê caráter estrutural, nem tampouco generalidade e estabilidade que corroborem tal afirmação. Isso porque mesmo nas fazendas cafeeiras, a ração fornecida pelo senhor era a alimentação básica, e muitos dentre os escravos "não contavam com energia físicas ou disposição psicológica para trocar o descanso dominical por mais trabalho".[43] Nem se pode segundo o autor, sobrevalorizar o volume da produção dos minúsculos lotes cultivados tão precariamente.

Para Gorender, o fato da economia própria do escravo ter prosperado no Caribe e não no Brasil e nos EUA, se deveu mais a fatores externos do que estruturais. A falta de terras para a agricultura de subsistência efetivada por colonos brancos colocava a classe senhorial em situação perigosa, uma vez que a dependência externa no fornecimento de víveres estava sujeita a interrupções causadas por guerras, intempéries ou por acidentes de qualquer natureza, os levando a estimularem seus escravos a produzirem para o seu próprio sustento e para a venda de excedentes à população livre. Assim, "tornou-se uma questão de interesse dos próprios senhores que os escravos dispusessem de tempo para produzir alimentos que os sustentassem e excedentes para vender à população livre".[44]

No que concerne a uma possível correlação entre a "Brecha Camponesa" e um protocampesinato nos sistemas escravistas do Novo Mundo, Gorender entende que, não obstante a indefinição do conceito "camponês", o fato de existir a figura do escravo inviabiliza a ideia de uma "Brecha Camponesa". A instabilidade e a precariedade do ser escravo nos impede de falar em brecha camponesa.

João José Reis e Eduardo Silva identificam uma função ideológica da "Brecha Camponesa", que aparece antes como objeto de controle e manutenção do sistema escravista do que como meras liberalidades dos senhores escravistas. Se por um lado os senhores de escravos cediam aos pedidos de seus cativos, concedendo lotes de terras e os

---

[42] Jacob Gorender. "Brecha Camponesa", Mercado interno e agricultura de subsistência. In *A Escravidão Reabilitada*. Ática. São Paulo. 1991, p 74-75.
[43] Ibidem, p 75.
[44] Ibidem, p 76.

deixavam comercializar os excedentes de sua produção no mercado, era para melhor controlá-los. Ao passo que, se aqueles, por outro lado, pediam e aceitavam as "regras do jogo", era para melhor viverem.[45] Erivaldo Fagundes Neves ressalta que: "no Alto Sertão da Bahia o antigo costume de proprietários de terras, cederem pequenas nesgas para meeiros e escravos produzirem micro lavouras próprias, ultrapassou a transição escravista e o século XX".[46]

Ciro Cardoso pondera que, se a existência de uma "brecha camponesa" nos sistemas escravistas foi um fato, deve-se evitar, no entanto, o exagero de querer negar a existência do escravismo, nem que o escravo fosse, ao invés disso, um servo ou proletário. Na maioria dos casos, a produção autônoma dos escravos, não chegava a suprir a totalidade de sua subsistência, alimentos, roupas, etc., mas parte dela. Além do mais, nem todos se beneficiavam das vantagens da "brecha camponesa". Os escravos urbanos, domésticos e os solteiros, das fazendas via de regra não dispunham de condições para exercerem atividades autônomas. Muitos deixavam de aproveitar as oportunidades que, em principio estivam ao seu alcance, uma vez que, o tempo disponível para as culturas e outras atividades próprias coincidia com as horas de repouso depois do trabalho pesado e nem todos tinham energia suficiente pra continuar trabalhando, apesar do estímulo do lucro e da compra eventual da liberdade, quando isso era possível. Muitos dependiam das rações distribuídas ou mesmo do roubo. A "brecha camponesa" nuança, mas não põe em dúvida o sistema escravista dominante.[47]

Em suma, o sistema de roças independentes cumpria as funções de minimizar os custos de manutenção e reprodução da mão-de-obra, maximizar a exploração dos cativos em regiões altamente integradas ao comércio internacional, sendo que, ao permitir aos escravos gozarem de certas prerrogativas e direitos, funcionava como estabilizador das tensões entre senhores e escravos. Conforme aponta Maria Helena P. T. Machado, ao interpretar o sistema de roças independentes de escravos em termos de sua funcionalidade na reprodução do sistema escravista: "esta análise tende a integrar, em primeira análise as atividades econômicas independentes de escravos na lógica da *plantation* e dos mecanismos econômicos dela derivados". Embora privilegie o ponto de vista da lógica econômica da classe senhorial, o alargamento do conceito de brecha camponesa para

---

[45] Cf, João José Reis; Eduardo Silva. "A Função Ideologia da Brecha Camponesa". In. *Negociação e Conflito*. A Resistência Negra no Brasil Escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
[46] Erivaldo Fagundes Neves. *Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil:* Alto Sertão da Bahia, séculos XVIIII e XIX. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana; UEFS, 2005, p 50.
[47]Cf, Ciro Flamarion Cardoso. *Agricultura...*, op cit, p 150.

atender a uma variada gama de atividades informais dos escravos pode abrir os espaços teóricos necessários para a reconstituição da luta dos cativos para o estabelecimento de determinadas margens de autonomia que se materializavam através das atividades econômicas independentes, embora nem sempre de acordo com os interesses senhoriais.[48]

A questão das atividades econômicas independentes desempenhadas pelos escravos tem despertado o interesse dos historiadores brasileiros nos últimos anos e o aparecimento de novos estudos que buscam compreender melhor os arranjos, as estratégias e a luta dos africanos para sobreviver às agruras do cativeiro, com vistas, ao menos, de sonhar com a liberdade. Essas atividades independentes são prova disso, embora localizadas e carecendo de maiores aprofundamentos no sentido de conduzirem a uma visão mais abrangente do tema. Os estudos que se têm empreendido para o Caribe e o Sul dos Estados Unidos, que demonstram a íntima associação entre as atividades informais dos escravos realizadas às margens das fazendas no tempo livre disponível e, entre o desenvolvimento do sistema de pequeno comércio e a organização social e familiar dos mesmos, podem servir de exemplo a estes propósitos.

O estudo mais completo já realizado sobre o tema encontra-se na obra *Caribbean Transformations* de Sidney Mintz, especialmente a seção dedicada à formação do campesinato caribenho, onde analisa o surgimento e a evolução do mercado interno e a estrutura de abastecimento de víveres na Jamaica em sua íntima conexão com o desenvolvimento de uma economia informal dos escravos. O autor procura reconstituir as circunstâncias históricas que permitiram o aparecimento, no interior do escravismo, de um protocampesinato negro. Este teria se constituído como resposta ao sistema de *plantation* e resistência ao modo de vida dele decorrente. É na própria contradição entre o ser escravo e camponês que residem as razões históricas para o desenvolvimento de práticas camponesas pelo escravo no interior da *plantation.* Para o autor, mesmo enquanto eram mantidas como bens de outrem, muitas pessoas tiveram acesso ao uso da propriedade, pois produziam para o consumo, venda ou troca, usufruindo dos ganhos daí decorrentes de maneira autônoma, criando, assim, certa distância entre seu status social de escravo e suas práticas. Buscando superar os debates acadêmicos em torno das contradições que estes conceitos encerram, o autor conclui afirmando que havia escravos que se tornaram camponeses e mesmo escravos que eram, de alguma maneira, como camponeses ao se tornarem livres.[49]

---

[48] Maria a Helena P. T. Machado. *Em torno da autonomia escrava*..., op cit, p 150-151.
[49] Cf., Sidney W. Mintz. *Caribbean Transformations*. Chicago: Aldine, 1974.

Maria Helena P. T. Machado lembra que – embora a pertinência dessas questões para o aprofundamento dos conhecimentos relativos à escravidão no Brasil como um todo – a problemática que envolve este tema é bastante complexa. Remetendo a aspectos vários das diferentes modalidades de organização do trabalho escravo tanto nas *plantations*, como nas fazendas voltadas à agricultura de subsistência e ao abastecimento do mercado de gêneros nas vilas e cidades, o assunto exige um esforço analítico de longo alcance por parte do pesquisador. Além do mais, afirma a autora, a prevalência de determinados tipos de atividades independentes dos cativos podem ter interferido fortemente na desagregação do escravismo nas Américas, pois, se algumas modalidades de economia complementar dos cativos, tal como o plantar e o criar associados ao comércio, sugerem as possibilidades de formação de um protocampesinato negro, nos termos descritos por Mintz, a prestação de serviços remunerados pode ter preparado essa mão-de-obra para a entrada no mercado de trabalho livre como proletários rurais. Deste modo, o conhecimento da dinâmica das atividades econômicas dos escravos frente a diferentes realidades locais pode lançar nova luz no processo de transição para o trabalho livre.[50]

3.2 AUTONOMIA ESCRAVA OU ESCRAVIDÃO SUAVE?

Relatos de viajantes que percorreram o interior do Brasil, especialmente durante o século XIX, serviram de fontes de estudos para historiadores e cientistas sociais que se debruçaram sobre a vida econômica e social do Brasil Colônia e também do Império. Autores de trabalhos clássicos como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, valeram-se em larga medida dessas fontes. Em particular, os estudos sobre as características do escravismo brasileiro têm sido influenciados por estes relatos, assim como a visão de uma escravidão benigna no Brasil se desenvolve apoiada em citações extraídas de obras de viajantes estrangeiros contemporâneos ao período da escravidão. Com efeito, em viajantes como Henry Koster, George Gardner, John Luccock, John Mawe, Johann Emanuel Pohl e Auguste de Saint-Hilaire, entre outros, não é raro encontrar menções a um tratamento

[50] Maria Helena P. T. Machado. *Em torno da autonomia escrava*..., op cit, p 149.

aparentemente pouco rigoroso, ou mesmo benévolo, dispensado à mão-de-obra cativa no Brasil.[51]

Flávio Rabelo Versiani nos conta que a ideia de uma escravidão mais "suave", atribuída principalmente a praticada por portugueses, remonta ainda ao século XVIII, embora sem qualquer base empírica e mesmo trespassada por interesses dos defensores de tal tese. Esta noção pode ser entendida como fruto de uma ideologia das classes dominantes do XIX e que foi abraçada no Brasil pelo Governo Imperial para fazer frente às ideias abolicionistas. Tudo isso culminou, no século XX, com as ideias do maior defensor entre nós da tese de uma escravidão benigna, Gilberto Freyre.

Com base em análises econômicas do escravismo no que concerne ao tratamento dispensado aos escravos, Flávio Versiani retoma estas discursões em dois artigos bastante instigantes, analisando em um a obra do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire e os escravos que ele viu e, com base neste, no segundo lança o seguinte questionamento: *Gilberto Freyre tinha razão?*[52] Para o autor, ao se analisar as modalidades de tratamento que eram dispensadas aos cativos no tocante ao uso de maior ou menor grau de coação física, pode-se lançar luz sobre a ocorrência ou não da tese da "benignidade" da escravidão nas Américas.

Conforme Flávio Versiani, a questão sobre a superioridade do trabalho escravo sobre o livre tem sido debatida sob diversos aspectos pela historiografia da escravidão. Um argumento que parece ter bastante generalidade é o que decorre da ideia de que o que distingue fundamentalmente o trabalho escravo do trabalho livre é o fato de que neste a decisão sobre o tempo de trabalho cabe ao próprio trabalhador, a partir de uma avaliação dos custos e benefícios que um período adicional de trabalho acarretaria, enquanto que na escravidão esta decisão cabe exclusivamente ao proprietário que, nestes casos, poderá dispor do tempo de trabalho de seu escravo até o máximo biologicamente suportável, mediante o uso efetivo ou potencial da coerção física.[53] O dia de trabalho livre ou assalariado, pelo contrário, tem uma duração tipicamente inferior a esse máximo, de maneira que, tomando por base um mesmo custo do dia de trabalho dado, para o escravo, pelo custo de sua aquisição, descontado no tempo, mais o custo de sua manutenção e da coerção a ele aplicada e, para o trabalho livre, por seu salário, tem-se que o trabalho

---

[51] Cf., Flávio Rabelo Versiani. Os Escravos Que Saint-Hilaire Viu In. *História Econômica e Economia de Empresas* 3(1):7-42, 2000.
[52] Cf., Flávio Rabelo Versiani. Escravidão "suave" no Brasil: Gilberto Freyre tinha razão? In, *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 27, nº 2 (106), pp. 163-183, abril-junho/2007.
[53] Cf., Flávio Rabelo Versiani. Os Escravos Que Saint-Hilaire Viu..., op cit.

escravo é mais produtivo. A decisão "racional" sobre o uso de uma ou de outra forma de trabalho se baseará, então, na comparação de seus custos levando em conta essa produtividade potencial.[54]

Segundo Versiani, tanto sob o regime escravista como sob o trabalho livre, o empresário pode se valer de uma combinação de incentivos positivos e negativos para se obter da mão-de-obra o desempenho desejado, residindo o diferencial da escolha dessa combinação na natureza da coerção a ser aplicada. Se, sob uma perspectiva, um tratamento coercitivo pode ser visto como o recurso "racional" por parte dos senhores de escravos, como forma de auferir maior produtividade, em outras circunstâncias será preferível recorrer a outras modalidades que não a coerção física, como forma de incentivo positivo na obtenção da maximização dos lucros.

Somente o trabalho compulsório, tendo no trabalho escravo o seu limite – com trabalhadores dispostos em turmas, submetidos a ritmos intensos e rígida disciplina e vigilância como no caso das *plantations* – permite o recurso à coerção física em sua totalidade, algo impraticável sob o regime de mão-de-obra livre. Entretanto, o recurso a este expediente se mostra mais eficaz em certas atividades do que em outras. Ao exigir do escravo a execução de determinadas atividades, o senhor esbarra em um problema que Flávio Versiani chama de "o problema do agente". Segundo ele, ao não dispor de todas as informações sobre como o escravo desempenhará as atividades a ele impostas ou sobre o resultado delas, o senhor fica em desvantagem informacional em relação ao escravo.[55]

Para conhecer o desempenho da mão-de-obra e avaliar a sua adequação o senhor terá que lançar mão de métodos de monitoramento e controle. A eficiência e o custo dessas ações dependerão substancialmente das modalidades de atividades exercidas. Quando se tratar de tarefas simples e repetitivas, exercidas simultaneamente por um número relativamente grande de cativos, esse controle é facilitado e a coerção ganha eficácia. Ao passo que, em tarefas mais complexas e de pequena escala, como a do artesão, o uso da força como instrumento de obtenção de determinado comportamento será claramente contraproducente e pouco indicado.[56]

Stefano Fenoaltea estabelece duas categorias explicativas em que enquadra o trabalho escravo em suas atividades produtivas, e que são emblemáticas nesse sentido. Dividindo-as em atividades "intensivas em esforço" e as atividades "intensivas em

[54] Ibidem, pp 9-10.
[55] Flávio Rabelo Versiani. Escravidão..., op cit, p 169.
[56] Ibidem, p 170.

habilidade" temos no primeiro caso atividades que requerem basicamente força física, em que a destreza para a realização do trabalho pouco conta no resultado final, onde a ação coercitiva e de fiscalização de um supervisor se fazem presentes no sentido de controlar a produtividade do cativo e auferir maior lucratividade. Aqui, a assimetria informacional fica reduzida e um único supervisor – um feitor com o seu chicote – pode controlar e organizar a mão-de-obra de uma grande quantidade de trabalhadores.

As atividades "intensivas em habilidade" seriam aquelas em que o controle coercitivo não possuía nenhuma eficácia e o senhor teria que se valer de outros estímulos para obter por parte do escravo melhor aproveitamento do seu serviço: presentes, alguma forma de remuneração, concessão de pequenos lotes de terras para que o escravo fizesse sua roça e a promessa de alforria seriam alguns dos expedientes de que se valeria o senhor para obter melhor produtividade.[57] De modo geral, as atividades de *plantation* estariam enquadradas no primeiro grupo e atividades ligadas ao fabrico do açúcar nos engenhos, o tratamento dos cascalhos nas jazidas e a coleta de fragmentos de ouro e diamantes na mineração, o trabalho dos escravos de ganho no meio urbano, os artesãos e escravos domésticos e finalmente, no nosso caso, as atividades na pecuária, enquadrar-se-iam no segundo grupo.

Neste último caso, a assimetria de informações entre o agente e o senhor aumenta substancialmente. A avaliação direta dos resultados é prejudicada pela própria natureza da atividade. No limite, seria necessário um feitor para cada escravo que desempenhe funções específicas, o que seria impraticável. Por outro lado, a qualidade da execução de tais atividades só poderia ser avaliada depois de decorrido algum tempo, como ocorria, por exemplo, na avaliação da durabilidade de um trabalho de carpintaria.[58] Quanto maior a dificuldade de monitoramento, menor a eficácia da coerção, conquanto maiores seriam as vantagens advindas do oferecimento de incentivos positivos, com o propósito de angariar a cooperação do escravo em lugar de coagi-lo ao desempenho desejado. Oferecer um tratamento melhor, permitindo que o escravo exercesse uma atividade remunerada em dias de folga, o compartilhamento da receita auferida no caso dos escravos "de ganho", a promessa de alforria, são exemplos de incentivos positivos – cujas evidências históricas de sua adoção durante a vigência do escravismo no Novo Mundo são abundantes – que tornam

[57] Cf, Stefano Fenoaltea. *Slavery and Supervision in Comparative Perspective: A Model*. The Journal of Economic History, Vol. 44, No. 3. (Sep., 1984), pp. 635-668.
[58] Cf., Flávio Rabelo Versiani. Escravidão..., op cit, p 171.

a escravidão não coercitiva ainda preferível à mão-de-obra assalariada, desde que a produtividade líquida do trabalho escravo seja superior à do trabalho livre.[59]

Em grandes unidades escravistas os custos do monitoramento são reduzidos em função mesmo do modelo de organização da mão-de-obra, com grandes planteis dispostos em turmas de 15 a 20 escravos, submetidos, na maior parte das vezes, a tarefas simples e repetitivas, facilitando a supervisão e o monitoramento por apenas um único supervisor. Já com relação aos pequenos plantéis, a historiografia tem chamado a atenção para o fato de que estes estão ligados, em geral, a atividades de natureza variadas, atividades "intensivas em habilidade", de difícil monitoramento, portanto. Flávio Versiani lembra que mesmo em situações onde pequenos plantéis eram submetidos a atividades "intensivas em esforço", o recurso à coerção física foi menos comum. Para ele: "Com poucos escravos, nem caberia utilizar feitores; um controle mais direto, pelo próprio dono (que muitas vezes trabalharia lado a lado com seus poucos cativos), faria menos presentes o chicote e o tronco".[60]

Identifica-se, portanto, uma relação inversa entre o tamanho dos plantéis e o custo do monitoramento da mão-de-obra, em função de a coerção se fazer mais presente e eficaz em propriedades com grandes quantidades de escravos e menos habitual em propriedades com plantéis pequenos, e a historiografia tem apontado nesta direção. Conforme Versiani, depoimentos de ex-escravos nos Estados Unidos mostram que os castigos físicos eram mais comuns em plantações com um número grande de cativos, especialmente naquelas que possuíam mais de cem cativos em seu plantel. O mesmo se deu no Brasil, onde relatos de viajantes e artistas como Saint-Hilaire e Rugendas afirmam que os escravos eram mais bem tratados nas fazendas pequenas do que nas grandes.[61]

Vale lembrar que Gilberto Freyre, mesmo ressaltando certo caráter "doce" da escravidão brasileira, falava dentro de uma perspectiva que se restringia à escravidão doméstica, objeto de suas análises. Gilberto Freyre alude também a certo tratamento mais brando dispensado a escravos, que mesmo não sendo domésticos, pertenciam a senhores já há muito estabelecidos na colônia e, para os quais, a busca do lucro, da acumulação de riqueza imediata não fazia parte de suas maiores preocupações.[62]

Talvez resida aqui um indício para explicar certa autonomia apontada pela historiografia em relação ao trabalho dos escravos nas lides com a pecuária, algo que passa

---

[59] Ibidem, p 171.
[60] Ibidem, p 172.
[61] Ibidem, p 172-73.
[62] Cf., Flávio Rabelo Versiani. Escravidão..., p 174.

antes pela análise econômica do que pelo reconhecimento de que se constituía nos sertões uma sociedade com fortes traços patriarcais e com relações de trabalho dóceis, suaves e benignas. Flávio Versiani chama a atenção para um equívoco que, segundo ele, tem sido cometido por grande parte da historiografia brasileira e que se tem se mantido bastante arraigado no senso comum da sociedade brasileira: a visão de que, no Brasil, predominou o escravo da grande lavoura, das grandes *plantations* canavieiras ou cafeeiras, com turmas de cativos trabalhando sob a vigilância e o chicote de um feitor e que, evidentemente, requeria o uso generalizado da força para organizar e submeter grandes plantéis.[63]

Em contraposição Versiani aponta que nas duas últimas décadas vários trabalhos têm evidenciado a importância, no escravismo brasileiro, da utilização de mão-de-obra escrava em outros tipos de atividade que não a grande lavoura, caracterizando, segundo ele, uma organização do trabalho escravo radicalmente diferente da associada ao sistema de *plantation*. Estes estudos, referentes a diversas regiões e períodos, têm revelado ao menos três aspectos importantes. Primeiro, aponta que a posse de escravos era muito difundida entre a população livre, de tal maneira que o senhor de escravos típico, modal, tinha frequentemente não mais que um ou dois cativos. Segundo, que mesmo em atividades produtivas voltadas à exportação ou associadas a estas, foi comum a ocorrência de unidades relativamente pequenas, com um número reduzido de escravos. O número médio de escravos por senhor era assim, em muitas situações, relativamente baixo. Por fim – e este é o ponto que nos interessa aqui – a maioria dos escravos, em várias regiões e períodos, pertencia a senhores que tinham poucos cativos. Ou seja, o escravo típico, nesses casos, não fazia parte de um grande plantel, mas sim de um pequeno conjunto de escravos.[64]

No que se refere à pecuária, além do fato de ser uma atividade que requer muito mais que do que o esforço físico, portanto uma atividade "intensiva em habilidade", também não se destaca como uma empresa que exigia um número grande de cativos nas suas lides. Em que pese a ineficácia da coerção física nestas situações, a possibilidade dos escravos barganharem maior autonomia, a preservação de seus modos de vida culturais e religiosos e até mesmo sua liberdade, não é algo que se deva desconsiderar. Por outro lado, ao se resgatar aos escravos a sua dimensão humana, de agentes sociais e de sua história, na defesa de sua subjetividade, de sua cultura e liberdade em sua resistência cotidiana ao jugo do cativeiro, não devemos nos esquecer de que, mesmo em meio aos mais diversos

[63] Cf., Flávio Rabelo Versiani. Escravidão..., p 176.
[64] Ibidem, p 176.

expedientes de que se valiam para manterem suas conquistas, mesmo assim, continuavam sendo escravos, submetidos às violências que a própria instituição encerra.

Assim, uma correlação de forças acabava por existir uma vez que, no caso dos escravos, mesmo dispondo de certa autonomia e da vastidão dos campos a sua frente, eles viam-se presos às amarras que o próprio sistema criava. A constituição de famílias escravas, antes de ser uma instituição social que ordenava, regulava e orientava os indivíduos em suas vidas, criava o espírito de solidariedade e cooperação do escravo para com os seus, criando nele um senso de responsabilidade para com os que dele necessitavam. Deste modo, para um escravo fugir e deixar para trás, entregues à própria sorte, mulher, filhos, pais, avós, irmãos, amigos, etc., não seria uma das decisões mais fáceis que ele teria que tomar e estas questões não passavam despercebidas à ordem senhorial.

A promessa de obter a sua manumissão, adquirindo pecúlio através do estabelecimento de seus pequenos roçados, criando suas galinhas, porcos, cabras e até mesmo algumas poucas cabeças de gado, que recebia como parte do sistema de remuneração da pecuária, criava no escravo um sentimento de gratidão para com o seu senhor, mantendo-o mais dócil, submisso e menos propenso a rebeliões. Por outro lado trazia ao senhor de escravos razoável tranquilidade para controlar e submeter seus homens aos imperativos do Antigo Sistema Colonial sem recorrer a meios coercitivos que só criariam na escravaria o ódio, o desejo de vingança, a insubmissão e a desordem.

O tamanho do plantel explica a autonomia e a permanência. O que aparece no horizonte imediato destes escravos é a possibilidade de adquirirem pecúlio e comprarem a sua alforria. Por outro lado buscam manter seus privilégios e, a relativa autonomia deles advindos, que eram, quase sempre, precários e frágeis. Divisões de propriedades, seja por obra do casamento dos filhos seja pela morte de seu senhor, com subsequente divisão do plantel, bem como a venda para outros senhores, poderiam de uma hora para outra, desfazer núcleos familiares e por cobro aos seus sonhos de liberdade. Em grandes plantéis, submetidos a regimes intensivos de trabalho, essa possibilidade não era tão remota e, portanto, a existência de “brechas camponesas” no Sistema não significava a garantia da obtenção de benesses – como o direito de comercializarem livremente o excedente de sua produção ou comprarem a tão sonhada carta de alforria – como, aliás, também não o era em economias subsidiárias como a pecuária e culturas de abastecimento, com plantéis pequenos e regimes de trabalho menos intensos, porém era algo mais palpável. Para o

escravo da *plantation* a fuga e o aquilombar-se, talvez seja uma possibilidade mais concreta do que para cativos de áreas de produção de alimentos e criatória, devido ao pouco dinamismo destas regiões e sua estrutura produtiva.

Neste sentido, concordamos com o historiador Raphael Rodrigues Vieira Filho, em trabalho sobre a presença africana na região de Jacobina no século XIX, que identifica espaços de vivências cativas com relativa autonomia no contexto de uma conformação socioeconômica voltada para a produção agropecuária e de subsistência. O autor verifica que tal autonomia por vezes, "se corporifica apenas na concessão de uma mobilidade espacial maior, ou na possibilidade de montar uma casa independente da do senhor, casar e/ou constituir família, ou mesmo de negociar sua produção, caracterizado na historiografia como o 'viver sobre si', mas já eram grandes conquistas".[65]

Saint-Hilaire veio ao Brasil em 1816 na comitiva do embaixador francês, Duque de Luxemburgo e aqui permaneceu até 1822. A partir da cidade do Rio de Janeiro, percorreu mais de 15 mil quilômetros em cinco viagens pelo centro-sul do Brasil. Seu objetivo era observar a flora brasileira, assim publicou importante obra botânica, contribuindo para a descoberta de centenas de espécies novas. Em seus relatos revelou-se não apenas um naturalista minucioso, mas também um observador arguto da realidade social que tinha sob seus olhos. Em que pese suas atitudes em relação à escravidão, nota-se, além das ideias de inferioridade racial de negros e mulatos, próprias da época, certo conflito destas noções, que paradoxalmente incluíam a condenação moral da instituição servil, várias vezes reafirmada em sua obra, e o que observou e anotou, com minúcia e espírito científico, sobre as condições de vida e de trabalho dos escravos.[66]

O conflito entre suas ideias acerca da escravidão e o que encontrou em suas viagens pelo Brasil fica bem ilustrado numa passagem, várias vezes referida em seus relatos posteriores, a respeito de seu encontro com um escravo por ocasião de sua primeira viagem a Minas Gerais, e que parece ter sido marcante para ele. Num local não muito distante do então rancho de Juiz de Fora, o viajante recolhia plantas próximo à estrada quando deu com um negro que, à beira de uma plantação de milho, comia junto de sua choça, e gentilmente lhe ofereceu uma cabaça de tatu com angu. O viajante agradeceu o convite e logo entabularam uma conversa:

---

[65] Raphael Rodrigues Vieira Filho. *Os Negros em Jacobina (Bahia) no século XIX*. Tese de Doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em história da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006, p 33.

[66] Cf., Flávio Rabelo Versiani. Os Escravos ..., op cit.

> - Você naturalmente se aborrece vivendo muito só no meio do mato?
> - Nossa casa não é muito afastada daqui; além disso eu trabalho.
> - Você é da costa da África; não sente algumas vezes saudade de sua terra?
> - Não: isso aqui é melhor; não tinha ainda barba quando vim para cá; habituei-me com a vida que passo aqui.
> - Mas aqui você é escravo; não pode jamais fazer o que quer.
> - Isso é desagradável, é verdade; mas o meu senhor é bom, me dá bastante de comer: ainda não me bateu seis vezes desde que me comprou, e me deixa tratar da minha roça. Trabalho para mim aos domingos; planto milho e mandubis (arachis), e com isso arranjo algum dinheiro.
> - É casado?
> - Não: mas vou me casar dentro de pouco tempo; quando se fica assim, sempre só, o coração não vive satisfeito. Meu senhor me ofereceu primeiro uma crioula, mas não a quero mais: as crioulas desprezam os negros da costa. Vou me casar com outra mulher que a minha senhora acaba de comprar; essa é da minha terra e fala minha língua.[67]

Este diálogo perturbou os conceitos que Saint-Hilaire tinha sobre a escravidão, levando-o a concluir logo em seguida que, no Brasil: "os negros não são sempre tão infelizes como se diz. A escravidão não é para eles o que seria para nós, porque se preocupam pouco com o futuro, e, quando o presente é suportável, não precisam de mais".[68] Diversas vezes depois perguntou a africanos escravizados se não sentiam saudades de sua terra natal, ao que recebeu sempre a negativa como resposta. Diziam eles que se voltassem, certamente seriam de novo escravizados em decorrência das guerras que assolavam o continente. A razão dessa atitude por parte dos escravos, para o naturalista, se explica pelas condições de vida levada pelos escravos que eram, no mínimo, aceitáveis ou boas. De acordo com o botânico:

> No estado atual das coisas, devemos, para ser justos, fazer concessões aos partidários da escravidão. O negro que cai nas mãos de um senhor bom e sinceramente cristão é, devemos confessá-lo, mais feliz do que a maioria dos camponeses de certas províncias da França; trabalha muito menos; não tem as mesmas inquietações; a fome e a miséria não o ameaçam constantemente; vivendo num clima quente, tem poucas necessidades, e aquilo de que carece seu senhor lhe dá; se lançar um olhar para o passado reconhecerá que o presente é melhor, e o dia seguinte, se pensar nele, lhe trará as mesmas comodidades de que já goza.[69]

---

[67] Auguste de Saint-Hilaire. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais t. 1*. Tradução: Clado Ribeiro de Lessa. 1ª ed. Vol. 126. 1938, p 100. Coleção Brasiliana Eletrônica da Universidade federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelas-provincias-do-rio-de-janeiro-e-minas-gerais-t-1/pagina/100>. Acesso em: 24 de Fevereiro de 2011.
[68] Ibidem, p 100-101.
[69] Ibidem, p 101-102.

Embora restrinja logo depois a amplitude da suavidade da escravidão brasileira advertindo: "Mas não é menos verdade que o escravo corre maiores chances de miséria do que de felicidade, porque os senhores desumanos são mais numerosos que os bons".[70]

Em relatos posteriores Saint-Hilaire reafirma, mais abertamente, seu argumento de que os escravos tinham, nas regiões que percorrera, e especialmente em Minas Gerais, um tratamento relativamente brando. Flávio Versiani lembra que Saint-Hilaire só transformou suas anotações em livros já na França, anos depois de voltar do Brasil, e ao longo de quase três décadas. Para ele: "nessa generalização maior que dá a tal argumento, ele pode ter sido influenciado por outras narrativas de viajantes europeus no Brasil que apareceram depois de seu retorno à França, as quais lia cuidadosamente, cotejando-as com suas notas".[71] Tanto é verdade que em sua *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás* (cuja primeira edição francesa saiu em 1847) escreve:

> Apresso-me a esclarecer que na Província de Minas Gerais [os negros] me pareceram tratados com bastante doçura, e é certo que mesmo no Rio de Janeiro o tratamento que recebem é bem melhor do que nos estados do Sul da Confederação Americana. O consciencioso escritor que acabei de citar [Ferdinand Denis], bem como Spix e Martius, Gardner e mesmo o Conde de Suzannet, que mostrou tão pouca benevolência para com os brasileiros, são acordes em reconhecer que estes são geralmente muito indulgentes em seu trato com os escravos.[72]

Flávio Versiani adverte que se as observações de outros viajantes contribuíram para solidificar a posição de Saint-Hilaire a respeito da escravidão no Brasil. Seria inteiramente estranha a sua personalidade de cientista, de pesquisador cuidadoso e incansável, a atitude de simplesmente reproduzir opiniões de terceiros. É evidente que a ideia de uma escravidão "suave", da prevalência de uma postura benigna dos senhores em relação à mão-de-obra cativa que possuíssem, coincidia, no geral, com o que ele próprio observou, em seus seis anos de andanças pelo Centro-Sul do Brasil.[73]

Outro ponto importante nos relatos de Saint-Hilaire refere-se a passagens, muitas vezes repetidas por ele em sua obra, não sem certo desgosto, sobre o fato de escravos e

---

[70] Ibidem, p 102. Disponível em: http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelas-provincias-do-rio-de-janeiro-e-minas-gerais-t-1/pagina/102. Acesso em: 24 de Fevereiro de 2011.
[71] Flávio Rabelo Versiani. Os Escravos ..., op cit, p 13.
[72] Auguste de Saint-Hilaire. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás 1º v (1937)* Tradução: Clado Ribeiro de Lessa. 1ª ed. Vol. 68. 1937, p 108. Coleção Brasiliana Eletrônica da Universidade federal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-as-nascentes-do-rio-sao-francisco-e-pela-provincia-de-goias-1-v/pagina/108/texto. Acesso em: 24 de Fevereiro de 2011.
[73] Flávio Rabelo Versiani. Os Escravos ..., op cit, p 14-15.

pessoas livres se misturarem naturalmente em lugares públicos ou mesmo na produção, o que, evidentemente, se contrapunha ao modelo convencional que o viajante tinha da instituição. Escravos conviviam com homens livres nas vendas de beira de estrada. Ainda próximo ao Rio de Janeiro, em sua primeira viagem a Minas, "a cada momento nossos ouvidos eram chocados pelo ruído confuso que faziam nas vendas os escravos confundidos aos homens livres de classe inferior."[74] Em seguida o moralismo do viajante aflora ao condenar o alto consumo da cachaça nestas vendas e outros males que ali se pratica:

> É lá que os escravos passam uma parte dos momentos de liberdade que se lhes concedem e dos em que podem furtar a seus senhores; é para lá que levam o produto de seus roubos, dos quais os proprietários das vendas não foram talvez os menores cúmplices; é aí que eles acabam de se corromper, comunicando-se reciprocamente seus vícios, e que esquecem, na embriaguez, a escravidão e suas misérias.[75]

A convivência entre homens livres e cativos também se verificava nas ocasiões de celebrações religiosas. Durante a missa, as mulheres, sem distinção de classe, se punham ao meio da igreja agachadas ou de joelhos, ao passo que os negros e a gente da classe baixa se colocavam à porta.[76]

No trabalho agrícola, Saint-Hilaire notou convivência próxima de escravos e senhores em particular nas fazendas da Zona da Mata, em Minas, dedicadas principalmente à criação de gado, como atividade lucrativa, e à produção para o autoconsumo. "[Na comarca de São João del Rei] os habitantes dos campos aplicam-se mais à agricultura. Trabalham com seus negros e passam a vida nas plantações, no meio dos animais, e seus costumes tomam, necessariamente, algo da rusticidade das ocupações".[77] Evidentemente essa convivência não lhe parecia muito recomendável; ele atribuiu a ela o fato de que os habitantes da Mata lhe parecessem menos cultivados e corteses do que os da zona mineratória que, pelo contrário, " apenas vigiam os escravos, nada trabalham e têm mais

---

[74] Auguste de Saint-Hilaire. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais t. 1 (1938)*. Tradução: Afonso de E. Taunay. 2ª ed. Vol. 5. 1938, p 60. Coleção Brasiliana Eletrônica da Universidade federal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelas-provincias-do-rio-de-janeiro-e-minas-gerais-t-1/pagina/60. Acesso em 25 de Fevereiro de 2011.

[75] Ibidem, p 69. Disponível em: http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelas-provincias-do-rio-de-janeiro-e-minas-gerais-t-1/pagina/69. Acesso em 25 de Fevereiro de 2011.

[76] Cf., Auguste de Saint-Hilaire. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais t. 1*..., op cit.

[77] Idem. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)* (1932). Tradução: Afonso de E. Taunay. 2ª ed. Vol. 5. 1938, p 68. Coleção Brasiliana Eletrônica da Universidade federal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.brasiliana.com.br/obras/segunda-viagem-do-rio-de-janeiro-a-minas-gerais-e-a-sao-paulo-1822/pagina/68. Acesso em 26 de Fevereiro de 2011.

ocasiões de conversar e pensar. Sua educação é mais cuidada e zelam mais pela dos filhos".[78]

Os brancos não só bebiam, rezavam e trabalhavam junto dos escravos, mas às vezes dançavam com eles e como eles. Saint-Hilaire relata uma ocasião em que presenciou em Goiás, em uma festa de São João, um batuque, uma dança, segundo ele, bárbara e obscena que os brasileiros aprenderam com os escravos, era dançada só por homens, quase todos brancos:

> Não quereriam carregar água ou lenha como os negros e, entretanto, não se julgavam rebaixados imitando as ridículas e bárbaras contorções destes últimos. Os brasileiros devem, certamente, ter alguma indulgência com os seus escravos, aos quem tão frequentemente se misturaram, e que talvez tenham contribuído para ensinar-lhes o sistema de agricultura que seguem, o processo de tirar o ouro dos córregos, e que, além do mais, foram os seus mestres de dança.[79]

Fato ainda mais reprovável foi o presenciado em Minas Gerais, quando ao chegar nos arredores de São João Del Rei, deparou-se com uma colono em cuja casa tinha por escrava uma mulata que, sem ser casada, se tornara mãe de vários filhos de pais diferentes. Sendo que um deles tinha por pai o próprio senhor. Ao que o viajante assevera que toda aquela gente vivia em promiscuidade, e costumes tais eram tão generalizados que não espantavam a ninguém.[80]

Apesar disso, há algumas passagens em que o naturalista francês vê como positivo o fato de o senhor trabalhar ao lado de seus escravos, indicando que a recusa ao trabalho braçal estava relacionada à natureza econômica de determinada região onde a oferta de mão-de-obra escrava era maior, como no caso das minas, bem como da situação financeira do próprio senhor. Em geral, proprietários menos ricos trabalhavam a terra com suas próprias mãos e, muitas vezes, ao lado de seus escravos.

A percepção de uma maior proximidade entre senhores e escravos foi fundamental para que Saint-Hilaire viesse a defender uma escravidão mais branda em terras brasileiras. As visões de "mistura" entre os escravos e seus donos, várias vezes constatada e em diferentes situações, contribuíram para compor o quadro mental que o viajante formou do escravismo brasileiro. Mesmo que em muitos casos desaprovasse essas intimidades

---

[78] Ibidem, p 68.

[79] Auguste de Saint-Hilaire. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás t. 2º*. Tradução: Clado Ribeiro de Lessa. 1ª ed. Vol. 78. 1937, p 72. Coleção Brasiliana Eletrônica da Universidade federal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-as-nascentes-do-rio-sao-francisco-e-pela-provincia-de-goias-2-vol/pagina/72/texto. Acesso em 26 de Fevereiro de 2011.

[80] Cf., Auguste de Saint-Hilaire. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais t. 1*..., op cit.

excessivas entre brancos e negros, o fato é que elas não se enquadravam bem na imagem de uma escravidão sempre marcada pela crueldade e violência. A aproximação entre senhores e escravos, ainda que vista como censurável, seria também outro sinal da benignidade daqueles no trato de seus cativos.[81]

Foi nos trabalhos da mineração que Saint-Hilaire pôde observar mais de perto escravos entregues à atividade produtiva. "Na mineração do ouro, especialmente nas maiores explorações, a mão-de-obra escrava era usada com exclusividade; os homens livres só se dedicavam a fiscalizar o trabalho dos cativos."[82] Quanto aos diamantes, então considerados propriedade real, tinham sua exploração controlada pela administração do Distrito dos Diamantes. O processo de extração não diferia fundamentalmente do usado na mineração do ouro em cascalho e o seu serviço era feito por escravos, todos alugados a particulares. As descrições que Saint-Hilaire fez dos trabalhos na mineração permitem perceber características importantes que contribuíram para a formulação, posteriormente pelo naturalista, acerca de uma escravidão benigna no Brasil. A primeira era que, o processo de extração dos minérios, para ter uma eficácia, exigia atenção e habilidade do operário. Era uma atividade em que o seu bom desempenho estava muito mais relacionado com a qualidade de execução do processo do que com a quantidade, uma atividade "intensiva em habilidade", portanto.

Por outro lado, as oportunidades de furtos e desvios dos minérios por parte dos escravos eram inúmeras, dado que os processos eram todos manuais, possibilidade que deveria parecer muito atraente a indivíduos sem renda, como os escravos, uma vez que mesmo pequenas pepitas ou diamantes de tamanho reduzido representavam um valor considerável (principalmente os diamantes, muito mais valiosos, pelo peso, do que o ouro). Em outras palavras, o custo de desviar partículas do metal, e mais ainda pequenos diamantes, poderia parecer-lhes relativamente baixo, quando comparado com a probabilidade do ganho. De acordo com Saint-Hilaire:

> Sempre sob as vistas dos feitores eles não podem gozar um instante de repouso. Todavia quase todos preferem a extração dos diamantes ao serviço de seus donos. O dinheiro que eles conseguem pelo furto de diamantes e a esperança que nutrem de conseguir alforria se encontrarem pedras de grande valor, são sem dúvida as causas principais dessa preferência; mas há ainda outras. Reunidos em grande número esses infelizes se divertem em seus trabalhos; cantam em coro canções de suas terras, e enquanto nas casas de seus donos eles são submetidos a todos os seus

[81] Flávio Rabelo Versiani. Os Escravos ..., op cit, p 16.
[82] Ibidem, p 16.

> caprichos, aqui eles obedecem a uma regra fixa e desde que se adaptem não têm que temer os castigos.[83]

Diante desse quadro, duas atitudes apareciam aos senhores e arrendatários de escravos, como a adoção de medidas que visassem, por meio de penalidades rigorosas, diminuir os furtos e o contrabando, fazendo aumentar, assim, seu custo aos escravos e, por outro lado, adotava-se o uso de incentivos positivos, mais do que a coerção, como forma de maximizar a eficiência da mão-de-obra.[84] Afora os temíveis castigos havia espaço também para as recompensas. No Distrito dos Diamantes elas variavam conforme o tamanho dos diamantes encontrados:

> Quando um negro encontra um diamante que pese uma oitava a administração avalia o feliz escravo, compra-o a seu dono, veste-o e concede-lhe a liberdade. Seus companheiros coroam-no, festejam-no, carregam-no em triunfo aos ombros. Ele tem o direito de conservar seu lugar na administração dos diamantes, e cada semana recebe $600, que anteriormente eram pagos ao seu dono. Quando o diamante encontrado pesa três quartos da oitava o negro tem sua liberdade assegurada, mas é obrigado a trabalhar ainda um certo tempo para a administração (...)Para os diamantes que pesam menos de três quartos da oitava a dois vinténs os negros recebem pequenas recompensas, proporcionais ao valor das pedras, a saber: uma faca, um chapéu, um colete etc.[85]

O quadro da organização do trabalho traçado por Saint-Hilaire guarda algumas semelhanças com o sistema de *plantation*, especialmente no caso dos diamantes, mas também traz diferenças importantes. Havia o trabalho por turmas, sob o olhar fixo do feitor, mas aqui, o uso da coerção física estava condicionado mais a necessidade de coibir furtos e contrabandos, do que a de maximizar o ritmo e a intensidade do trabalho. Da parte dos senhores, buscava-se operar uma mistura de incentivos positivos com ameaças de punição como forma de se conseguir maximizar uma produção livre de furtos. Quanto aos escravos, restava-lhes procurar maximizar seus próprios ganhos, numa mistura das recompensas recebidas e do resultado dos furtos que tivessem a habilidade de efetuar. Para Flávio

---

[83] Auguste de Saint-Hilaire. *Viagem pelo distrito dos diamantes e pelo litoral do Brasil*. Tradução: Leonam de Azeredo Pena. 1ª ed. Vol. 210, 1941, p 10. Coleção Brasiliana Eletrônica da Universidade federal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelo-distrito-dos-diamantes-e-pelo-litoral-do-brasil/pagina/10. Acesso em 27 de Fevereiro de 2011.

[84] Cf., Flávio Rabelo Versiani. Os Escravos ..., op cit.

[85] Ibidem, p 10-11. Disponível em: http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelo-distrito-dos-diamantes-e-pelo-litoral-do-brasil/pagina/10, e < http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelo-distrito-dos-diamantes-e-pelo-litoral-do-brasil/pagina/11/texto>. Acesso em 27 de Fevereiro de 2011.

Versiani os relatos de Saint-Hilaire sobre a mão-de-obra escrava na minas indicam que as relações senhor-escravo estavam menos dominadas pela violência unilateral. "Com efeito, se Saint-Hilaire faz menção, nesse caso, de punições físicas severas, não fala propriamente de maus tratos, de crueldades praticadas no dia-a-dia da vida dos cativos (como fará depois, no caso de alguns engenhos de açúcar)".[86]

Saint-Hilaire viu plantações de cana-de-açúcar e engenhos por todas as regiões que percorreu, sendo os engenhos fluminenses da região de Campos os que mais se aproximaram das grandes *plantations* produtoras de açúcar da colônia. O tratamento dispensado aos escravos nessa região impressionou muito mal o naturalista:

> Poder-se-ia supor que em Campos, onde os proprietários não se envergonham de se entregar aos trabalhos agrícolas manuais, os escravos, tornados de qualquer modo companheiros do homem livre, fossem tratados com doçura; mas infelizmente tal não se dá. Querem fazer açúcar cada ano mais, e assim sobrecarregam os negros de trabalho, sem se inquietar com o prejuízo que ocasionam a si próprios, abreviando a existência desses infelizes. Existem perto da cidade de Campos várias fazendas onde se vêem escravos doentes em consequência dos maus tratos recebidos, ao mesmo tempo que há sempre pessoas à procura de escravos, evadidos em consequência da insuportável vida que levam.[87]

É significativo que não apareça, nos relatos de Saint-Hilaire, menção a maus tratos a escravos empregados na agricultura fora da área dos grandes engenhos de açúcar do Vale do Paraíba fluminense, como no caso da produção para o autoconsumo, ou mesmo em relação a uma estrutura agrícola escravista com fins comerciais, que passam ao largo do sistema de *plantation*. O naturalista menciona em seus relatos casos de produção de açúcar, apoiada no braço escravo que em muito difere do paradigma estabelecido pela historiografia: uma categoria de engenhos de açúcar, com proprietários munidos de poucos recursos que cultivam e processam a cana, em escala modesta, onde o nível de vida levado por seus proprietários não estava muito distante dos de seus escravos. Em Goiás, em direção à região de Caldas Saint-Hilaire relata:

> Após caminhar 4 léguas a partir do Sítio de Gregório Nunes, parei num local chamado Sítio de Francisco Alves. Via-se aí um engenho do açúcar descoberto,

---

[86] Flávio Rabelo Versiani. Os Escravos ..., op cit, p 18.

[87] Auguste de Saint-Hilaire. *Viagem pelo distrito dos diamantes e pelo litoral do Brasil*. Tradução: Leonam de Azeredo Pena. 1ª ed. Vol. 210, 1941, p 403. Coleção Brasiliana Eletrônica da Universidade federal do Rio de Janeiro. Disponível em http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelo-distrito-dos-diamantes-e-pelo-litoral-do-brasil/pagina/403. Acesso em 27 de Fevereiro de 2011.

> como o são geralmente os dos colonos pouco ricos, e uma dúzia de casinholas esparsas por aqui e ali: uma era habitada pelo principal proprietário, as outras por negros e agregados; mas todas pareciam igualmente miseráveis; e era impossível distinguir a do senhor. As vestes dos habitantes dessas mesquinhas moradias correspondia perfeitamente à indigência que anunciavam. O melhor vestido delas não tinha mais que umas calças de algodão e uma camisa do mesmo tecido passada por cima das calças, maneira de vestir que é a dos habitantes mais pobres do interior do Brasil.[88]

Em outra passagem, na região da Serra da Mantiqueira o viajante menciona outro engenho nas mesmas condições:

> Muito tempo antes de se alcançar a raiz da serra, passa-se por uma casinhola. Aquela onde paramos é a primeira que se vê logo em seguida. Deram-nos pousada numa construção meio desabrigada, mas nada temos que nos queixar, pois o nosso hospedeiro não está nada melhor instalado, embora possua negros e mesmo até um engenho de açúcar.[89]

Com relação à mão-de-obra escrava na pecuária, Saint-Hilaire aduz a uma distinção por ele observada nas fazendas de criar mineiras entre o norte e o sul que, particularmente no caso das opiniões, segundo ele emanadas do norte, influenciou consideravelmente uma historiografia que afirmava ser o trabalho escravo e as lides com a pecuária incompatíveis. Conforme relata o botânico, na região norte de Minas Gerais, a leste do Rio São Francisco, havida como sertão de minas, onde o gado era criado de maneira extensiva, não se confiava a função de vaqueiro aos escravos, porque os que exercem tal ofício, o fazem longe das vistas das vistas do senhor. Os vaqueiros eram homens livres ou o próprio filho do proprietário, a quem cabia o terço do produto dos rebanhos.[90]

No sul, no entanto, no Vale do Rio Grande, era usual a utilização de mão-de-obra escrava nas lides com o gado. "O naturalista de certa forma associa essa diferença ao fato de que o regime de exploração do gado fosse, aqui, mais intensivo em mão-de-obra do que

---

[88] Idem, *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás*..., op cit, p 106-107. Disponível em: http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-as-nascentes-do-rio-sao-francisco-e-pela-provincia-de-goias-2-vol/pagina/206/texto e http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-as-nascentes-do-rio-sao-francisco-e-pela-provincia-de-goias-2-vol/pagina/207/texto. Acesso em: 1 de Março de 2011.

[89] Idem, *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*..., op cit, p 130. Disponível em: http://www.brasiliana.com.br/obras/segunda-viagem-do-rio-de-janeiro-a-minas-gerais-e-a-sao-paulo-1822/pagina/130. Acesso em: 1 de Março de 2011.

[90] Cf., Sant-Hilaire. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*..., op cit.

no norte, ficando os animais (e, portanto os escravos) restritos a uma área mais próxima da sede da fazenda, e da vigilância do dono".[91]Conforme saint-Hilaire:

> Enquanto que no Sertão oriental do São Francisco os vaqueiros, que, em geral, vivem longe dos olhos dos patrões, são quase sempre homens livres, aqui, geralmente, é a escravos que se confia a guarda dos rebanhos. Como em todas as regiões que percorri do Brasil, não se conhece, na zona do Rio Grande, o que seja um estábulo; não se abandona, todavia, o gado a si próprio, como se usa no Sertão. Os criadores que se ocupam, em larga escala, da criação de gado bovino, dividem os seus pastos em diversas porções, seja por fossos, seja com o auxílio de paliçadas feitas de grossas estacas, que têm, pelo menos, a altura dum homem. Em uma dessas pastagens ficam as vacas leiteiras; uma outra é destinada aos bezerros; uma terceira, às novilhas; a última, enfim, é para os touros.[92]

Entretanto, o emprego de mão-de-obra africana na atividade pastoril não estava restrita apenas a situações em que era possível a vigilância de seus senhores. O próprio viajante relata casos em que os animais eram entregues aos cuidados dos cativos, sem que o proprietário sequer morasse na propriedade. Situação como essa, que contrasta completamente com todo um modelo clássico de escravismo, foi presenciada por Saint-Hilaire na região de Macaé no litoral fluminense. Ao chegar a um local denominado Sítio do Pires, ali encontrou um escravo da fazenda vizinha "a quem seu dono havia confiado a guarda de duzentas ou trezentas cabeças de gado, espalhadas pelas pastagens dos arredores. Esse escravo criava galinhas e pescava nos lagos".[93]

Em São Paulo o naturalista encontrou diversas situações em que fazendas de criar pertencentes a donos absenteístas eram confiadas a feitores e escravos, ou unicamente aos próprios escravos. Trata-se, pois, de uma atividade "intensiva em habilidade" no mais alto grau, onde escravos agiam como coadministradores das fazendas, nada mais distante do arcabouço paradigmático do escravismo no Novo Mundo, em especial do escravismo de *plantation*.

A mesma situação relatada para São Paulo reaparece em suas viagens pela região sul. Nesta o trabalho escravo era utilizado em diversos tipos de exploração, em geral incluindo gado vacum, com especial destaque para os Campos Gerais do Paraná e no Rio

---

[91] Flávio Rabelo Versiani. Os Escravos ..., op cit, p 25.

[92] Saint-Hilaire. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás t 1*..., op cit, p 69-70. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-as-nascentes-do-rio-sao-francisco-e-pela-provincia-de-goias-1-v/pagina/69/texto> e <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-as-nascentes-do-rio-sao-francisco-e-pela-provincia-de-goias-1-v/pagina/70/texto>. Acesso em 2 de Março de 201

[93] Idem, *Viagem pelo distrito dos diamantes e pelo litoral do Brasil*..., op cit, p 175. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelo-distrito-dos-diamantes-e-pelo-litoral-do-brasil/pagina/375>. Acesso em: 2 de Março de 2011.

Grande, e várias culturas, com predominância variada, nas diversas áreas que atravessou (especialmente trigo, milho, mandioca, feijão e arroz), normalmente com um pequeno número de escravos em cada propriedade. Suas referências ao modo como os escravos eram tratados nessas regiões são especialmente favoráveis. Em geral, nota-se uma correlação entre os exemplos de relativa autonomia escrava na administração das propriedades e uma avaliação positiva do nível de bem-estar levado pelos cativos. Em certo momento, o naturalista chega a se entusiasmar, ao mostrar o quanto amenas eram as condições de vida dos escravos nas províncias do Sul:

> Retido pela chuva incessante, passei cerca de cinco dias em Caxambu. Fui tratado esplendidamente durante esse tempo; desde que saí de Sorocaba não recebera em outra parte melhor acolhimento do que me fora aqui dispensado. Fui servido pelo capataz que, na ausência do proprietário, administrava a fazenda, não obstante ser simples escravo. Certamente esse homem jamais tivera razão de queixa contra o seu senhor, pois estava sempre satisfeito. Era polido sem baixeza e, conquanto tratasse os demais escravos com autoridade, testemunhava-lhes ao mesmo tempo extrema bondade.[94]

Próximo dali, na fazenda do Tenente Fugaça, Saint-Hilaire se surpreenderia mais uma vez ao se deparar com escravos contentes e com uma postura digna:

> Após haver caminhado duas léguas além de Caxambu, parei numa fazenda que tinha o nome de seu dono, o tenente Fugaça. O proprietário achava-se ausente quando ali cheguei, mas fui muito bem recebido pelos seus negros. A maneira polida e as suas fisionomias alegres, fizeram-me supor a princípio que fossem homens livres, e, no entanto, eram escravos; fizeram-me de seu amo os maiores elogios, e assim achei natural que se manifestassem satisfeitos e solícitos em bem servir. Se os negros têm frequentemente aspecto taciturno, sofredor e estúpido, e, algumas vezes, chegam a ser desonestos e audaciosos, é porque são maltratados.[95]

Bem alimentados, gozando às vezes de grau apreciável de autonomia em seu trabalho, vivendo uma vida saudável de exercícios, no trato do gado os escravos do Rio Grande do Sul tinham, para o viajante, uma situação deveras privilegiada:

---

[94] Idem, *Viagem à comarca de Curitiba*. Tradução: Carlos da Costa Pereira. 1ª ed. Vol. 315, 1964, p 54. Coleção Brasiliana Eletrônica da Universidade federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-a-comarca-de-curitiba/pagina/54>. Acesso em: 2 de Março de 2011.

[95] Ibidem, p 56-57. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-a-comarca-de-curitiba/pagina/56/texto>, e <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-a-comarca-de-curitiba/pagina/57/texto>. Acesso em: 2 de Março de 2011.

> Não há, creio, em todo o Brasil lugar onde os escravos sejam mais felizes que nesta capitania. Os senhores trabalham tanto quanto os escravos, mantêm-se próximos deles e tratam-nos com menos desprezo. O escravo come carne à vontade, não é mal vestido, não anda a pé e sua principal ocupação consiste em galopar pelos campos, coisa mais sadia que fatigante. Enfim eles fazem sentir aos animais que os cercam uma superioridade consoladora de sua condição baixa, elevando-se aos seus próprios olhos.[96]

O mesmo não se podia dizer dos escravos das charqueadas: "os negros são tratados com rudeza. O Sr. Chaves, tido como um dos charqueadores mais humanos, só fala aos seus escravos com exagerada severidade, no que é imitado por sua mulher; os escravos parecem tremer diante de seus donos". Consciente do embaraço que esta afirmação, em particular, pode causar ante as generalizações que fizera a respeito do tratamento dispensado aos africanos escravizados no Rio Grande, o naturalista justifica a diferença pelo fato de que, enquanto em cada estância há poucos escravos, nas charqueadas eles são muitos, e de pior qualidade:

> Afirmei que nesta Capitania os negros são tratados com bondade e que os brancos com eles se familiarizam, mais que em outros pontos do país. Referia-me aos escravos das estâncias, que são em pequeno número; nas charqueadas a coisa muda de figura, porque sendo os negros em grande número e cheios de vícios, trazidos da Capital, torna-se necessário tratá-los com mais energia.[97]

Flávio Versiani chama atenção para um dado importante nos relatos de Saint-Hilaire no que concerne aos aspectos das relações entre senhores e escravos observados nas regiões que percorreu. Frequentemente o viajante faz referências ao fato de que as moradias de uns e de outros em pouco se diferenciavam, quer em aspecto, quer em conforto. Havia, assim, uma distância social menor do que o usualmente associado ao complexo Casa-Grande & Senzala. Observações feitas em regiões economicamente estagnadas ou em decadência, como no caso da região de Goiás, onde o viajante relata a situação dos "engenhos pobres", poderiam servir de argumentos, ao supor que a menor distância aparente entre escravos e senhores fosse facilitada pelo empobrecimento geral associado à redução da atividade

---

[96] Idem, *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Tradução: Leonam de Azeredo Pena. 2ª ed. Vol. 167, 1939, p 87. Coleção Brasiliana Eletrônica da Universidade federal do Rio de Janeiro. Disponível em:<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-ao-rio-grande-do-sul/pagina/87>. Acesso em: 3 de Março de 2011.

[97] Ibidem, p 138. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-ao-rio-grande-do-sul/pagina/138/texto>. Acesso em: 3 de Março de 2011.

produtiva e do comércio. Entretanto, "as referências do viajante não se limitam a regiões estagnadas; também em áreas ativamente engajadas em cultura e criação para fins comerciais ele nota esse padrão. Especialmente no sul de Minas Gerais e no Rio Grande do Sul".[98]

A maior proximidade entre senhores e escravos presenciada pelo naturalista não se restringia somente à reza, à dança, ao concubinato, ao eventual trabalho conjunto ou coadministração das propriedades, mas estendia-se também às condições de moradia. Seus relatos são profícuos em atestar que a rusticidade e o estado precário, ou miserável, como ele mesmo afirma, das moradias de senhores e escravos eram recorrentes nas regiões por onde passou. Havia senzalas, mas nada comparável ao verificado nas casas-grandes patriarcais. As impressões de Saint-Hilaire sobre as relações escravistas do centro-sul brasileiro contribuem para evidenciar que a menor distância social entre os escravos e seus donos, testemunhada por nosso viajante, estava na quase totalidade dos casos, muito distante das teses consagradas pela historiografia da escravidão.[99]

Ao longo de quase cinco anos, nos cerca de 15 mil quilômetros percorridos em suas jornadas pelo centro-sul do país, Saint-Hilaire teve poucas oportunidades de testemunhar o escravismo de *plantation*, com mão-de-obra escrava aplicada à produção agrícola (tipicamente, de lavouras como açúcar, café, tabaco, algodão), conduzida em escala suficiente para permitir uma organização do trabalho em turmas de escravos, dedicada à execução de tarefas "intensivas em esforço" e a cada turma correspondendo um supervisor direto, que ditava e fiscalizava o ritmo e a eficácia da execução das tarefas. "Um arremedo de linha de montagem, em que a cadência do trabalho é dada não pela velocidade da correia transportadora, mas pela ação coercitiva do feitor, que é exercida pela ameaça, potencial ou efetiva, de castigos físicos".[100]

O escravo típico observado pelo viajante, o representante da escravidão modal das regiões por ele visitadas, é bem diferente do modelo consagrado pela historiografia: latifúndio, monocultura e escravidão. Nas regiões percorridas por Saint-Hilaire, a escravidão aparece associada a tarefas "intensivas em habilidade" nas fazendas de produção diversificada, na criação de porcos ou de gado leiteiro, nos pequenos engenhos de açúcar e mesmo na mineração. Acrescente-se a isto a recorrência de cativos trabalhando ao lado do

[98] Flávio Rabelo Versiani. Os Escravos ..., op cit, p 28.
[99] Cf., Flávio Rabelo Versiani. Os Escravos ..., op cit.
[100] Flávio Rabelo Versiani. Os Escravos ..., op cit, p 29.

seu senhor, às vezes convivendo com ele ou mesmo trabalhando sozinhos, sem qualquer vigia, eventualmente fazendo às vezes de administradores da propriedade.[101]

Na década de oitenta do século XX dois artigos publicados por Amílcar Martins Filho e Roberto B. Martins [102] sobre o escravismo em Minas Gerais do século XIX, defendendo a tese de que o uso da mão-de-obra escrava, no caso, não estivesse ligado ao setor exportador da economia, suscitou acalorado debate junto aos defensores de um modelo historiográfico que tem na escravidão de *plantation* a organização de trabalho compulsório dominante no Brasil Colônia e Império. A tese foi rebatida de diversas maneiras, mas, em um ponto, mesmo os críticos estavam de acordo com os autores: quanto ao fato de que a economia mineira seria um caso excepcional, no que respeita à pouca importância relativa da escravidão em regime de *plantation*. Robert Slenes, um dos críticos da tese dos Martins, na conclusão de seu trabalho, afirmou: "Seja a província uma economia autárquica ou profundamente ligada às atividades de exportação, certamente é um caso à parte, e um desafio aos modelos existentes da escravidão moderna".[103] Assim sendo, os relatos de Saint-Hilaire sugerem justamente que a constatação da existência de formas alternativas de uso da força de trabalho era a regra e não a exceção, nas Minas Gerais do início dos oitocentos.[104]

Uma indagação razoável que se poderia fazer diz respeito à representatividade do quadro traçado por Saint-Hilaire em relação ao escravismo no Brasil naquele período. Com efeito, o viajante não presenciou efetivamente a dinâmica de trabalho em uma *plantation*, como a produção cafeeira que começava a dar seus primeiros passos e, mesmo os engenhos de açúcar que menciona – basicamente aqueles da região de Campos no Rio de Janeiro – tinham uma produção digna de monta, que não se aproximava das escalas observadas nas regiões de maior produção, como o nordeste brasileiro. Sem ter observado as duas maiores produções escravistas da nossa economia, o relato do naturalista parecerá, de certa maneira, enviesado.[105]

Por outro lado, Flávio Versiani chama a atenção para uma questão que deve ser levada em conta, lembrando que é preciso não esquecer que as províncias visitadas por

---

[101] Cf., Flávio Rabelo Versiani. Os Escravos ..., op cit.
[102] Cf., Amílcar Martins Filho & Roberto B. Martins. "Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited." *Hispanic American Historic Review* 63(3):537-568, Aug. 1983. e "Reply". *Hispanic American Historic Review* 64(1):135-145, Feb. 1984.
[103] Robert Slenes. *Os Múltiplos de Porcos e Diamantes*: A Economia Escrava de Minas Gerais no Século XIX. Campinas: UNICAMP, junho. (Cadernos IFCH – UNICAMP, nº 17), p 63.
[104] Cf., Flávio Rabelo Versiani. Os Escravos ..., op cit.
[105] Cf., Flávio Rabelo Versiani. Os Escravos..., op cit.

Saint-Hilaire detinham quase a metade do contingente de escravos do Brasil, estimados para o ano de 1819, em cerca de 1.100.000 cativos, e destes, aproximadamente 487 mil, ou 44%, encontravam-se nos atuais estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ou seja, o testemunho do viajante traz consigo a sugestão de que uma parte muito substancial dos escravos brasileiros, no início do século XIX, fosse, por sua inserção no processo produtivo, de um tipo diferente daquele usualmente considerado o escravo "representativo".[106]

Se os escravos vistos por Saint-Hilaire não se dedicavam a tarefas "intensivas em esforço", não seria de se esperar que o uso sistemático da coerção e castigos físicos, por parte dos senhores, fosse o método predominante como meio de se obter dos cativos o desempenho desejado. Ao contrário, espera-se, nesse caso, uma prevalência de incentivos positivos. Com base nisto, entendemos que as opiniões de Saint-Hilaire sobre o caráter suave ou benigno da escravidão brasileira são, assim, coerentes com o que ele observou.[107]

Em dissertação de mestrado abordando a prática de manumissões por meio das Cartas de Liberdade em duas regiões do sudeste brasileiro no século XIX (Franca em São Paulo e Uberaba em Minas Gerais) voltadas para a pecuária e agricultura de alimentos, a historiadora Alessandra Caetano Gomes também encontra evidências de uma maior proximidade entre senhores e escravos nas atividades econômicas dessas duas regiões. Através das Cartas de Liberdade é possível perceber que não havia uma separação entre as atividades desempenhadas pelos membros das famílias daquelas realizadas por seus cativos. Atividades que proporcionavam aos cativos a possibilidade de amealharem certo pecúlio para, posteriormente, comprarem suas liberdades e a dos seus.[108]

Luís Augusto Bustamante Lourenço nos traz uma passagem que é bastante emblemática nesse sentido, ao relatar o cotidiano de João Inácio de Sá e sua esposa que, em 1829, criavam a filha Claudina, de dois anos, numa casa coberta de capim, com paiol e monjol, em sua pequena propriedade (uns 50 alqueires aproximadamente) na fazenda Areão, na região do Triângulo Mineiro. Com o auxílio de seu escravo Antônio, e contando com dois cavalos, João criava o seu pequeno rebanho de 15 reses, dos quais seis eram vacas de leite e seis bois de carro, mais 25 porcos. Sua esposa Maria e uma escrava homônima de

---

[106] Ibidem, p 31.
[107] Cf., Flávio Rabelo Versiani. Os Escravos..., op cit.
[108] Cf., Alessandra Caetano Gomes. *Em Busca Da Liberdade*: As Alforrias Em Duas Regiões Do Sudeste Escravista, 1825-1888. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

14 anos fiavam e teciam, usando duas rodas e um tear. As ferramentas que João e Antônio utilizavam, em seu trabalho diário, resumiam-se a quatro foices, cinco enxadas, quatro machados e um carro.[109]

Alessandra Caetano Gomes faz referência a cartas de liberdade que dão pistas sobre a ocupação de escravos nas lides com o gado. Estes, na medida do possível, procuravam acumular pecúlio por meio dos ofícios desempenhados, como no caso da manumissão da escrava Joana:

> Uma escrava por nome Joanna Crioula que houve no valor de trezentos e cinquenta mil reis e por a dita escrava me ofertou algum gado que é seu a dita em atendendo aos bons serviços que a dita escrava me tem prestado lhe vendo a sua liberdade na dita quantia de trezentos e cinquenta mil reis pelas suas rezes que recebeu no valor e quando valor da escrava fosse maior ou por esmola lhe cedo e da data desta a declaro forra e senhora de todas as suas ações como se forra nascesse.[110]

Salta aos olhos o fato de uma escrava comprar sua liberdade acumulando pecúlio em gado, embora, não seja possível inquirir como tal fato se deu. Apreende-se daí que as mulheres estavam envolvidas em atividades criatórias. Especula-se que ela talvez fosse casada com outro escravo e que tal acúmulo teria se dado num consórcio familiar que tinha como objetivo a emancipação do casal por meio do trabalho conjunto e na emancipação feminina, em primeiro lugar, como estratégia que visava livrar seus filhos do cativeiro pelo nascimento.

Os historiadores Carlos de Almeida Prado Bacellar e Lucila Reis Brioschi referem-se a um relato bastante interessante que, além de atestarem a presença feminina nas lides pastoris, aponta para a existência de uma considerável autonomia vivida por escravos. É o caso da escrava Luzia, que aparece na narrativa de Eduardo Diniz Junqueira[111], escrava africana que criava gado, na região rural de Morro Agudo, próximo a Franca, e que a despeito da dificuldade de linguagem e da sua condição sexual, era uma mulher altaneira, e

---

[109] Luís Augusto Bustamante Lourenço. *A oeste das minas*: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós Graduação em Geografia, 2002, p 164.

[110] Carta de liberdade da escrava Joanna Crioula, Livro 6, folha 23, Cartório do 1° ofício, Uberaba 11/12/1852. *Apud*, Alessandra Caetano Gomes. *Em Busca da Liberdade*..., op cit, p 79.

[111] Cf., Eduardo Diniz Junqueira. E*volução do cavalo manga-larga e o regimento de cavalaria do Rio Pardo*. Editora dos criadores, s/d.

apesar da sua condição de cativa, sua altivez e autoridade causavam espanto aos tímidos, fazendo-a respeitada e citada no seu pequeno mundo.[112]

Manifestações de autonomia como as observadas nos relatos de Saint-Hilaire e na obra de Eduardo Diniz Junqueira são marcas distintivas de atividades com níveis econômicos mais modestos, como a pecuária, com plantéis reduzidos a exercerem funções que demandavam mais habilidade que força e, estudos historiográficos nos últimos anos bem o atestam, pois, mesmo diante da situação de sujeição a que estavam submetidos, a posição do escravo na sociedade de economia pecuária era mais próxima do homem livre do que no eito da cana no Nordeste ou no Recôncavo Baiano. A distância social existente na economia açucareira do Nordeste impedia, por exemplo, que proprietários fossem padrinhos de filhos de escravos seus ou de outrem, ou seja, um senhor de escravo jamais poderia se tornar compadre de um escravo. O compadrio na sociedade fundada na pecuária, no entanto, existia entre senhores e escravos, sendo frequente entre os filhos do proprietário e os seus escravos.[113]

3.3 DE VOLTA À "BRECHA CAMPONESA"

A grande maioria dos estudos sobre Cartas de Alforrias no Brasil contempla principalmente o século XIX, embora, como direito dos escravos, a carta de alforria remonte às Ordenações Filipinas de 1603 e se tenha conhecimento da existência de um número grande de libertos em Minas Gerais no século XVIII.[114] A razão para isso se deve a maior disponibilidade de fontes sobre o tema no século XIX. As alforrias em diversas regiões escravistas do Brasil nos permitem identificar similaridades em suas condições e concessões.[115] Jacob Gorender traça uma tipologia das alforrias que, de maneira geral, tem

[112] Carlos de Almeida Prado Bacellar & Lucila Reis Brioschi (orgs.). *Na estrada do Anhanguera*: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1999, p 72.
[113] Ibidem, p 72.
[114] Cf., Djalma Antônio da Silva. *O Passeio dos Quilombolas e a Formação do Quilombo Urbano.* Tese de Doutorado Apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo, 2005.
[115] Cf., Leila Mezan Algranti. Criminalidade escrava e controle social no Rio de Janeiro (1810-1821). *Revista Estudos Econômicos,* São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas — IPE, n.18, p.45-80, 1988; Tarcísio R Botelho. As alforrias em Minas Gerais no século XIX. *Revista Varia História*, n.23, p.61-76, jul. 2000; Sidney Chalhoub. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; Peter Eisenberg. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.17, n.2, 1987; Mary Karasch. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; Herbert S Klein.; Clotilde Andrade Paiva. Libertos em uma economia escravista: Minas Gerais em 1831. *Estudos Econômicos*, São Paulo, USP/IPE, v.27, n.2, p.177-335, 1997; Miridan Britto Knox Falci. *Escravos do Sertão*: Demografia, trabalho e Relações Sociais. Piauí

como características principais, uma maioria de alforrias onerosas e gratuitas condicionais, tomadas em conjunto; seguidas por uma proporção acentuada de alforrias gratuitas incondicionais. Ocorre maior incidência de alforrias na escravidão urbana do que na escravidão rural, com maiores incidências nas fases de depressão e menos frequência nas fases de prosperidade. As mulheres são maioria entre os alforriados, embora fossem minoria entre os escravos. Além disso, há um elevado percentual de domésticos entre os alforriados e uma maior ocorrência de alforrias entre os pardos do que entre os pretos e, por fim, registra-se um elevado percentual de velhos e inválidos entre os alforriados.[116]

Não se trata, obviamente, de uma tipificação estática e estanque. Posteriormente diversos pesquisadores confirmaram ou retificaram estas categorias. Para nós importa mais averiguar a questão das alforrias em conformações socioeconômicas distintas da *plantation*, nos espaços de autonomia conquistados pelos escravos em sua luta cotidiana. As evidências da conquista da liberdade por parte dos escravos através da compra de Cartas de Alforria nas regiões de Franca e Uberaba, mediante o pagamento em dinheiro ou em gado são recorrentes na documentação compulsada por Alessandra Caetano Gomes. Um caso emblemático é o do escravo Lázaro, crioulo de 40 anos que comprou sua liberdade dando em troca 40 cabeças de gado ao seu senhor:

> É bem assim um escravo de nome Lázaro crioulo de idade quarenta anos o qual o propus livre e desembargado e porque me ofereceu o dito escravo quarenta cabeças de gado vacum para sua liberdade e recebi perante as testemunhas, de minha livre vontade (...) o qual ficará liberto de hoje para todo sempre como se nascesse de ventre livre de sua mãe.[117]

(1826 – 1888). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 1995; Kátia de Queirós Mattoso. A carta de alforria como fonte complementar para o estudo da rentabilidade da mão-de-obra escrava (1819/1888). In: M. Pelaez.; M. Besci (Ed.) *A moderna história econômica*. São Paulo: Apec, 1975; José Flávio Motta. *Corpos escravos, vontades livres*: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: Fapesp; Annablume, 1999; Maria Inês Côrtes de Oliveira. *O liberto*: seu mundo e os outros. Salvador (BA): Corrupio; Brasília: CNPq, 1988; Eduardo França Paiva. Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial. *Revista de História*, São Paulo, n.133, p.49-57, 2º semestre, 1995; Robert W. Slenes; Pedro Carvalho de Mello. Paternalism and Social Control in a Slave Society: the coffee regions of Brazil, 1850-1888. In: Congresso de Sociologia, 9, Uppsala, 1978. (Mimeogr.); Elisa Vignolo Silva. *Alforriados e Fujões:* a relação senhor–escravo na região de São João del-Rei (1820-1840). Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Pós-Graduação em História do Instituto Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana MG, 2009.; Márcio Jesus Ferreira Sônego. *Cartas de Alforria em Alegrete (1832-1886*): Informações, Revelações e Estratégias dos Escravos Para a Liberdade. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

[116] Jacob Gorender. *O escravismo colonial*. 4ª Ed. São Paulo: Ática, 1985, p. 354-355.

[117] Carta de liberdade do escravo Lazaro Crioulo, livro 1, folha 70, Cartório do 1º Ofício de Notas do Tabelião de Uberaba, 19/04/1835. *Apud*, Alessandra Caetano Gomes. *Em Busca da Liberdade*..., op cit, p 82.

A existência de escravos com acesso a cabeças de gado e em condições de acumular pecúlio suficiente para comprar sua Carta de Liberdade suscita questionamentos sobre como tais situações podiam acontecer. A proximidade entre os cativos e seus senhores nas lides com o gado e outras atividades produtivas como a agricultura de alimentos, por exemplo, sugere que além da aquisição de cabeças de gado, o senhor concedesse parcelas de terras aos cativos como forma de recompensar a fidelidade e os bons serviços prestados pelo exercício de ofícios ligados ao campo, a criação de animais, talvez até pela habilidade de criar ou comerciar o gado. A existência de escravos proprietários, como no caso do escravo Lázaro, com suas 40 cabeças de gado, implica acesso a pastos, o que nos remete a questão de um "protocampesinato escravo" inserido nos circuitos mercantis regionais.

O modo como o escravo Lázaro conseguiu amealhar um patrimônio tão significativo, que o fizesse comprar sua liberdade aos 40 anos de idade, as fontes não mostram, as hipóteses que podem ser aventadas giram em torno da possibilidade de Lázaro ter conseguido acumular um considerável patrimônio servindo na qualidade de vaqueiro ou como tropeiro ao seu senhor, ao que parece, uma profissão muito bem valorizada. Kátia Lorena Almeida estudando as alforrias região de Rio das Contas no Alto Sertão Baiano no século XIX identificou a presença de escravos trabalhando como tropeiros e outras atividades inerentes a mesma. Uma tropa compreendia variadas funções, a começar pelo tropeiro, a quem cabia conduzir a tropa e também era responsável pela negociação dos produtos nos pontos de parada; o arrieiro, encarregado de supervisionar os lotes de bestas, atento a qualquer problema que surgisse; e o tocador ou camarada, responsável por cada lote de bestas e por lhes indicar a direção. Os tropeiros trabalhavam a serviço dos senhores mais abastados, mas não raro os próprios senhores conduziam sua tropa.[118]

O tropeirismo foi responsável por interligar o litoral aos arraiais e vilas dos sertões. As tropas de muares tornaram possível a regularidade do comércio de exportação, do comércio interno de produtos de subsistência e de importados, além da circulação de informações a respeito do que ocorria nos grandes centros urbanos e na capital da colônia.[119] Talvez a habilidade no trato com o gado recebido, ou em negociações comerciais realizadas em função do seu ofício de tropeiro, podem ter proporcionado ao

[118] Kátia Lorena Novais Almeida. *Alforrias Em Rio De Contas – Bahia Século XIX*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006, p 36.

[119] Cf., Alcir Lenharo. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*, São Paulo, Símbolo, 1979.

escravo Lázaro uma posição peculiar nas relações escravistas do sudeste pecuarista no século XIX.

Evidentemente, o fato de escravos acumularem pecúlio e, com ele, adquirirem sua alforria, não se restringe às regiões de Franca e Uberaba. Ciro Flamarion Cardoso, citando o estudo de Maria Mattos para a região nordestina do Sertão do Seridó, que tinha na agropecuária a base de sua economia, refere-se à situação *sui generis* de escravos aparecerem como credores em inventários de criadores da região. Existem apontamentos de dívidas para com escravos, fosse pela compra de gêneros alimentícios, de gado, imóveis e somas de dinheiro emprestadas. Alguns senhores saldavam as dívidas com seus cativos concedendo-lhes as alforrias.[120]

Em estudo sobre as Cartas de Alforria no Alto Sertão da Bahia no século XIX, a historiadora Maria de Fátima Novaes Pires[121] destaca as três modalidades de cartas de alforria que muito podem revelar sobre as relações entre senhores e escravos. As cartas de alforria podiam ser incondicionais (concedidas geralmente a cativos em idade já avançada); as condicionadas à prestação de serviços (que se constituíam muito mais numa estratégia de controle e dominação do que numa demonstração de generosidade por parte dos senhores, sendo mais frequentes que as demais) e; as alforrias compradas, as que nos interessam em especial, por constituírem uma modalidade que nos permite lançar alguns questionamentos acerca da autonomia escrava no Antigo Sistema Colonial.

Maria de Fátima Novaes Pires aponta que a prática de constituição de pecúlio no Alto Sertão Baiano data de longe, remontando ao século XVIII. Os naturalistas Spix e Martius ao passarem pelo alto sertão na primeira década do século XIX relataram que compraram milho "das roças de escravos" para alimentar seus animais durante a viagem[122]. Já Lycurgo Santos Filho em sua pesquisa sobre a Fazenda do Brejo do Campo Seco (localizada na vila de Bom Jesus dos Meiras, atual Brumado, BA), afirma que os escravos do Familiar Canguçu no século XVIII, "possuíram éguas de criação. Pois Pinheiro Pinho

[120] Cf., Maria Regina Mendonça Furtado Mattos. Vila do Príncipe 1850-1890. Sertão do Seridó. Um estudo de caso da pobreza, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1985, (dissertação de mestrado), pp. 124-127, 139-141. *Apud*, Ciro Flamarion Cardoso. *Escravo ou camponês*? *O Protocampesinato Negro nas Américas.* São Paulo: Brasiliense 1988.

[121] Cf., Maria de Fátima Novaes Pires. Cartas de alforria: "para não ter o desgosto de ficar em cativeiro". In, *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 141-174 – 2006.

[122] Johann Baptiste von Spix; Carl Friedrich Phillipp von Martius. *Através da Bahia.* Excertos da obra *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, editados e anotados pelo Dr. Manoel A. Pirajá da Silva e Dr. Paulo Wolf, Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1916.

também permitiu que negros seus plantassem e criassem, possibilitando-lhes amealhar haveres que serviram para gastos diversos e para a compra da alforria".[123]

A autora lembra que "as cartas compradas com pecúlio escravo mostram que a participação de escravos na microeconomia regional não foi desprezível". Os escravos também compareciam aos arranjos cotidianos, constituídos nas redes de vizinhança e parentesco, que ampliaram as margens de negociações com senhores locais. "Os escravos do alto sertão realizavam pequenos negócios, prestavam serviços diversos, vendiam mantimentos nas feiras, conseguiam empréstimos, trabalhavam nas tropas ou como artífices nas oficinas manufatureiras das vilas".[124]

De acordo com Maria de Fátima Novaes Pires, a venda de reses era outra forma de se adquirir pecúlio, embora não se possa afirmar se os escravos do Alto Sertão Baiano participavam do sistema de partilha das fazendas pecuaristas. No entanto, sabe-se que escravos vaqueiros, tornados forros, puderam utilizá-lo para a compra da alforria de seus familiares, conforme se pode observar nas referências ao gado como forma de pagamento em diversas cartas de alforria. Outros mais poderiam empregar algum dinheiro em animais e revendê-los em ocasiões mais vantajosas.[125]

Em pesquisa que busca analisar os mecanismos de dominação senhorial que permitiam a manutenção e reprodução das relações escravistas em um contexto fronteiriço de produção agropecuária, focalizando o estudo na vila da Cruz Alta, situada no planalto da província do Rio Grande de São Pedro, entre os anos de 1834 e 1884, Thiago Leitão de Araújo aponta que as formas de acumular pecúlio podiam ser variadas, "desde as possibilidades abertas nas negociações com os senhores, doações de terceiros e redes de solidariedade; até a utilização de outros tipos de ações, como o roubo, o desvio de parte da produção agrícola, a venda de couros, etc. Podiam, é verdade, ser mesmo complementares".[126]

Também em estudo abarcando a região do Rio Grande do Sul, Márcio Jesus Ferreira Sônego analisando as alforrias em Alegrete no século XIX, encontra situações envolvendo cativos na compra de cartas de alforrias: muitos escravos pagavam seus proprietários com

---

[123] Lycurgo Santos Filho, Uma comunidade rural do Brasil antigo. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1956, p 121.
[124] Maria de Fátima Novaes Pires. Cartas de alforria..., op cit, p 156.
[125] Ibidem, p 157.
[126] Thiago Leitão de Araújo. *Escravidão, fronteira e liberdade*: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884). Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. 2008

uma soma em dinheiro, ou, em alguns casos em espécie, como tecidos, animais ou outro escravo. Em outros casos, a manumissão era paga por terceiros, mostrando os laços de solidariedade e arranjos cotidianos na conquista da liberdade. Conforme aponta Márcio Jesus Ferreira Sônego, muitos escravos procuravam manter relações com homens e mulheres livres, no intuito de que estes pudessem ajudá-los na aquisição de privilégios e, quiçá, de suas alforrias. Isto sugere que a extensão dos laços horizontais não se limitava, portanto, à família que o cativo formava no plantel de seu senhor. O autor aponta ainda que, muitas vezes estes vínculos se constituíam fora da propriedade, ou mesmo fora da vila em que o escravo habitava.[127]

[127] Cf., Márcio Jesus Ferreira Sônego. *Cartas de Alforria Em Alegrete (1832-1886)*: Informações, Revelações e Estratégias Dos Escravos Para a Liberdade. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. RS, 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo por base estudos pioneiros que questionaram e, mesmo superaram determinados mitos acerca da participação da mão-de-obra escrava na atividade pecuária, indagamos quais os mecanismos que possibilitaram a vigência e a permanência do escravismo nos sertões pastoris. Posteriormente, lançamos mão das hipóteses de que a constituição de famílias cativas e a conformação de um protocampesinato escravo pudessem explicar a permanência do escravo em uma atividade que tinha como característica básica a liberdade de ação.

Conforme ficou explicitado no início deste trabalho, a sua razão de ser deveu-se, principalmente, ao desejo de se buscar averiguar o estado atual dos estudos historiográficos que tivessem por foco a atividade pecuária, em seus aspectos culturais, sociais, econômicos e, sobretudo, o seu mundo do trabalho, tendo em mira captar as possíveis direções e encaminhamentos levados a cabo pela historiografia, no que tocasse à questão da mão-de-obra escrava nas fazendas de criar. E, como era de se esperar, não tínhamos a pretensão de encaminhar quaisquer considerações à guisa de conclusão, mas, pelo contrário, buscou-se apontar as direções que os estudos têm tomado, no afã de contribuir para o desenvolvimento dos conhecimentos sobre nossa formação histórica.

Os estudos que tiveram a atividade pecuária como tema acabaram por esbarrar, inexoravelmente, na problemática da escassez de um aporte documental que permitisse a elaboração de uma história efetiva da atividade responsável pela expansão e conquista de dilatadas áreas ao Império Português no Novo Mundo. A falta de um corpus documental capaz de elucidar questões cruciais para a compreensão de certos fenômenos que nos formou e constituiu como sociedade, parece ser o destino ingrato do historiador da pecuária. Isto porque, salvo raras exceções, como as que lançaram as sementes deste trabalho, verificou-se ainda que muitos pressupostos e posicionamentos não prescindiram das análises das parcas fontes documentais disponíveis e das abordagens generalistas da historiografia tradicional.

Assim, não se escapou aos grandes modelos teóricos, embora tenham ocorrido avanços significativos, como no caso de estudos que rebateram a tese da inexistência de mão-de-obra escrava nas zonas pecuaristas. Entretanto, a constatação não suscitou

questionamentos quanto aos condicionantes para a adoção e reiteração do escravismo nos sertões da América Portuguesa.

Advogou-se aqui que a existência da escravidão nas atividades ligadas ao trato com o gado foi um fato já bem documentado e que a sua manutenção e consolidação no tempo se fizeram sob modalidades outras que não passavam necessariamente pelo simples recurso à violência física. Para tanto, procurou-se, com base na recente historiografia, testar tais argumentos.

A ocorrência de certos padrões no tempo e no espaço, ligados à difusão da pecuária pelos sertões do Brasil, nos permitiu nuançar aspectos do escravismo colonial, no mais das vezes rigidamente estabelecidos pela historiografia. Assim, nem sempre o escravo foi apenas um tipo exótico de mercadoria, havendo momentos em que o singular, o fato de ele ser também um ser humano, aflorava, como nos sacramentos do batismo e do casamento, nos pactos de amizade e confiança travados entre senhores e escravos, na cumplicidade dos folguedos, no compartilhamento das habitações, das ferramentas de trabalho, das roças e das sortes, no respeito aos bens dos cativos e seus pecúlios por parte de seus senhores.

A constituição de núcleos familiares, a possibilidade de produzirem em pequenos lotes de terra e criarem animais de pequeno porte, a execução de atividades que exigiam habilidades, ao invés de força física, o posto de vaqueiros (embora, este não seja um padrão em todas as regiões pecuaristas estudadas) são modalidades de autonomias cativas que os aproximaram mais do conceito de liberdade e os induziram a pesar na balança o preço de uma fuga e o custo da permanência.

Acredito que uma questão deve ser posta sempre que tratamos do estudo do escravismo no Novo Mundo: definir o que é liberdade para os homens e mulheres daquela época. Quais possibilidades se abriam a grande massa de homens livres e pobres do mundo colonial? Seria o cativeiro o único empecilho para o pleno desenvolvimento humano, capaz de acabar com todo tipo de violência, injustiça e desigualdade social e econômica? Até que ponto, para um escravo da pecuária, o desejo de liberdade estava num horizonte imediato? Não se trata aqui de apologia a um sistema imoral, perverso e desumano, em que seres humanos não passavam de um tipo singular de mercadoria, trata tão somente de não deixarmos que o olhar que lancemos ao passado não turve nossa visão com os fatos e aspirações do presente, ainda que sejam os nossos dilemas e inquietações do presente que nos impulsionem a buscar respostas no passado. Embora não exista mais o estatuto da compulsoriedade do trabalho levado ao seu extremo, nem sejamos mais mercadoria de

outro indivíduo, não nos livramos ainda da compulsoriedade, nem poderemos definir com precisão o que significa liberdade.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988.

_____, *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976 1. ed. 1906.

_____, *O Descobrimento do Brasil*. São Paulo, Martins Fontes, 1999 (1883).

ABREU, Márcia. *Histórias de Cordéis e Folhetos.* 2. ed. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

ABREU, Martha. "Outras Histórias de Pai João: Conflitos raciais, protesto escravo e irreverência sexual na poesia popular, 1880-1950." In Afro-Ásia, 31 (2004), pp. 235-76.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste*. São Paulo, Cortez Editora/ Recife, Editora Massangana, 1999.

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcante de; NICOL, Robert. *Economia agrícola*: o setor primário e a evolução da economia brasileira. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.

ALBUQUERQUE, Medeiros e. *Quando eu era vivo*. Porto Alegre, Editora Globo.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O tratado dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império*: questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português. Porto: Afrontamento, 1993.

ALGRANTI, Leila Mezan. Criminalidade escrava e controle social no Rio de Janeiro (1810-1821). *Revista Estudos Econômicos,* São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas — IPE, n.18, p.45-80, 1988; Tarcísio R Botelho. As alforrias em Minas Gerais no século XIX. *Revista Varia História*, n.23, p.61-76, jul. 2000.

ALMEIDA, Angela Mendes de. *Pensando a família no Brasil* - da Colônia a modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias Em Rio De Contas – Bahia Século XIX*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes*: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

ANDRADE, Manuel Correia. *História Econômica e Administrativa do Brasil.* Recife, Editora Universitária da UFPE, 2a. ed., 1996.

ANÔNIMO. Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauhi, [177-]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. LXII, p. 60-161, 1900.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil Por Suas Drogas e Minas*. Introdução e notas por Andrée Mansuy Diniz Silva. Coleção Documenta Uspiana 11. São Paulo. EDUSP. 2007.

AQUINO, Aécio Villar de. *Nordeste - século XIX*. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, 1980.

ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade*: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884). Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. 2008.

ARENDT, Hannah, *Entre o passado e o futuro*, 4a. ed., São Paulo, Editora Perspectiva, col. Debates, vol. 64, 1997

ARRUDA, José Jobson de Andrade e TENGARRINHA, J. M., *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru, Edusc, 1999.

_____, *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

_____, O sentido da colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830). In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. 2. ed. ver. e ampl. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2001, p. 245-263.

_____, A produção econômica. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Estampa, 1986.

AVELAR, Hélio de Alcântara. *História Administrativa do Brasil*; a administração pombalina. 2. ed. Brasília: FUNCEP; UNB, 1983.

AZEVEDO. Thales de. A economia baiana em torno de 1850. In: AZEVEDO, Thales de; LINS, E. Q. Vieira. *História do Banco da Bahia* – 1858-1958. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969, 1969.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado & BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs.). *Na estrada do Anhanguera*: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1999.

BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. *O feudo*: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano:* açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, (1780-1860), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARROS DE CASTRO, Antônio. *7 ensaios sobre a economia brasileira* (1ª edição 1971). Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. Ltda. 1975.

_____, A economia política, o capitalismo e a escravidão. In: LAPA, José Roberto do Amaral. (Org.). *Modos de a produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

CASTRO, Armando de. Reguengos. In: SERRÃO, Joel. (Dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984.

BELL, Stephen. "Campanha Gaúcha: a brazilian ranching sistem, 1850-1928." Stanford: Stanford University Press, PHD, 1998

BELMONTE. *No tempo dos bandeirantes*. 3a. Ed., São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.

BERTRAN, Paulo. *História da Terra e do Homem no Planalto Central* - Solo Editores – Brasília. 1994

BETHELL, Leslie (ed.), *História da América Latina*. São Paulo, trad. port., Edusp, 1998-99, vol. 1 e 2.

BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e Vaqueiros.* Salvador, EDUFBa, 1989.

BORGES DE BARROS, Francisco. A colonização dos rios Pardo e Verde. *Anais do Arquivo Público e do Museu do Estado da Bahia*, Bahia: Imprensa Oficial do Estado, v. VI e VII, p. 289-290, 1920.

BOTELHO, Angela Vianna. *Dicionário Histórico Brasil*: Colônia e Império. Belo Horizonte: O autor, 2001.

BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil* (dores de crescimento de uma sociedade colonial). São Paulo: Nacional, 1963.

_____, *O império marítimo português: 1415-1825*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Edições 70, [199-]. 1. ed. 1969.

_____, *Mary and Misoginy*. London: The Trinity Press, 1975.

_____, *Os holandeses no Brasil, 1624-1654*. São Paulo, trad. port., CEN, 1959.

_____, *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo, trad. port, CEN/Edusp, 1973.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*: séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1996, v 3.

BRUNO, Ernani Silva. *Historia do Brasil – Geral e Regional*. 2º.vol. São Paulo: Cultrix, 1967.

BULMER-THOMAS, Victor. *La historia económica de América Latina desde la independencia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna. Europa, 1500-1800.* 2ª ed., Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do Gado*: Conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: Sioge. 1992.

CALAZANS, José. *Antônio Conselheiro e a escravidão*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, s/d.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá*: o empresário do império. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939.

_____, *História do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1959, vols. 1-4.

CALÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

_____, *O Brasil e seu desenvolvimento econômico*: Conferência realizada a 7 de novembro de 1912, pelo Dr. Pandiá Calógeras. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. XXXV, p. 48-61, 1913.

CAMARGO, Isabel Camilo de. *O sertão de Santana de Paranaíba*: um perfil da sociedade pastoril escravista no sul do antigo Mato Grosso (1830-1888). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados, MS, 2010.

CANCIAN, Elaine. *A cidade e o rio*: escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza – o caso de Corumbá (MS). Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da História*. Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social (Trad.: João Maia). Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

_____, e VAINFAS, Ronaldo (org.), *Domínios da História*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

_____, *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____, As concepções acerca do “sistema econômico mundial” e do “antigo sistema colonial”; a preocupação obsessiva com a “extração de excedente”. In: LAPA, José Roberto do Amaral. (Org.). *Modos de a produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 109-132.

_____, *Escravos ou camponês?* São Paulo: Brasiliense 1988.

_____, *Historia económica de América Latina*. T. 1. Sistemas agrários y historia colonial. 3. ed. Barcelona: Crítica, 1984. 1. ed. 1879.

_____, Observações sobre o ‘dossier’ preparatório da discussão sobre o modo de produção feudal. In: C. E. R. M. *Sobre o feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1973, p. 71-73.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: DIFEL, 1962.

CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e currais*: produção rural e mercado interno em Minas Gerais : 1674-1807. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.

CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*: séculos XVI - XVII - XVIII. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953.

CARVALHO, Filipe Nunes de. Do descobrimento à União Ibérica. In: JOHNSON, Harold; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *O Império luso-brasileiro:* 1500-1620. Lisboa: Estampa, 1992. v. 4, parte I, p. 21-204. (Nova história da expansão portuguesa, 6).

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial; Teatro nas sombras: a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 1. ed. (2 v.) 1980-1988,

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As Reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Edit. da USP; Saraiva, 1978.

CARVALHO, Maria Rosário G. de. Os povos indígenas no nordeste brasileiro. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992, p. 431-455.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro.* [1952] 11ª ed., São Paulo: Global, 2002;

_____, *Literatura Oral no Brasil.* 3ª ed., Belo Horizonte: ed. Itatitaia; São Paulo: editora da USP, 1984.

_____, *Vaqueiros e Cantadores. Folclore poético do sertão do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.* [1939] Rio de Janeiro: Ediouro, 2000;.

CASTELLO BRANCO, Renato Pires. *Civilização do Couro*. Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, Teresina, 1942.

CASTRO, Hebe de. "A cor inexistente. Relações raciais e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-escravidão". *Estudo Afro-Asiáticos*, 28, (out., 1995).

_____, *Das Cores ao Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. "Traçando Fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do Folclore". Estudos Históricos, Rio de Janeiros, vol. 3, n.5 (1990), p. 75-92.

CAVIGNAC, Julie. *A Literatura de Cordel no Nordeste do Brasil. Da história escrita ao relato oral*. Natal: Editora da UFRN, 2006.

Célia Nonata da Silva,

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUDHURI, Kirti e BETHENCOURT, Francisco, (eds.), *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, vols.1 e 2.

CHONCHOL, Jacques. *Sistemas agrários en América Latina:* de la prehispánica a la modernización conservadora. Santiago: Fondo de Cultura Económica Chile, 1996, 1. ed. 1994.

COELHO, Maria Helena Cruz. O campo na crise do século XIV. In: MEDINA, João (Dir.). *História de Portugal*: dos tempos pré-históricos aos nossos dias. Barcelona: Centro Internacional do Livro, 1975.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil:* 1850-1888. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORSETTI, Berenice. "Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX." Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, 1983.

CORTESÃO, Jaime. *Introdução à história das bandeiras (entre 1947 e 1949)*. Lisboa: Portugalia Editora, 1964. 2 v.

_____, *Os Descobrimentos Portugueses*. Lisboa, Imp. Nacional. 1990, 3 vols.

_____, *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. [Rio de Janeiro]: Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Documentação, [1958]. 191

COSTA, Antônio Gilberto et al. *Cartografia das Minas Gerais*: da capitania à província. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*: momentos decisivos. 3. ed. São Paulo: brasiliense, 1987.

_____, *Da Senzala à Colônia.* São Paulo: Unesp, 1998

COSTA, João Batista de Almeida. *Mineiros e baianeiros*: englobamento, exclusão e resistência. 2003. 333 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) − Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

COSTA, Leonor Freire. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil* (1580-1663). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Analyse sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da Costa da África*. Edição revista e acrescentada. Lisboa: Off. de João Rodrigues Neves, 1808.

_____, *Discurso sobre o estado actual das minas do Brasil*. Lisboa: Imprensa Régia, 1804.

_____, *Ensaios economicos sobre o commercio de Portugal e suas colônias*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencia, 1816.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1979. 2 v.

CUNHA, Manuela Carneiro da, (org.), *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

DAMASCENO FONSECA, Cláudia. *Pouvoirs, villes et territoires: genèse et représentations des spaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil) XVIII. - début du XIX. siècle. 2001*. Tese (Doutorado em Histoire et Civilisations) − École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.

DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto L.; CARVALHO, Maria Rosário G. de. Os povos indígenas no nordeste brasileiro. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992, p. 431-455.

DANTAS, Mônica Duarte. *Fronteiras Movediças:* A Comarca de Itapicuru e a Formação do Arraial de Canudos. São Paulo: Hucitec. 2007.

DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da História Cultural francesa.* 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DARONCO, Leandro Jorge. *À sombra da cruz*: trabalho e resistência servil no noroeste do Rio Grande do Sul - segundo os processos criminais (1840-1888). Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2006.

DAUMARD, Adeline et alli. *História Social do Brasil*; teoria e metodologia. Curitiba: Ed. Universidade Federal do Paraná, 1984.

DE' CARLI, Caetano. *A Família Escrava no Sertão Pernambucano (1850 – 1888)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa em História Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

DERBY, Orville A. O roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,* São Paulo, v. IV, p. 329-352, 1898-99. 192

_____, Os primeiros descobrimentos de ouro nos distritos de Sabará e Caeté. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. V, p. 279-295, 1899-1900 [1901].

DIAS, [José Sebastião] da Silva. *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973.

DIAS, Maria Odila L. S. "Impasses do inorgânico" in: M. A. D'Incao (org.). *História e ideal, ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo, Brasiliense, 1989. pp.377-406.

DÓRIA, Carlos Alberto. *Ensaios Enveredados*. São Paulo: Siciliano. 1991.

EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*: encontros culturais, aventuras teóricas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

_____, Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.17, n.2, 1987.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *Meio século de bandeirismo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.

_____, Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano.* 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. [1928]

ELLIS, Myriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, t. I, vol. 1, 1976, p. 273-296.

ENNES, Ernesto, *As Guerras nos Palmares* – Domingos Jorge Velho e a "Tróia Negra", Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938.

EVANS-PRITCHARD, E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições de um povo nilota.* São Paulo: editora Perspectiva, 1978.

FALCI, Miridan Britto Knox. *Escravos do Sertão*: Demografia, trabalho e Relações Sociais. Piauí (1826 – 1888). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 1995.

FALCON, Francisco Calazans. *A época pombalina*. Política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo Ática, 1982.

_____, Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2001, p. 227-239.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder.* 3a ed., revista, São Paulo, Editora Globo, 2001, [1959].

FARINATTI, Luís A. E. *"Nos Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira sul do Brasil (1825-1865)."* Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado, 2007.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais:* famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825 – 1865). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.

FENOALTEA, Stefano. *Slavery and Supervision in Comparative Perspective: A Model*. The Journal of Economic History, Vol. 44, No. 3. (Sep., 1984), pp. 635-668.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral, *Terra, Trabalho e Poder*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

FERNANDES, Florestan, "A sociedade escravista no Brasil", in: *Circuito Fechado*. São Paulo, Hucitec, 1976, pp.11-63.

_____, *A Interação do Negro na Sociedade de Classes:*. 2 Vols. I. 5ª ed. São Paulo. Globo. 2008.

FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. *Rebeldes e insubmissos*: resistências populares ao liberalismo (1834-1844). Porto: Afrontamento, 2002.

FIGUEIREDO, Luciano R.A. *Barrocas Famílias* - Vida Familiar em Minas Colonial. HUCITEC, 1997.

_____, *Mulher e Família na América Portuguesa moderna*. São Paulo: Atual, 2003.

_____, *O avesso da memória*: Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Brasília: J. Olympio/Edunb, 1993.

_____, *Rebeliões no Brasil Colônia*. 1a.. ed. Rio de JAneiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FILHO, Amílcar Martins & MARTINS, Roberto B.. "Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited." *Hispanic American Historic Review* 63(3):537-568, Aug. 1983. e "Reply". *Hispanic American Historic Review* 64(1):135-145, Feb. 1984.

FILHO, Raphael Rodrigues Vieira. *Os Negros em Jacobina (Bahia) no século XIX*. Tese de Doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em história da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

FLORENTINO, Manolo, GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas*: Famílias Escravas e o Tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, 1790 – 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto*: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. *Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 1. ed. 1993.

FONSECA, Célia Freire de A. Sesmarias no Brasil. In: SERRÃO, Joel. (Dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1984, v. 5, p.545-546.

FONSECA, Hélder Adegar. A propriedade da terra em Portugal, 1750- 1850: alguns aspectos para uma síntese. In COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, Nuno Gonçalves. (Org.). *Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850*. Lisboa: Vega, 1989, p. 213-240.

FONTANA, Josep. *Las crisis del Antiguo Régimen: 1808-1833*. 4. ed. Barcelona: Crítica, 1992.

FORTES, João Borges FORTES. *Os Casais Açorianos*: presença lusa na formação sul-rio-grandense. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978 [1932].

FRAGOSO, J., Gouvêa, M. F. e BICALHO, M. F. (org.), Antigo Regime Nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001

FRAGOSO, João Luís Rezende. *Homens de grossa aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1930). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

_____, Modelos explicativos da economia escravista no Brasil. In: CARDOSO, Ciro F. (Org.). *Escravidão e abolição no Brasil*: novas perspectivas. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988, p. 16-32;

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História econômica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 27-43.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata.* Ática: São Paulo. 1974.

FRANZIN, Fábio. *À Sombra das Palmeiras:* A Coleção Documentos Brasileiros e as Transformações da Historiografia Nacional (1936 – 1959). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2006.

FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo. Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 1998. [1906]

FREITAS, Décio. *O Capitalismo Pastoril*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

FREITAS, Marcos César (org.), Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo, Contexto, 1998.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala:* Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 50ª Rev. São Paulo: Global, 2005 [1933].

_____, *Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.

_____, *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: Record, 1990.

_____, *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 1990.

FURTADO, Celso. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII:* elementos de história econômica, aplicados à análise de problemas econômicos e sociais. São Paulo: HUCITEC/ABPHE, 2001.

_____, *Formação econômica do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Nacional, 1976. 1. ed. 1959.

_____, *La economia latinoamericana desde la conquista ibérica hasta la revolución cubana*. 3. ed. México: Siglo XXI, 1973.

_____, *Seca e poder*: entrevista com Celso Furtado. (Concedida a Maria da Conceição Tavares, Manoel Correia de Andrade e Raimundo Rodrigues Pereira). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

GALINDO, Marcos. *O Governo das Almas:* A expansão colonial no país dos Tapuias 1651 – 1798. Tese de doutoramento. Universidade de Leiden. 2004.

GALLIZA, Diana Soares. *O declínio da escravidão na Paraíba. 1850-1888.* João Pessoa: Editora Universitária/UFPb, 1979.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *O Império de Belo Monte: Vida e morte de Canudos.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

GARAVAGLIA, Juan C., *Pastores y Labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830).* Buenos Aires: Edicioines de la Flor, 1999

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Em torno da propriedade da terra*. Salvador: Arembepe, 1997.

GARCIA DE CORTAZAR, (José Angel G. de C. y Ruiz de Aguirre). *História rural medieval*. Lisboa: Estampa, 1996.

GARCIA, Graciela. "O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Riograndense Oitocentista". Porto Alegre: UFRGS - PPGH, Dissertação de Mestrado, 2005.

GARCIA, Rodolfo. *História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810).* Rio de Janeiro, José Olympio ed., 1956.

GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros. Una región del Rio de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998

GIBSON, Charles. Las sociedades índias bajo el domínio español. In: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolas [et al.]. *Economia y sociedad*. Barcelona: Crítica, 2003, p. 99-130. (América Latina en la época colonial, 2). A

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Lisboa, Presença, 4 vols., 1981-83.

GOMES, Alessandra Caetano. *Em Busca Da Liberdade*: As Alforrias Em Duas Regiões Do Sudeste Escravista, 1825-1888. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

GOMES, Franklin do Nascimento. *A questão fundiária ontem e hoje*. Salvador: Procuradoria Geral do Estado da Bahia. Serviço de Documentação e Divulgação, 1992.

GORENDER, Jacob. "Brecha Camponesa", Mercado interno e agricultura de subsistência. In *A Escravidão Reabilitada*. Ática. São Paulo. 1991.

_____, *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ed Ática, 2ª ed, 1978.

GOULART, José Alípio. *O Brasil do boi e do couro*. 2 vols. Rio de Janeiro: GRD, 1965.

GOULART, Maurício. *Escravidão Africana no Brasil*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1950

GOULART, Salis. Aspectos da formação rio-grandense. *Anais do II Congresso de História e Geografia da RGS*. Porto Alegre: Globo, 1937.

GRAHAM, Sandra Lauderlade. *Caetana Diz Não*: história das Mulheres da Sociedade escravista Brasileira. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *La formación de los intelectuales*. México, Editorial Grijalbo, 1967

GUEDES, João Alfredo Libânio, História Administrativa do Brasil. Rio de Janeiro, DASP, 1962, vols. I-IV.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 1. ed. 1978.

_____, *Quatro séculos de latifúndio*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. 1. ed. 1963.

GUTIERREZ, Horacio, Fazendas de gado no Paraná Escravista. *Topoi*, v. 5, n. 9, pp 102-127, 2004.

HANSEN, João Adolfo. A servidão do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro. In: NOVAES, Adauto. (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 347-373.

HEMMING, John. *Ouro vermelho*: a conquista dos índios brasileiros. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo. Edusp, 2007.

HENRY, Louis. *Técnicas de análise em Demografia Histórica*. (trad. Altiva Pilatti Balhana e Jayne Antonio Cardoso). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977.

HESPANHA, Antonio Manoel (org.), *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1984.

_____, *A constituição do Império português*: revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVEIA, M. de F. (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 166, 167.

_____, As estruturas políticas em Portugal a época moderna. In: TENGARRINHA, José. (Org.). *História de Portugal*. 2. ed. rev. e ampl. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2001, p. 117-181.

_____, *As Vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político. Portugal - séc. XVII. Coimbra, Almedina, 1994.

HOHENTHAL JÚNIOR, W.D. As tribos indígenas do médio e baixo São Francisco. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. XII, p. 39-71, 1960. 193

_____, The general characteristics of indian cultures in the Rio São Francisco valley. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. XII, p. 73-84, 1960.

HOLANDA, Sérgio B. de. (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, DIFEL, vol. 1 e 2, 1968.

_____, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1994, 26a.ed.

_____, Visão do Paraíso. São Paulo, Cia. Editora nacional, 1977.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Eletrônico Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. (versão digital)

IGLÉSIAS, Francisco. *História e ideologia*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1981

JAMBEIRO, Marúsia de Brito. *Engenhos de rapadura*: racionalidade do tradicional numa sociedade em desenvolvimento. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da USP, 1973.

JOFFILLY, Irineu. Notas sobre a Parahyba apud TAUNAY, Affonso de E. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: H. L. Canton, 1930. v. 6. 194

JOHNSON, Harold. *Camponeses e colonizadores*: estudos de história luso-brasileira. Lisboa: Estampa, 1997.

JUNQUEIRA, Eduardo Diniz. E*volução do cavalo manga-larga e o regimento de cavalaria do Rio Pardo*. Editora dos criadores, s/d.

KANTOR, Iris. A Academia Brasílica dos Renascidos e o governo político da América portuguesa (1759): contradições do cosmopolitismo acadêmico luso-americano. In: JANCSÓ, István (Org.) *Brasil*: formação do Estado e da nação. São Paulo: FAPESP e HUCITEC; Ijuí: UNIJUÍ, 2003, p. 321-322.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbert S., *A escravidão africana*: América Latina e Caribe. São Paulo, trad. Port., Brasiliense, 1987.

KLEIN, Herbert S.; PAIVA, Clotilde Andrade. Libertos em uma economia escravista: Minas Gerais em 1831. *Estudos Econômicos*, São Paulo, USP/IPE, v.27, n.2, p.177-335, 1997.

KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. Philadelphia, 3 vol. 1817. *Apud.* Marcos Galindo.

LAPA, José Roberto do. *Economia colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____, *O antigo sistema colonial*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. 1. ed. 1982.

_____, *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980.

LARA, Silvia Hunold. "Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil" Projeto História, 16 (fev.1998): 25-38.

_____, (Org) *Ordenações Filipinas*, Livro V. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. v. 1.

_____, “Processos crimes: o universo das relações pessoais”. Anais do Museu Paulista (1984): 153-161.

_____, *Campos de Violência,* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, Silvia Hunold. e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs). *Direitos e Justiças no Brasil: ensaios de história social.* Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2006

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro, Ed. Civ. Brasileira, 1949, 10 vols.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*, São Paulo, Símbolo, 1979.

LEPKOWSKI, Tadeusz. *Haiti*, tomo I, Havana, Casa de las Américas. 1968.

LESSA, Renato. *A invenção republicana*, 2a. ed., Rio de Janeiro, Topbooks, 1999

LÉVY, Jean-Philippe. *História da propriedade*. Lisboa: Estampa, 1973.

LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba. Um estudo de caso da Oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *Assuntos pernambucanos.* 1986

_____, *Capistrano de Abreu e o povoamento do Sertão Pernambucano*. 1978

_____, *Guerra dos mascates*. 1962

_____, *Interesses e problemas do sertão pernambucano.* 1937

_____, *O centenário da chegada de Nassau e o sentido das comemorações pernambucanas.* 1936

_____, *O devassamento do Piauí*. Centre National des Lettres (CEN). Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti / Condé, 1946. Série 255. 5 v. (Coleção Brasiliana).

_____, *Pernambuco, da independência à Confederação do Equador*. 1979

LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ, 1999.

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil*: sesmarias e terras devolutas. 5. ed. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1990, 1. ed. 1935.

LIMA, Solimar Oliveira. O Vaqueiro escravizado na fazenda pastoril piauiense. In. MAESTRI, Mário (org.). *O negro e o gaúcho*: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008.

LINHARES, Maria Yedda (Coord.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

_____, História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 165-184.

_____, *Terra prometida*: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA; Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira*: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LINS, Wilson. *O Médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros*. 3ª ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL e Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. (1ª ed. Salvador, 1952).

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Processo administrativo ibero-americano* (aspectos sócio-econômicos – período colonial). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1962.

LOPES, Fátima Martins. *Missões Religiosas - Índios, Colonos e Missionários na Colonização do Rio Grande do Norte*. 1999. Dissertação de Mestrado em História – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

LOURENÇO, Fernando Antônio. *Agricultura ilustrada*: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas*: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós Graduação em Geografia, 2002.

LOVE, Joseph. *A Locomotiva - São Paulo na federação brasileira - 1889-1937*, col. Estudos Brasileiros, vol. 57, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982

LUELMO, Julio. *Historia de la agricultura en Europa y América*. Madrid: Istimo, 1975.

MACEDO, Jozé Norberto. *Fazendas de gado no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola/Ministério da Agricultura. 1952.

MACHADO, Alcântara (José de A. M. de Oliveira). *Morte e vida do bandeirante*. In: SANTIAGO, Silviano (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. 1, 2ª ed., 2002.

MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1972.[1929]

MACHADO, Maria Helena P. T. *Em torno da autonomia escrava*: uma nova direção para a história social da escravidão. In: Revista Brasileira de História – Escravidão. São Paulo: Vol. 8. n 16, pp 143-160, março de 1988 – agosto de 1988.

MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. As nações imaginadas da Argentina e do Brasil nos textos de Sarmiento e do Visconde do Uruguai. In: Klaus-Dieter Ertler; Enrique Rodrigues-Moura. (Org.). *Fronteras e identidades* - Identidades e fronteiras. Frankfurt: Peter Lang, 2005.

MAESTRI, Mário. *Escravidão em Mato Grosso*: o singular e o plural. In. Maria do Carmo Brazil. *Fronteira Negra*: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso. Passo Fundo: UPF, 2002.

MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geographica do Brasil colonia*l. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

MARCHANT, Alexander, *Do escambo à escravidão*: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil. São Paulo. trad. port., CEN, 1980.

MARQUES, A. H. de Oliveira. Sesmarias. In: SERRÃO, Joel. (Dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1984, v. 5, p. 542-543.

MARTIN, Gabriela. O homem do vale do São Francisco. In: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. *O rio São Francisco*: a natureza e o homem. Recife: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, 1998.

_____, *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999.

MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Turismo e Esportes, 1993;

MARTIUS, Karl Friedrich Phillipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Trimestral de História e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brazileiro*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 24, p. 390-411, jan. 1845.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Com introdução de Eric Hobsbawm. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____, *O capital* (crítica da economia política). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [197-]. v. 6, l. 3. 1. ed. alemã, 1894.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *História do sertão noroeste de Minas Gerais (1690-1930)*. Belo Horizonte: [s.n.], 1991.

MATTOS, Hebe Maria de. *A escravidão moderna nos quadros do Império português*: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVEIA, M.a de F. (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*: a formação do estado imperial. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.

MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. Vila do Príncipe 1850-1890. Sertão do Seridó. Um estudo de caso da pobreza, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1985.

MATTOSO, José (org.), História de Portugal. Lisboa, Ed. Estampa, 1993, vol. 3 e 4.

MATTOSO, Kátia de Queirós. A carta de alforria como fonte complementar para o estudo da rentabilidade da mão-de-obra escrava (1819/1888). In: PELAEZ, M.; BESCI, M. (Ed.) *A moderna história econômica*. São Paulo: Apec, 1975.

_____, *Bahia, século XIX*: uma província no Império. Rio de Janeiro: 1992.

_____, *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

MAURO, Frédéric, *Portugal, o Brasil e o Atlântico, (1570-1670).* Lisboa, trad. port., Estampa, 1989, 2.v.

MAXWELL, Kenneth. Condicionalismos da Independência do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *O império luso-brasileiro (1750-1822*). Lisboa: Estampa, 1986, p. 335-395. (Nova história da expansão portuguesa, 8).

_____, *Marquês de Pombal*: paradoxo do iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEDRADO, Joana. "*Terra, laço e moirão*": relações de trabalho e cultura política na pecuária (Geremoabo, 1880-1900). Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, SP: 2008.

MELLO E SOUZA, Laura de. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: MELLO E SOUZA, Laura de (Org.). *História da vida privada no Brasil*: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, v. 1, p. 41-81.

_____, *O Inferno Atlântico*: demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos*: nobres contra mascates - Pernambuco, 1666-1715. São Paulo, Cia. das Letras,1996.

_____, *O Negócio do Brasil*: Portugal, os Países baixos e o Nordeste, 1641-1669. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998.

_____, *Olinda Restaurada*: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998.

_____, *Rubro Veio*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

MELLO, J. A. Gonsalves de. *João Fernandes Vieira*, Recife, Universidade do Recife, 1954, 2vols.

_____, Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial. *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP, (22):61-78.,1979.

_____, *Tempo dos Flamengos*. Recife, BNB/SEC, 1947, 1979.

MELLO, João Manoel Cardoso de. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELLO, Maria Regina Ciparrone. *A industrialização do algodão em São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

MENEZES, Djacir. *O Outro Nordeste*: Formação social do nordeste. José Olympio editora. Rio de Janeiro. 1937.

MERÊA, Paulo. A solução tradicional na colonização portuguesa do Brasil. In: DIAS, Carlos Malheiros. (Coord.). *História da colonização portuguesa no Brasil*. Porto: Litografia Nacional, 1921, v. 3, p. 172.

MILLOT, Júlio; BERTINO, Magdalena. *Historia económica del Uruguai*. [s. l.]: Fundación de Cultura Universitária, t. 1, 1991.

MINTZ, Sidney W. *Caribbean Transformations*. Chicago: Aldine, 1974.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto Vianna. *O feudo* – A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra*: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil*: o território colonial brasileiro ao "longo" do século XVI. São Paulo: HUCITEC, 2000.

_____, O Sertão: um outro geográfico. *Cadernos de Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 13/14, p. 360-369, 2002.

MORAES, Dênis de. *O velho Graça - uma biografia de Graciliano Ramos*, 2a ed., Rio, José Olympio Editora, 1992

MORAIS, Fernando. *Chatô - o rei do Brasil.* São Paulo, Companhia das Letras, 1996

Morse, Richard. *O espelho do próspero*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

MOTA, Carlos G. (org), *Brasil em Perspectiva*. São Paulo, DIFEL, 1968.

MOTA, Carlos Guilherme; NOVAIS, Fernando A. *A independência política do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1996.

MOTT, Luiz R. B. *O Piauí Colonial*: População, Economia e Sociedade. Teresina, Secretaria de Cultura do Piauí, 1985.

_____, *Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial*. Revista de Antropologia. São Paulo: USP, (22):61-78.,1979.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres*: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: Fapesp; Annablume, 1999.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder*: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura e Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

_____, Terra, nação e tradições invertidas: outra abordagem sobre a Lei de Terras de 1850. In: MENDONÇA Sônia; MOTTA, Márcia. (Org.). *Nação e poder*: as dimensões da história. Niterói: EDUFF, 1998, p. 81-92.

MOURA, Zilda Alves de. *Cativos nas terras dos pantanais*: escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – séculos XVIII e XIX. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008.

NADALIN, Sérgio Odilon. A demografia numa perspectiva histórica. Belo Horizonte; ABEP, 1994. (Série Textos Didáticos, 2).

NEVES, Erivaldo Fagundes. História de família: origens portuguesas de grupos de consangüinidade do Alto Sertão da Bahia. *CLIO:* revista de pesquisa histórica, Recife, n. 19, p. 111-148, 2001.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *História regional e local*: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade. Feira de Santana: UEFS; Salvador: Arcádia, 2002.

_____, *Posseiros, Rendeiros e Proprietários*: Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Norte e Nordeste do Brasil da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

_____, Propriedade da terra: Península Ibérica e América Latina, século XIX. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 13, n. 1, p. 87-97, jun. 2003. NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto Sertão Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 97-128, 2000.

_____, Sertanejos que se venderam: contratos de trabalho sem remuneração ou escravidão dissimulada? *Afro-Ásia*, Salvador, n.19-20, p. 239-250, 1997.

_____, Sesmarias em Portugal e no Brasil. *Politeia. História e Sociedade*. Revista do Departamento de História da UESB, Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, p. 111-139, 2001.

_____, Sucessão dominial e escravidão na pecuária do rio das Rãs. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 21, p. 117-142, jul./dez. 1999.

_____, *Uma comunidade sertaneja*: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 1998.

NOVAIS, Fernando A. *Aproximações*: Estudo de História e Historiografia. São Paulo: Cosac Naify. 2005.

_____, Condições da privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 13-81.

_____, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808)*. 8° Ed. São Paulo: Hucitec, 2006 [1979].

OLIVEIRA, Lúcia L. *Bandeirantes e Pioneiros*. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 37, p. 214-224, 1993.

_____, *Modernidade e questão nacional*. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 20, p. 41-68, 1990.

_____, *Representações geográficas da identidade nacional*. Sociedade e Estado, Brasília, v. XI, n. 1, p. 75-87, 1996.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto*: seu mundo e os outros. Salvador (BA): Corrupio; Brasília: CNPq, 1988.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à vista*. Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

OSÓRIO, Helen. "Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822." Niterói: UFF, Tese de Doutorado, 1999.

_____, *O Império Português no Sul da América*: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2007.

PAIM, Antonio. *História do Liberalismo Brasileiro.* São Paulo, Mandarim, 1998

PAIVA, Eduardo França. Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial. *Revista de História*, São Paulo, n.133, p.49-57, 2º semestre, 1995.

PARAISO, Maria Hilda B. *Caminhos de ir e vir e caminho sem volta*: índios, estradas e rios no sul da Bahia. Dissertação de mestrado. UFBA. 1982.

_____, *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste.* São Paulo: Tese de doutorado em História Social, USP, 1998.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Estrutura industrial e mercado colonial*: Portugal e Brasil (1780-1830). Oeiras: Difel, 1994.

PEDROSO, Antônio de Souza (visconde de Carnaxide). *O Brasil na administração pombalina*: economia e política externa. 2. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1979. 1. ed. 1940.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Anais Pernambucanos*, 2a. ed., vol. 10, Recife, Governo de Pernambuco, 1983.

_____, *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres.* Recife, Prefeitura do Recife, 1982

_____, *Folclore pernambucano*. Recife, Arquivo Público Estadual, 1974

_____, *Vocabulário Pernambucano*, 2a. ed., coleção Pernambucana, vol. II, Recife, Governo do Estado de Pernambuco, 1976

PEREIRA, Francisco Lobo Leite. *Descobrimento e devassamento do território de Minas Gerais*. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v. VII, p. 549-581, 1902.

PESAVENTO, Sandra. *A Burguesia Gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho. RS 1889-1930.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____, *República Velha Gaúcha: frigoríficos, charqueadas, criadores.* Porto Alegre: Movimento/IEL

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. "*As Ruínas Da Tradição*: A Casa da Torre de Garcia D'ávila – Família e Propriedade no Nordeste Colonial". Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2003.

PIERSON, Donald. *O homem no vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Ministério do Interior. Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. 3 v.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.), *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

PINHO, José Ricardo Moreno. "*Escravos, Quilombolas ou Meeiros*? Escravidão e Cultura Política no Médio São Francisco (1830-1888)". Salvador: UFBA-FFCH, Dissertação de Mestrado, 2001.

PINTO, *Estevão. Os indígenas do Nordeste*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

PINTO, Luis de Aguiar. *Lutas de Família no Brasil:* Era Colonial. 2a ed., Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1980.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. Cartas de alforria: "para não ter o desgosto de ficar em cativeiro". In, *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 141-174 – 2006.

PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas. Montes Claros*: Minas Gráfica e Editora, 1979. 197

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edit. da USP, 1976. 1. ed. 1730.

POMPA, Cristina. 2003. Cartas do Sertão: a catequese entre os Kariri no século XVII. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 7, volume 14 (1 e 2): 7-33 .

_____, *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial.* Bauru, SP: EDUSC/ANPOCS, 2003.

PORTO, Costa. *O Pastoreio na formação do Nordeste.* Serviço de documentação – Os Cadernos de Cultura. Rio de Janeiro: departamento da Imprensa Nacional, 1959.

_____, *O sistema sesmarial no Brasil*. Brasília: Editora da UNB, [197-]. 2. ed. de: *Estudo sobre o sistema sesmarial* Recife: Imprensa Universitária, 1965.

PORTO, José da Costa. *Os tempos da República Velha*. Coleção Pernambucana, 2ª fase, vol. XXVI, Recife, Governo do Estado de Pernambuco, 1986.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Brasiliense, 1979 (1933).

_____, *Formação do Brasil contemporâneo (colônia)*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973. 1. ed. 1942.

_____, *História econômica do Brasil*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976. 1. ed. 1945.

PUNTONI, Pedro. In *A Guerra dos Bárbaros. Povos indígenas e a colonização do Sertão do Nordeste do Brasil, 1650 – 1720.* São Paulo: Edusp-Hucitec-Fapesp, 2002.

RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas*, 4a ed., Rio de Janeiro,Editora Record, 1976

_____, *Viventes das Alagoas*, 6a ed., Rio de Janeiro, Editora Record, 1976.

RAU, Virgínia. *Sesmarias medievais portuguesas*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1982. 1. ed. 1946.

REIS, Antônio Carmo. *Nova história de Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias, 1990.

REIS, João José. (org.). *Escravidão e invenção da liberdade – Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____, *Rebelião escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês em 1835.* Edição revista e ampliada, São Paulo: Companhia das Letras, 2003

REIS, João José; SILVA, Eduardo. "A Função Ideologia da Brecha Camponesa". In. *Negociação e Conflito*. A Resistência Negra no Brasil Escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil*: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

REVISTA USP. Dossiê dos viajantes. São Paulo: USP, junho a agosto de 1996. no 30.

RIBEIRO, Áureo Magalhães. "As Estradas da vida: Histórias da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha, Minas Gerais." Campinas: Unicamp – IFCH, Tese de Doutorado, 1997.

RIBEIRO, Darcy - *A fundação do Brasil*: testemunhos (1500-1700), Petropolis, Vozes, 1992

RICARDO, Cassiano. *Marcha para oeste* : a influência da "Bandeira" na formação social e política do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959. [1942]

ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de Famílias Escravas*: Campinas, século XIX. Campinas, SP. Editora da UNICAMP. 2004.

ROCHA, Geraldo. *O rio São Francisco*: fator precípuo da existência do Brasil. 3 ed. São Paulo: Nacional; Brasília: CODEVASF, 1983.

RODRIGUES, Ceres. *O sertão nordestino na longa duração (séculos XVI a XIX)*. 265 f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

RODRIGUES, José Honório. *A metafísica do latifúndio*: o ultra-reacionário Oliveira Viana. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1988. (História da história do Brasil, 2).

_____, *A pesquisa histórica do Brasil*. São Paulo, CEN, 1979 (1952).

_____, *História da História do Brasil*: historiografia colonial. São Paulo, CEN, 1979 (1957).

_____, *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970.

_____, *Teoria da História do Brasil*. São Paulo, CEN, 1969 (1949).

ROSA, Maria de Lurdes. *O morgadio em Portugal, sécs. XIV-XV*: modelos e práticas de comportamento linhagístico. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

RUCQUOI, Adeline. *História medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos*: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: Editora da UNB, 1981.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)* (1932). Tradução: Afonso de E. Taunay. 2ª ed. Vol. 5. 1938.

_____, *Viagem à comarca de Curitiba.* Tradução: Carlos da Costa Pereira. 1ª ed. Vol. 315, 1964.

_____, *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Tradução: Leonam de Azeredo Pena. 2ª ed. Vol. 167, 1939.

_____, *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás 1º v (1937)* Tradução: Clado Ribeiro de Lessa. 1ª ed. Vol. 68. 1937.

_____, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais t. 1*. Tradução: Clado Ribeiro de Lessa. 1ª ed. Vol. 126. 1938.

_____, *Viagem pelo distrito dos diamantes e pelo litoral do Brasil*. Tradução: Leonam de Azeredo Pena. 1ª ed. Vol. 210, 1941.

SALDANHA, António Vasconcelos de. *As capitanias do Brasil*: antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico. 2. ed. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. 1. ed. 1992.

SALGADO, Graça (cord.), *Fiscais e Meirinhos*: a administração no Brasil Colonial. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A Família Brasileira*. 3a ed., São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Tudo é História)

_____, *Família e vida doméstica no Brasil*: dos engenhos aos cafezais. São Paulo, Estudos CEDHAL/ Humanitas/ FFLCH/ USP, no 10, 1999.

SAMPAIO, José Augusto L.; CARVALHO, Maria Rosário G. de. Os povos indígenas no nordeste brasileiro. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992, p. 431-455.

SAMPAIO, Teodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Introdução e notas de José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____, O sertão antes da conquista (século XVII). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. V, p. 79-94, 1899-1900 [1901].

_____, S. Paulo de Piratininga no fim do século XVI. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. IV, p. 257-278, 1898-1899.

SANTOS FILHO, Lycurgo, *Uma comunidade rural do Brasil antigo* (aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX). São Paulo: Nacional, 1956.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco e do Verde Grande 1688-1732*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte - MG, 2004.

_____, *Fronteiras do sertão baiano*: 1640-1750. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCHWARTZ, Stuart B. Indian labor and new world plantations: european demands and indian responses in northeaster Brazil. *American Historical Review*, Washington, v. 83, n. 1, p. 43-79, Feb. 1978.

_____, e LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____, *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial*: a suprema corte da Bahia e seus juízes, 1609-1751. São Paulo, trad. port., Perspectiva, 1979.

_____, *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Trad. Jussara Simões – Bauru, SP: EDUSC, 2001.

_____, *Segredos internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 – 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1977, v. 1.

SERRÃO, Joel (org.), *Dicionário da História de Portugal*. Lisboa, 1963, 4 vols.

SILVA, Djalma Antônio da. *O Passeio dos Quilombolas e a Formação do Quilombo Urbano.* Tese de Doutorado Apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo, 2005.

SILVA, Elisa Vignolo. *Alforriados e Fujões:* a relação senhor–escravo na região de São João del-Rei (1820-1840). Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Pós-Graduação em História do Instituto Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana MG, 2009.

SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder*: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. 2002. 242 f. Tese (Doutorado em História) − Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. BOSCHI, Caio C. (coord.). *Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino* (Lisboa). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. Organização de Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. *'Nas Solidões Vastas e Assustadoras'- Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco; 2003.

SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio*: efeitos da lei de 1850. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T.ª Queiroz, Ed,/EDUSP, 1984.

SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil* (1500-1820). 8. ed. São Paulo: Nacional, 1978. 1. ed. 1937.

SLENES, Robert e FARIA, Sheila de Castro. *Família escrava e trabalho*. In. Tempo, Vol. 3 – n° 6, Dezembro de 1998.

_____, MELLO, Pedro Carvalho de. Paternalism and Social Control in a Slave Society: the coffee regions of Brazil, 1850-1888. In: Congresso de Sociologia, 9, Uppsala, 1978. (Mimeogr.);

_____, *Na Senzala Uma Flor*: Esperanças e recordações na Formação da Família Escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição*: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. Brasília: CNPq; São Paulo: Brasiliense, 1990.

SOARES, Renan Monteiro. *Aspectos sociológicos da Pecuária Nordestina.* Recife: UFPE – Imprensa Universitária, 1968.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo. Ed Brasiliense, 1962.

_____, *História da Burguesia Brasileira*. São Paulo. Ed Brasiliense, 1962. p 41.

_____, *O Oeste*: Ensaio sobre a grande propriedade pastoril: Rio de Janeiro. José Olympio Editora. 1941.

_____, *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1945.

SÔNEGO, Márcio Jesus Ferreira. *Cartas de Alforria em Alegrete (1832-1886*): Informações, Revelações e Estratégias dos Escravos Para a Liberdade. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. *A conquista do Sertão da Ressaca*: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von, *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1981. v. 2. 1. ed. 1823.

_____, *Através da Bahia.* Excertos da obra *Viagem pelo Brasil (1817-1820),* editados e anotados pelo Dr. Manoel A. Pirajá da Silva e Dr. Paulo Wolf, Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1916.

SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: ABPHE, FAPESP e HUCITEC, 1996.

_____, e LAPA, José Roberto do Amaral. (Org.). *História econômica da independência e do império*. São Paulo: ABPHE, FAPESP e HUCITEC, 1996.

TAUNAY, Afonso D'Escragnolle. *Ensaio de carta geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, Cayeiras, Rio: Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1926.

_____, *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Edições Melhoramentos, [19-?].

_____, *História das bandeiras paulistas*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

_____, *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: H. L. Canton, 1924-1950. 11 v. v. 1 a 7.

TAUNAY, C. A. *Manual do agricultor brasileiro*. Org. Rafael Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10. ed. São Paulo: Editora UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *A morfologia da escassez*: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF.

_____, Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil colonial. In: SZMRESCÀNYI, Tamás (Org.). *História Econômica do Período Colonial*. 2ª. ed. Revista –São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira dos Pesquisadores em História Econômica/Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.

TERRA, Ruth Lemos Brito. *Memórias de Luta. Literatura de folhetos no Nordeste, 1893-1930*. São Paulo: Global, 1983.

THOMAS, Georg. *Política Indigenista dos Portugueses no Brasil*. São Paulo, trad. port. Loyola, 1982.

THOMPSON, E.P. "Folclore, antropologia e história social". In: NEGRO, Antônio Luigi e SILVA, Sérgio (orgs.). *As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, pp. 227-269.

_____, *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América:* a questão do outro. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TOLEDO, Maria Fátima de Melo. *Desolado sertão* - a colonização portuguesa do sertão da Bahia - 1654-1702. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo. 2006.

TOLLENARE, L. F. *Notas dominicais*. 2. ed. Salvador: Progresso, 1956.

TOPOLSKY, Jerzi. *Metodología de la historia*. Madrid: Catedra, 1992.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1975 (1857-60), 3. vols.

VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga de Minas Gerais* (1904). Belo Horizonte, Itatiaia; Brasília, INL, 1974. 2 vols.

VERSIANI, Flávio R. e VERGOLINO, José R. O. Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco, 1777-1887. *Estudos Econômicos*. São Paulo, abr/jun, 2003.

_____, Escravidão "suave" no Brasil: Gilberto Freyre tinha razão? In, *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 27, nº 2 (106), pp. 163-183, abril-junho/2007.

_____, Os Escravos Que Saint-Hilaire Viu In. *História Econômica e Economia de Empresas* 3(1):7-42, 2000.

_____, & VERGOLINO, José Raimundo O. "*Posse de Escravos e Estrutura de Ativos no Agreste e Sertão de Pernambuco*". XXIX Encontro Nacional de Economia - Anais. Salvador, Bahia, dez. de 2001.

_____, Escravidão "suave" no Brasil: Gilberto Freyre tinha razão? In, *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 27, nº 2 (106), pp. 163-183, abril-junho/2007.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 2. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. [1923]

_____, *Instituições Políticas Brasileiras*. 3a ed., Rio de Janeiro: Record, 1974.

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973. [1922]

WALLERSTEIN, Imanuel, *O sistema Mundial Moderno*. Porto, trad. port., Afrontamento, (1974, 1980), vol.2. 1 e 2.

WIED, Maximilian, Prinz von. (Maximiliano, Príncipe de Wied-Neuwied). *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989. 1. ed. Frankfurt, 1820. VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889).* Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

WILCOX, Robert Wilton. "Cattle Ranching on the Brazilian frontier: Tradition and innovation in Mato Grosso,1870-1940". New York: New York University, PHD, 1992.

ZARTH, Paulo Afonso. *Historia agrária do planalto gaúcho, 1850.1920.* Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí, 1997.

_____, Do Arcaico *ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí:Editora UNIJUÍ, 2002

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII. São Paulo*: Editora Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

ZENHA, Edmundo, *O Município no Brasil*, 1532-1700. São Paulo, Inst. Progresso Editorial, 1948.